

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LURIAN PINHEIRO RAMOS

**CHINA E ÍNDIA: RELAÇÕES ENTRE AS PRINCIPAIS POTÊNCIAS DA ÁSIA NO
SÉCULO XXI**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2018

LURIAN PINHEIRO RAMOS

**CHINA E ÍNDIA: RELAÇÕES ENTRE AS PRINCIPAIS POTÊNCIAS DA ÁSIA NO
SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais na Universidade Federal do
Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Nathaly Xavier
Schütz.

SANTANA DO LIVRAMENTO

2018

LURIAN PINHEIRO RAMOS

**CHINA E ÍNDIA: RELAÇÕES ENTRE AS PRINCIPAIS POTÊNCIAS DA ÁSIA NO
SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais na Universidade Federal do
Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Nathaly Xavier
Schütz.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Prof^ª Dra. Nathaly Xavier Schütz (Orientadora)
Relações Internacionais - UNIPAMPA

Prof. Dr. Rafael Balardim (Membro da Banca)
Relações internacionais - UNIPAMPA

Prof^ª. Dra. Anna Carletti (Membro da Banca)
Relações internacionais - UNIPAMPA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R175c Ramos, Lurian Pinheiro

China e Índia: relações entre as principais potências da
Ásia no século XXI / Lurian Pinheiro Ramos.

114 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018.

"Orientação: Nathaly Xavier Schütz".

1. Pós Guerra-Fria. 2. Ásia. 3. China. 4. Índia. 5.

BRICS.

I. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo amor e apoio incondicional, pelo trabalho e sacrifícios que foram feitos para que eu chegasse onde estou. Obrigada por preencherem nossa casa de amor, carinho, livros e discos. Pai, sou grata por ter acreditado em mim e ter me dado a ideia de que eu poderia ser ou fazer o que quisesse. Foi quem guiou meu interesse para as relações internacionais desde cedo e me ensinou conceitos que eu só veria ao longo do curso. Obrigada, mãe, por ser a mulher da minha vida e por ser nossa fortaleza. Espero que tenha percebido que a pessoa que eu mais queria ser era você. Vocês me ensinaram sobre a importância do conhecimento e que a educação é a base da sociedade. Agradeço por me rodearem de professores e companheiros de luta para que eu soubesse desde cedo me localizar no lado certo da história. Obrigada por todos os nossos encontros que sempre proveram discussões políticas. Agradeço aos meus familiares, por terem construído quem eu sou e meu caráter juntos com meus pais. Por ter tantos exemplos de mulheres fortes que eu admiro.

Agradeço aos colegas e amigos da Universidade Federal do Pampa que me deram suporte e incontáveis alegrias nesses quatro anos de curso. Sou imensamente grata por ter encontrado pessoas muito diferentes de mim e de diversos lugares, mas que em tantos aspectos compartilham a mesma visão de mundo. Obrigada especialmente a vocês, Rogério e Maiara. E Joana e Mariana por dividirem as angústias do último ano de curso.

Agradeço ao meu companheiro, por me acalmar em todo o desenvolvimento deste trabalho com ternura e cuidado. Obrigada Germano, por acreditar em mim e no meu futuro, sou imensamente grata por me dar espaço para ser quem eu sou ao teu lado.

Agradeço a minha orientadora Nathaly Schütz, pelo conhecimento compartilhado, paciência e atenção na elaboração deste trabalho. Agradeço ao corpo docente e técnico da Universidade Federal do Pampa, aos professores que me inspiraram e contribuíram para minha formação pessoal e profissional. Obrigada por me oportunizarem uma formação de qualidade e por me ensinarem que o conhecimento só é útil de compartilhado.

RESUMO

A conjuntura do sistema internacional no pós Guerra-Fria passa por um reordenamento das estruturas de poder. O sistema político está em transformação, assim como o sistema econômico mundial. O crescimento econômico acelerado da China, e sua política externa multilateral, assertiva e autônoma, desenvolve um dos principais fenômenos do cenário internacional na primeira década do século XXI. A Índia, por sua vez, vem demonstrado grande crescimento de sua economia e inserção na política internacional. Ambos os países possuem grandes populações e territórios, apresentam-se como as principais potências da Ásia. Em vista disso, a Ásia tende a ter papel fundamental no cenário internacional do século XXI. O objetivo deste trabalho, portanto, é verificar como se dá o relacionamento político-diplomático das duas potências asiáticas no século XXI. Uma vez que China e Índia possuem um passado de rivalidades, o futuro da Ásia como um dos motores da economia mundial depende destas relações. A aproximação sino-indiana nos últimos anos se deve pela utilização de foros de diálogo e organismos multilaterais como o BRICS. O bloco dos países emergentes mostra-se como uma plataforma de diálogo que incentiva o estreitamento político-diplomático entre China e Índia.

Palavras-chave: pós- Guerra Fria; Ásia; China; Índia; BRICS; século XXI.

ABSTRACT

The conjuncture of the international system in the post-Cold War period undergoes a reordering of the structures of power. The political system is in transformation, as is the world economic system. China's accelerated economic growth, and its assertive, autonomous and multilateral external policy, make one of the major international events in the first decade of the twenty-first century. India, for its part, has been showing great growth of its economy and the inscription in the international politics. Both countries have large territories and large population, presenting themselves as the major powers of Asia. In view of this, Asia tends to play a key role in the international system of the twenty-first century. The objective of this work, therefore, is to verify how the political-diplomatic control of two Asian powers in the twenty-first century is made. Since China and India have a past of rivalries, the future of Asia as one of the engines of the economy depends on the relations between these countries. The Sino-Indian approach in recent years is due to the use of dialogue forums and multilateral organizations such as BRICS. The bloc of emerging countries is seen as a platform for dialogue that encourages political-diplomatic tightening between China and India.

Keywords: post Cold-War; Asia; China; India; BRICS; twenty-first century.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR - Arranjo Contingente de Reservas

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático (sigla em inglês)

BASIC - Brasil, África do Sul, Índia e China

BJP - Baratiya Janata Party

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CBMs - Confidence Building Measures

CIA - Agência Central de Inteligência (sigla em inglês)

CNS - Conselho Nacional de Segurança

CNI - Congresso Nacional Indiano

CTTB - Conselho de *Think Tanks* do BRICS

ELP - Exército de Libertação Popular

ESI - Economic Strategy Institute

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBAS - Índia, Brasil e África do Sul

MCM - Medidas de Confiança Mútua

NAMA - Mercados não agrícolas

NBD - Novo Banco de Desenvolvimento

OCX - Organização para Cooperação de Xangai

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCC - Partido Comunista da China

PIB - Produto Interno Bruto

RICs - Rússia, Índia e China

RPC - República Popular da China

SAARC - Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (sigla em inglês)

SARS - Síndrome Respiratória Aguda Grave (sigla em inglês)

SIPRI - Stokholm International Peace Research Institute

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (sigla em inglês)

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD - Dólar dos Estados Unidos da América (sigla em inglês)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Gráfico de Investimentos militares chineses 1988-2017 em USD	68
Figura 2- Importação de armas por China, Índia e Paquistão (1997-2016)	70
Figura 3 - Gráfico de Investimentos militares indianos 1988-2017 em USD	71
Figura 4 - Gráfico de Investimentos militares sino-indianos 1988-2017 em USD	72
Figura 5 - Crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos países do BRICS (1980-2018)	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. PERSPECTIVA TEÓRICA	17
1.1 A Cooperação Sul-Sul	18
1.2 Multilateralismo.....	27
1.3 Interdependência.....	29
2. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CHINA E ÍNDIA.....	33
2.1 "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica" e crise na década de 1950	33
2.2 Guerra sino- indiana de 1962.....	37
2.3 Entente sino-paquistanesa.....	39
2.4 A Guerra-Fria e ingerência externa nas relações sino-indianas.....	45
3. RECENTE AVANÇO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS SINO-INDIANAS (1990)	51
3.1 Fundamentos da política externa Chinesa	51
3.2 Fundamentos da política externa Indiana	58
3.3 Modernização e rivalidade militar entre China e Índia.....	66
3.3.1 Desenvolvimento chinês no setor de defesa e segurança.....	66
3.3.2 Desenvolvimento indiano no setor de defesa e segurança.....	69
3.4 Recente avanço das relações políticas (1998-2006)	72
4. REAPROXIMAÇÃO E COLABORAÇÃO DO BRICS NAS RELAÇÕES SINO-INDIANAS	76
4.1 Origem, cúpulas e evolução do BRICS	76
4. 2 Relação sino-indiana no BRICS	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

O término da Guerra Fria e consequente formação um sistema internacional multipolar conduziu ao reaparecimento da influência político-cultural chinesa na Ásia. A modernização da China na década de 1970 promoveu a consolidação da sua economia e crescimento acelerado. A partir deste período, tem proporcionado expansão econômica e integração regional através da cooperação com seus vizinhos. A política externa da China é notável na construção de parcerias estratégicas, favorecendo a criação de laços políticos e econômicos. Durante a Guerra Fria, a Índia possuía o discurso oficial de política externa neutralista. Com o fim do sistema bipolar, a Índia abriu sua economia e aproximou-se dos vizinhos, normalizando as relações com a China. Deste modo, integrou-se ao ciclo de desenvolvimento regional e vem buscando mais espaço no sistema internacional.

O sistema internacional pós Guerra Fria passa por uma reorganização nas suas estruturas de poder, assim como o sistema econômico mundial. A ascensão de Estados periféricos a partir do crescimento econômico e das relações de cooperação Sul-Sul se demonstram uma tentativa de inserção internacional a fim de obtenção de poder. O crescimento acelerado da economia chinesa na última década e interdependência comercial tanto com países centrais e da periferia, tornou a China a principal economia mundial e um dos principais atores internacionais. A Índia é a uma das mais crescentes economias do mundo (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2018). Atualmente, é a maior democracia, possui 668 milhões de eleitores, com 1,1 bilhão de habitantes. Segundo a projeção da Organização das Nações Unidas, a Índia se tornará o país mais populoso em 2028 (ONU, 2013), passando a China que atualmente possui 1,3 bilhão de habitantes (BRASIL, SENADO, 2017).

O recuo do poder de Moscou e Washington na região, na década de 1990, levou a uma reorganização de influências. A identidade e valores compartilhados no sudeste asiático ascenderam e a China se mostrou um Estado capaz de guiar as necessidades regionais. Entretanto, a Índia como outra civilização milenar e em crescimento acelerado apresenta-se com objetivos de influência regional. Levando-se em conta a Ásia como principal pólo de poder mundial no sistema internacional pós - Guerra Fria, como se construíram as relações sino-indianas no século XXI?

A Ásia conta com a presença de duas potências em seu território, China e Índia, as transformações características do sistema internacional atual permitem maior inserção política

e econômica aos dois países. Ambos os países são potências emergentes, em crescimento econômico acelerado, demonstram assertividade e autonomia em suas políticas externas no início dos anos 2000. A Ásia pode vir a ter papel fundamental no cenário internacional do século XXI, suas principais potências são protagonistas nesse processo. Entretanto, o histórico das relações sino-indianas aponta para uma rivalidade antiga entre os países. Neste trabalho a abordagem histórica inicia-se na década de 1950 com a formalização dos "Cinco Princípios de Coexistência pacífica", quando foram fixados os princípios da diplomacia sino-indiana. A análise das políticas externas e relações entre China e Índia serão abordadas a partir da década de 1950, quando a República Popular da China havia sido instaurada e a Índia se tornou independente. A partir deste ponto serão abordados os momentos de aproximação e afastamento entre os países a fim de compreender o teor político do relacionamento sino-indiano chegando até o século XXI.

Como apresentado, as relações sino-indianas são fundamentais para a ascensão da Ásia como principal pólo de poder mundial do pós - Guerra Fria. As tensões anteriores devem ser consideradas, pois ainda caracterizam relativa rivalidade entre os países. Torna-se imprescindível a compreensão das relações bilaterais entre os dois Estados no início do século XXI. O trabalho adotará a hipótese de que a interdependência entre China e Índia estabiliza suas relações, com base na utilização do BRICS, grupo constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, como plataforma de diálogo multilateral e fortalecimento das relações Sul-Sul. Assim como, o grupo demonstra a ascensão dos países emergentes e alteração da distribuição de poder do sistema internacional. O bloco é um foro de diálogo e tornou-se uma das prioridades de política externa dos países que o constituem, sendo um meio de aproximação entre as duas potências da Ásia.

A pesquisa não possui pretensão de ignorar o passado das relações entre as duas civilizações milenares, que também foi caracterizado por momentos de aproximação e afastamento. O recorte temporal tornou-se necessário para embasar o entendimento sobre as relações no século XXI, visto que as questões específicas no último meio século constroem o posicionamento regional da China e da Índia atual.

A ascensão de Estados periféricos a partir do crescimento econômico e das relações de cooperação Sul-Sul ou cooperação horizontal se demonstram uma tentativa de inserção internacional a fim de obtenção de poder. Os países emergentes, encaminham-se para uma maior influência no contexto internacional. Enquanto não possuem força suficiente para

impor seus objetivos e necessidades ao sistema, de forma individual, projetam-se em organizações internacionais e fóruns de diálogo.

Estes países possuem uma identidade conjunta, mesmo que com características diferentes "[...] contam com capacidades materiais, relevância regional, aspirações globais e, em certa medida, reconhecimento internacional" (RENNI, 2017, p.80). Os países assim caracterizados possuem uma tendência internacional multifacetada, a qual gera a construção de uma cooperação internacional. A cooperação entre os países do sul global potencializam a nova representação do sistema internacional, mais especificamente as políticas e estratégias de poder. Altera-se assim, a abordagem diplomática de competitiva para assistencialista. Para Lima (2005):

Nesta categoria estão aqueles países que dispo de recursos e capacidades relativamente limitadas, comparativamente às potências, mas com perfil internacional assertivo valorizam as arenas multilaterais e a ação coletiva entre países similares de forma a exercer algum meta de poder e influenciar nos resultados internacionais (LIMA, 2005, p. 25).

O caráter multifacetado destes Estados os levou a maior atuação e mais assertiva em instituições e foros multilaterais, ainda no século XX, geralmente como interlocutores ou intercessores entre centro e periferia. A globalização no século XXI é abrangente, acelerada e de baixo custo, levou a redefinição do cenário global e representa a ascensão do mundo em desenvolvimento. Acarreta na formação de redes mundiais de interdependência e torna as fronteiras mais permeáveis, mas não irrelevantes. As relações de interdependência são assimétricas no cenário de dominação Norte-Sul, aspecto o qual beneficia certos países em detrimento de outros. Keohane e Nye (1987) postularam esses custos como sensibilidade e vulnerabilidade. Em um modelo de interdependência simétrica e horizontal a cooperação é possível, como nas relações de cooperação Sul-Sul. A coalizão Norte-Sul perde espaço para os países emergentes no atual cenário, o qual o protagonismo político perde sua rivalidade Leste-Oeste e o sistema se modifica profundamente. Demonstra uma ruptura do modelo centro-periferia para um alinhamento terceiro-mundista (PUENTE, 2010).

A cooperação Sul-Sul tornou-se uma possibilidade de desenvolvimento baseado em uma coerência democrática de desenvolvimento conjunto, não fundamentada na reprodução do colonialismo ocidental (ULLRICH; CARRION, 2012, p. 4). Para Puente (2010) decorrente ao desgaste das relações Norte-Sul houve o surgimento de uma série de questionamentos da ordem econômica mundial pelos países do Sul. Tais questionamentos levaram aos países emergentes a desenvolverem maior expressão em foros multilaterais. Entre os países do Sul

creceu a convicção de que deveriam promover políticas externas mais assertivas e concentração no Sul global a fim de buscar o fortalecimento conjunto. Concorde-se com Reni (2017) pois:

Esses países conseguiram uma maior inserção internacional a partir de uma atuação de destaque em agendas importantes – cuja importância levou a movimentos de posicionamento coletivo e, em alguns casos, à formação de alianças (RENNI, 2017, p. 76).

O novo protagonismo desses atores os direcionam a promover novas visões de mundo, através de instituições internacionais tradicionais e a própria institucionalização das alianças entre os emergentes. A concepção atual é de que juntos eles podem ter cada vez mais peso a fim de fazer contraposição ao centro e políticas tradicionais. O eixo Sul- Sul atuam buscando a manutenção do *status quo* para consolidar seu posicionamento nas instituições multilaterais, assim como estabilidade de sua nova posição no cenário internacional. De maneira mais assertiva utilizam o balanço de poder para garantir seus interesses estratégicos.

Este trabalho justifica-se a partir da perspectiva de mudança de pólo de poder no pós-Guerra Fria, do centro do sistema internacional para uma região tradicionalmente periférica, o extremo oriente e sul asiático. A reorganização das estruturas de poder pela qual o sistema internacional tem passado no pós - Guerra Fria levou a ascensão de Estados em desenvolvimento. O crescimento econômico da periferia a direciona para uma maior inserção internacional e obtenção de poder político. Neste contexto, observa-se a China em destaque pelo acelerado crescimento econômico e formação de interdependência comercial com diversos parceiros. Além disso, promover novos investimentos, priorizando a cooperação Sul-Sul. No âmbito econômico, a notoriedade da Índia tem aumentado, assim como sua relevância como maior democracia mundial e detentora pretensões diplomáticas regionais e globais. Ambas as potências buscam inserção regional e aprimoramento das relações com o sul geopolítico. Esta pesquisa justifica-se por ser desenvolvida em uma universidade na periferia de um país que se encontra no Sul global. Torna-se indispensável a pesquisa e seu incentivo em áreas não centrais do sistema, a fim de atingir o fortalecimento e aprofundamento do estudo das questões periféricas.

O objetivo central deste trabalho é compreender como são construídas as relações entre China e Índia na configuração do sistema internacional multipolar do século XXI. O recorte temporal justifica-se pela ascensão internacional sino-indiana no âmbito econômico e o progresso de suas políticas externas nas últimas quase duas décadas. Para essa compreensão

será necessário analisar os momentos de aproximação e distanciamento diplomáticos sino-indianos desde o estabelecimento dos "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica" na década de 1950. Constituindo a estrutura histórica do trabalho, para contextualizar o objetivo central. Assim como é necessário verificar a importância e contribuição do grupo BRICS para a aproximação entre China e Índia no século XXI e em que se traduziu esta aproximação.

A pesquisa utilizará a abordagem qualitativa e a análise dedutiva, serão empregados os procedimentos histórico-descritivo e documental, a fim de melhor entendimento do objeto de estudo. O procedimento histórico-descritivo é baseado em uma pesquisa bibliográfica, método que constitui-se pela consulta em livros e artigos científicos nacionais e internacionais. A análise documental é desenvolvida a partir de fontes como documentos oficiais, resoluções, discursos, levantamento de dados, legislações e relatórios.

O trabalho será dividido em quatro capítulos de desenvolvimento além de introdução e considerações finais. O primeiro capítulo abordará as questões teóricas que servirão de base para a pesquisa. Os conceitos que serão utilizadas são Cooperação Sul-Sul e Multilateralismo, pela visão de diversos autores, a fim de compreender os mecanismos de política externa utilizados por China e Índia. E Interdependência para analisar como se dão as relações entre ambos os países e as interações político-diplomáticas.

O segundo capítulo abordará a evolução histórica das relações entre China e Índia a partir do acordo dos "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica". Serão versados também a crise da década de 1950 e as tensões que levaram a Guerra sino-indiana de 1962. Com relações rompidas após o conflito até o final da década de 1970, será abordada a ingerência externa nas relações entre China e Índia no contexto da Guerra-Fria.

O terceiro capítulo versará sobre o avanço das relações sino-indianas na década de 1990 e início dos anos 2000. Para isso, serão analisados o dinamismo político entre os dois países e um histórico de suas políticas externas, separadamente. Será debatida a competição e a modernização, principalmente, de caráter militar de China e Índia.

No quarto e último capítulo serão abordadas como se deram as relações sino-indianas através do BRICS, além de sua aproximação diplomática a partir do foro de diálogo. Serão debatidas a origem, cúpulas e a evolução intra-BRICS, assim como a evolução no sistema internacional.

1. PERSPECTIVA TEÓRICA

No pós - Guerra Fria e início do século XXI, as políticas externas de China e Índia tornaram-se mais assertivas e pragmáticas, verificaremos as abordagens teóricas para embasar a análise a ser desenvolvida. No contexto atual, ambas as políticas externas são caracterizadas pela Cooperação Sul-Sul e Multilateralismo como forma de se posicionarem com os demais Estados.

A fim de analisar as relações entre China e Índia no século XXI serão utilizadas teorias para embasar a pesquisa. A primeira teoria a ser aplicada será a Cooperação Sul-Sul, desenvolvida por diversos autores. No contexto pós - Guerra Fria o sistema internacional passa por uma reorganização de suas estruturas de poder, tanto no âmbito político-diplomático como o sistema econômico mundial. A partir da ascensão de países periféricos através de sua economia e inserção internacional por meio das relações de Cooperação Sul-Sul. Essa forma de inserção demonstra uma ascensão conjunta dos emergentes, mesmo que com características diferentes, estes Estados tem por objetivo maior obtenção de poder. As relações entre China e Índia se aproximam pela característica de suas políticas externas com base na Cooperação Sul-Sul. Na reorganização do cenário internacional no pós- Guerra Fria, a Ásia demonstra ter cada vez mais presença no âmbito internacional do século XXI. Sua forma de se relacionar com o mundo e entre si é de fundamental importância para a compreensão das relações das duas potências asiáticas: China e Índia.

China e Índia utilizam-se foros internacionais como base de fortalecimento destas relações Sul-Sul, em especial o grupo de países em desenvolvimento BRICS. O BRICS é um grupo composto pelos países em desenvolvimento, também conhecidos como emergentes; Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a ascensão desse bloco demonstra uma transformação na ordem mundial do século XXI e na distribuição de poder no sistema internacional. O BRICS serve como plataforma de diálogo multilateral e consequente aprofundamento das relações entre os emergentes. Esse grupo se mostra uma tentativa de cooperação e diálogo bilateral entre as duas potências emergentes. A intensidade de trocas multilaterais entre China e Índia no organismo internacional compensa sua rivalidade histórica. Para analisar a atuação de Estados por meio de organismos, foros e acordos internacionais será utilizada a teoria de Multilateralismo, na abordagem de diversos autores.

A fim de compreender as transformações do sistema internacional no pós- Guerra Fria será aplicada a teoria de Interdependência. Dessa forma será abordada a globalização como

base para a ascensão internacional dos países em desenvolvimento, para então tornarem-se países emergentes. A globalização gera interdependência, e esta leva a uma cooperação mais abrangente e simétrica entre os países. As relações Sul-Sul promovem o desenvolvimento conjunto por desenrolarem-se na periferia do sistema internacional.

1.1 A Cooperação Sul-Sul

Em seu estudo, Caixeta (2014) apresenta a Cooperação Sul-Sul como uma tendência nova no âmbito da cooperação internacional. Esse novo tipo de cooperação é marcado pela cooperação técnica, suas propostas demonstram uma dinâmica de interação nova que abordam métodos e objetivos novos aos Estados¹ (CAIXETA,2014). A posição contra-hegemônica dos países emergentes também é apresentada nesta abordagem, mas é aprofundada no aspecto de maior humanidade em questões sociais, progressistas e desenvolvimentistas. Concorde-se com Caixeta (2014, p. 18)

As reivindicações dos países periféricos com vista à governança coletiva equilibrada, bem como a defesa em prol do surgimento de novos conhecimentos, tanto em termos prático-conceituais, quanto teórico-científicos a respeito do desenvolvimento humano, são algumas das mudanças que ora se vislumbra para o futuro (CAIXETA, 2014, p. 18).

Fruto de uma década de neoliberalismo nas economias periféricas, a ascensão do Sul Global é uma possibilidade que se abre como caminho para o desenvolvimento, desta forma, conjunto. Segundo a Caixeta (2014) a cooperação internacional tem um enfoque diferente das relações internacionais dos últimos séculos como as conhecemos, para a autora o momento é de cooperação internacional. A forma atual de se fazer cooperação remete a uma ação de ganhos mútuos, os conceitos apresentados por Caixeta (2014) são de "parceria", "ajuda" e "assistência técnica", e vem progredindo para "transferência de tecnologia" e "cooperação técnica" (CAIXETA, 2014, p. 21).

Caixeta (2014) traz um debate mais metodológico a sua abordagem que os demais autores, ela situa "Sul" como expressão do mesmo sentido que países emergentes. Além de apresentar os países emergentes, não como subdesenvolvidos, mas como países em desenvolvimento. A divisão que permite dividir os países entre "Sul" e "Norte" é geográfica, na linha do Equador, mas remete mais profundamente a países de capitalismo tardio. Nesta divisão podemos colocar o México como país do Sul Global, apesar de estar situado acima da

¹ Entende-se Estado nas suas duas dimensões, ator doméstico e internacional. Segundo a definição de Halliday (1999, p. 98).

linha do Equador. Concorde-se com Caixeta (2014, p. 22) que os termos "Norte" e "Sul" são denominações que surgiram no pós Guerra Fria

Ele [o "Sul"] remete à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas em Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia). Assim, a divisão geográfica feita pela linha do Equador remete a outra divisão, a ideológica que reivindica a 'nova ordem internacional' em benefício de maior equidade de poder no âmbito do concerto das nações (CAIXETA, 2014, p. 22).

Ainda que a terminologia tenha suas contradições como no caso do México, a expressão Sul-Sul, mostra-se questionável ao mesmo tempo que facilita o debate no atual momento internacional. Para Caixeta (2014) os países como China, Índia, Brasil e África do Sul possuem destaque, mas fazem parte do mesmo grupo que Guiné-Bissau e Haiti (CAIXETA, 2014, p. 22).

Para identificar a coerência nessa terminologia é necessário observar o passado comum dos países que determinamos como Sul. Mesmo que a localização geográfica retrate o nome, os substantivos, a representação do termo Sul remete a história desses Estados, tomando o termo como adjetivo (CAIXETA, 2014, p. 22). O passado comum é o que os diferencia no sistema internacional, são estes, países que foram colonizados ou países comumente chamados de economias de capitalismo atrasado ou desenvolvimento atrasado. Assim como o Norte representa os países hegemônicos do sistema internacional, Europa Ocidental e EUA, também entram neste espectro a Nova Zelândia e Austrália.

A definição de Cooperação Sul-Sul de Caixeta (2014) é, portanto, a cooperação em países em caminho de seu desenvolvimento, de passado colonial e de posição marginal no sistema internacional (CAIXETA, 2014, p. 23). Neste trabalho, esta definição também guiará o estudo deste fenômeno. Entretanto, podemos apresentar diferentes formas de expressar o fenômeno da Cooperação Sul-Sul, suas variáveis são apontadas por Caixeta (2014, p. 21) no trecho a seguir

Essa cooperação pode assumir diferentes tipologias: técnica, científica e tecnológica, educacional, humanitária, cultural, econômica, financeira, aceitando, inclusive, formas mistas de cooperação, conforme for estabelecido nos acordos firmados pelos Estados e organizações (CAIXETA, 2014, p. 21).

A Cooperação Sul-Sul é tratada como um efeito e causa da redefinição de poder na nova fase do desenvolvimento histórico pós- Guerra Fria. É um instrumento dos países do Sul para sua inserção internacional e abertura para novas perspectivas e diálogo.

Durante a Guerra Fria o confronto Leste-Oeste era a maior preocupação dos países centrais, fato que tornou as relações centro-periferia, ou Norte-Sul, desgastadas, pois o Sul

apenas servia como peça a ser utilizada caso necessário. Puente (2010) afirma que o enfraquecimento dessas relações e abandono de muitas delas no pós- Guerra Fria coagiu os Estados do Sul a tomarem uma posição mais autônoma no sistema internacional. Devido a esse fato, cresceu nos países periféricos a necessidade de aprofundar as relações com seus semelhantes, a fim de seu fortalecimento e inserção no cenário internacional, mas também por consequência da adoção de um perfil mais assertivo e autônomo. Puente (2010, p. 76) explicita como esse processo ocorreu

Houve assim, a crescente convicção, entre os países do Sul, de que não lhes restava muitas alternativas a não ser promover entre si maior concertação no intuito de buscar o fortalecimento de sua posição vis-à-vis a dos países desenvolvidos. Dentre os frutos dessas tentativas, pode-se mencionar como uma das mais expressivas a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que procurou analisar os vínculos entre comércio e desenvolvimento (PUENTE, 2010, p. 76).

Para Puente (2010) os países emergentes são países em desenvolvimento, que desempenham papel de liderança regional, mas que no âmbito estratégico e econômico souberam tirar proveito, em certa medida, das relações com o Norte (PUENTE, 2010, p. 84). E a partir deste protagonismo regional puderam se valer da Cooperação Sul-Sul, são estes os semiperiféricos. O enfoque das políticas externas dos países do Sul tornou-se cada vez mais a atuação nos foros multilaterais e foi neste espaço que a Cooperação Sul-Sul foi incentivada na década de 1990 (PUENTE, 2010, p. 84).

Pacheco (2010) buscou a compreensão do Sul Global a fim de encontrar efetividade na Cooperação Sul-Sul. Foram estudadas as dinâmicas internacionais que possibilitaram a construção do que ele denomina "Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global". A emergência de novos atores provem de uma redefinição da globalização, segundo o autor a "redefinição da racionalidade instrumental da globalização" acarretou na possibilidade de influência global e construção de uma arquitetura internacional renovada (PACHECO, 2010). O autor utiliza a nomenclatura "epistemologia do Sul", termo de Boaventura de Souza Santos, para denominar o período em que a comunidade internacional reconhece o Sul Global como ator influente do sistema. Nas palavras de Pacheco (2010, p. 18-19)

A concretização desta nova epistemologia do Sul, [...] refere-se, pois, à superação da divisão da comunidade internacional, destas linhas epistemológicas das relações internacionais, que considera inexistente e invisível o Sul Global para o diálogo político e econômico global [...] (PACHECO, 2010, p. 18-19).

O termo epistemologia do Sul Global também compreende as possibilidades da nova ordem mundial para políticas internacionais, assim como uma nova fase da globalização. O

pertencimento ao Sul Global não é uma questão referente apenas a questão geográfica, mas a características políticas, econômicas e sociais que se parecem. O elemento da colonialidade é um dos fatores que definiram seu espaço no cenário internacional, assim como a Divisão Internacional do Trabalho. Concorda-se com Pacheco (2010, p. 29) neste trecho

Neste sentido, este Sul Global, pautado por sua colonialidade como seu elemento constitutivo e definidor da lógica mundial do capitalismo no tocante a uma categorização da população mundial, também se caracteriza pela negação de sua natureza como ser humano, derivando este pressuposto da divisão entre o humano e o sub-humano da racionalidade instrumental da globalização e, principalmente, do discurso de integração dos mercados econômicos do Norte Global (PACHECO, 2010, p. 29).

A compreensão de Pacheco (2010) sobre Cooperação Sul-Sul baseia-se no conceito de Sul Global e seu diálogo. Assim como a cooperação entre os países emergentes a fim de seu desenvolvimento e a reconstituição das dinâmicas políticas e econômicas internacionais (PACHECO, 2010).

Para Pacheco (2010) o novo processo de globalização é pautado pelas duas concepções distintas deste fato, as perspectivas do Norte Global e as do Sul Global. A concepção do Norte Global é hegemônica, todavia a concepção de globalização do Sul Global é a construção de cooperação a propósito de um desenvolvimento mundial. A percepção do Sul Global de uma nova forma de relacionamento entre nações se dá a partir de projetos e iniciativas que fazem contraposição ao processo de globalização tradicional e hegemônico do Norte. Essa proposta não representa um novo paradigma de poder, mas uma forma de abranger mais países no processo de desenvolvimento. Refere-se a uma forma de democratização do cenário internacional e compartilhamento de interesses e responsabilidades (PACHECO, 2010). A Cooperação Sul-Sul nasce deste espectro, sendo uma proposta contra-hegemônica que busca a renovação do processo de globalização como um movimento de aproximação diplomática e crescimento no campo econômico dos países emergentes. Segundo o autor

Esta proposta de globalização contra-hegemônica se verifica pelo postulado de redefinição no processo de distribuição dos valores políticos, econômicos, sociais e culturais deste processo de interdependência, pautadas por elementos de igualdade, de solidariedade, e de reconhecimento das diferenças em sede da comunidade internacional, em que se busca redefinir o processo de globalização como um instrumento de crescimento econômico para os países em desenvolvimento (PACHECO, 2010, p. 28).

A emergência de sistemas de cooperação e fóruns multilaterais consolidam a integração regional, tanto quanto a integração inter-regional, e corroboram para fortalecer a

Cooperação Sul-Sul. É na atuação por meio de fóruns de diálogo e organizações multilaterais que se constitui uma redefinição dos padrões do sistema internacional baseado na Cooperação Sul-Sul.

Maria Regina Soares de Lima (2005) aborda o que leva os países emergentes a serem denominados desta forma, apresentando duas identidades internacionais para caracterizá-los. A primeira identidade é baseada na definição de Keohane (1969 apud LIMA, 2005, p.24) *system-affecting state*, é uma perspectiva política. São países se capacidades relativamente limitadas, mas de perfil assertivo no cenário internacional. Geralmente, são Estados de relevância regional que utilizam de plataformas e fóruns multilaterais a fim de atuarem de forma coletiva (LIMA, 2005). A prioridade de cooperação é observada entre países similares, mas a atuação como interlocutores em fóruns é reconhecida por intermediar interesses entre potências e países em desenvolvimento.

Segundo Lima (2005), a identidade econômica também deve ser observada, denominada pelo *US Trade Representative*, "grande mercado emergente". Nesta categoria estão países que possuem credibilidade e estabilidade macroeconômica de acordo com a economia global. Segundo Lima (2005) a categoria "grande mercado emergente"

[...] faz referência aos grandes países da periferia que implementaram as reformas econômicas do conhecido receituário do Consenso de Washington: privatização, liberalização comercial, desregulamentação da economia e reforma do Estado (LIMA, 2005, p.25).

Há países que procuram mostrar os dois perfis internacionais, a fim de adquirir a caracterização de emergente. Em geral, essa articulação para atingir um patamar de emergente tem como objetivo o desenvolvimento econômico interno e autonomia política internacional. Para Lima (2005) a atuação coletiva com países similares é subestimada em comparação com as relações com países desenvolvidos, mas os países que assim eram caracterizados tinham caráter internacional multifacetado (LIMA, 2005). No pós- Guerra Fria esses conceitos ainda tem grande relevância, visto o envolvimento maior dos países em desenvolvimento na atuação conjunta. Concorda-se com Lima (2005) no trecho

Porém, há que se levar em conta que no contexto de hegemonia dos mercados, crise dos modelos de desenvolvimento da periferia e fim da rivalidade Leste-Oeste, não apenas as negociações Norte-Sul, palco do protagonismo político da coalizão terceiro-mundista, e a cooperação Sul-Sul, espaço de afirmação da identidade daquela coalizão, se modificaram profundamente, como alguns dos países que integraram no passado a categoria dos *system-affecting countries*, hoje, se acomodaram na condição de mercados emergentes (LIMA, 2005, p. 26).

Segundo Diego Pautasso (2011) ascensão dos emergentes e fortalecimento das relações do eixo Sul-Sul são elementos do reordenamento mundial dos anos 1990 e 2000. A reestruturação do cenário internacional se deve pela mudança na balança de poder que na visão do autor se deve, em certa medida, pela atuação dos emergentes, esse fato gera um peso crescente destes atores. Sendo causa e resultado dessa mudança na ordem mundial, o autor apresenta o fato de que a cooperação dos emergentes os projeta estrategicamente e dissolve o protagonismo dos países desenvolvidos (PAUTASSO, 2011).

Para o autor, mesmo que os anos 1990 tenham sido marcados pela "vitória" dos EUA sobre o comunismo, com a dissolução da URSS, iniciou-se um período de transição no sistema internacional. No campo ideológico-cultural os EUA não tem a mesma potência que seu poderio militar, portanto perde relativamente a legitimidade e efetividade em meio as transições globais. Mais ainda, a perda de competitividade e dependência externa começam a atingir patamares preocupantes. Adicionado ao fato de que a economia norte-americana possui forte financeirização, em detrimento da economia real, fato apontado por Arrighi (1994) como último estágio de crescimento da potência (PAUTASSO, 2011).

Neste período, os países periféricos do sistema internacional são coibidos a estruturar suas capacidades estatais, devido ao expansionismo do poder dos EUA. O contexto pós onda neoliberal era de crise na periferia, o momento era de retomada das políticas para o desenvolvimento nacional. Desta forma, foram impulsionadas políticas que privilegiavam o multilateralismo e Cooperação Sul-Sul, a fim de garantir maior autonomia nacional. Segundo Pautasso (2011) os emergentes representam as transformações internacionais do início do século XXI, apresentando maiores capacidades e legitimidade, tanto no campo econômico, militar e diplomático. Para o autor "Contudo, torna-se cada vez mais evidente que o século XXI voltou a consolidar o reordenamento mundial, com o cenário de incertezas e rivalidades que caracteriza o surgimento de novas configurações de poder" (PAUTASSO, 2011, p. 7).

Os países emergentes desenvolvem suas estratégias a fim de alterar a balança de poder em detrimento dos países centrais, se valendo de vulnerabilidades dos países hegemônicos. Entretanto, os países emergentes também necessitam de um fortalecimento dos organismos multilaterais como base para adquirir mais influência e poder. Para Pautasso (2011) uma forte característica das interações do eixo Sul-Sul são os objetivos estabilizadores e ao mesmo tempo o desejo de reestruturar o cenário internacional. Segundo Pautasso (2011, p.7)

Esta estratégia de fortalecimento do eixo Sul-Sul não se limita apenas a uma mudança de orientação diplomática de China, Índia, Brasil e África do Sul. Para além disso, é parte de uma *realidade* que reflete um aumento lento e gradual do peso demográfico, político e econômico dos países periféricos em âmbito mundial. E, mais do que buscar novas oportunidades econômicas,

trata, sim, de lançar as bases para um mundo que experimenta notável reequilíbrio, tornando-se mais complexo e multipolar (PAUTASSO, 2011, p.7).

Em termos de crescimento populacional, é notável o aceleração de transição demográfica nos países periféricos e suas grandes populações os caracterizam como emergentes. O efeito vem sendo uma mudança nas condições materiais nas sociedades nacionais, como redução das taxas de natalidade e maior nível de alfabetização. Segundo Pautasso (2011) o crescimento demográfico não é apenas um fator quantitativo, mas ele aponta uma conexão entre este fato e transições políticas e de mercado, alterando a balança de poder (PAUTASSO, 2011).

Pode-se notar o dinamismo comercial dos países em desenvolvimento entre si, os fluxos comerciais no eixo Sul-Sul deram um salto nos anos 2000. Deve-se notar a valorização das *commodities*, principal exportação dos países emergentes no período. Pautasso (2011, p. 9) apresenta os dados de aumento do fluxo comercial entre alguns países em desenvolvimento

Em apenas duas décadas (1990-2010), a fatia do comércio da China com os países periféricos saltou de 15% para 32%; o da Índia, de 25% para 57%; o do Brasil, de 28% para 51%; e o da África do Sul, de 12% para 45%. Isso não evidencia apenas o aumento do comércio dos países emergentes, mas a construção de novas direções para os fluxos comerciais no âmbito Sul-Sul (PAUTASSO, 2011, p. 9).

Pautasso (2011) observa a atuação assertiva dos países emergentes no âmbito diplomático. A atuação por meio de diferentes organismos multilaterais é uma forte característica desses Estados. Esse comportamento dos emergentes tem aprofundado a interdependência entre eles, assim como aumentado relativamente seu poder e status global (PAUTASSO, 2011). Pode-se observar o empenho de Brasil e Índia para aderirem ao Conselho de Segurança da ONU como membros permanentes, por exemplo. É interessante pontuar que, além de constituírem fóruns de diálogo e organismos internacionais, foram criadas diversas organizações no eixo Sul-Sul. Pautasso (2011, p. 11) pontuou algumas dessas iniciativas neste trecho

Não por acaso, países como Brasil, Índia e China são signatários das principais organizações e convenções internacionais. Por fim, cabe destacar ainda a criação de iniciativas diplomáticas no âmbito Sul-Sul carreadas pelos países emergentes, notadamente o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África (IBAS), a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), a Cúpula América do Sul-África (ASA), o Fórum Índia-África (FIA) e o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) (PAUTASSO, 2011, p.11).

O autor mostra a importância da pesquisa nas relações da China, Índia, Brasil e países africanos, pois estes apresentam maior aprofundamento e efetividade das relações de

Cooperação Sul-Sul. A inserção internacional destes países é notável nas últimas décadas, mas para os países hegemônicos isso demonstra um enfraquecimento.

Segundo Saraiva (2007), a nova ordem do sistema internacional nos anos 1990 e 2000 era orientada pela onda de neoliberalismo e, por consequência, a transnacionalização das economias domésticas. Neste momento foram abertas novas opções de integração no âmbito internacional para os países do Sul. A liberalização das economias e a globalização coibiram os Estados da periferia a se relacionarem entre si, visto que o avanço dos países centrais os distinguia fortemente (SARAIVA, 2007). Os critérios eram basicamente de potências médias, Estados democráticos e com similaridades históricas, políticas, econômicas e sociais, primeiro no âmbito regional e depois internacional. A inserção internacional por meio de relações multilaterais modificou a forma desses países se relacionarem. A autora aponta que

Em termos produtivos, a transnacionalização progressiva atuou como parte deste processo. O peso do avanço tecnológico como variável da produção criou um abismo ainda maior entre os países mais e os menos desenvolvidos. O novo cenário multilateral modificou a inserção internacional dos países menos desenvolvidos com geometrias variáveis na composição dos grupos de atuação na esfera internacional (SARAIVA, 2007, 44).

Na década de 1990, a Cooperação entre China, Índia, Brasil, África do Sul e Rússia se deram como acordos comerciais entre blocos, mais tarde houve o estreitamento bilateral entre esses Estados. Saraiva (2007) aponta uma das experiências de atuação em grupo nos Estados do eixo Sul-Sul no Grupo dos 77, a partir deste momento ficou claro o objetivo de mudança no balanço de poder dos países periféricos. As semelhanças entre os Estados e o desejo de reordenamento do cenário internacional foi um dos importantes elementos aglutinadores no eixo Sul-Sul. Para a autora, o fim do bipolarismo capacitou os Estados periféricos a terem espaço para negociação de seus interesses internacionalmente. Mesmo que sofram condicionamentos externos, adquiriram gradualmente autonomia de suas políticas externas. As prioridades dos acordos de cooperação no Sul do mundo eram de trocas de infraestrutura, tecnologia e comércio (SARAIVA, 2007).

Segundo Saraiva (2007) a dinâmica entre os países do Sul Global é equilibrada, a qual o interesse é o intercâmbio e parcerias estratégicas, em especial nas ações conjuntas nos foros multilaterais. As consequências destas relações vem sendo a influência maior nas negociações internacionais e mudança no balanço de poder (SARAIVA, 2007).

Ullrich e Carrion (2012) definem Cooperação Sul-Sul como instrumentos pelos quais países periféricos e semiperiféricos se relacionam. Esse novo instrumento ou redes de cooperação rompe com a lógica centro-periferia ou Norte-Sul interação. Não significa que as

relações dos países do Sul com os países do Norte tenha sido rompida, mas que a prioridade dos países periféricos vem tornando-se de relações de ganho mútuo e certo pé de igualdade.

Esse não é um processo novo, vem se desenvolvendo desde a década de 1970, mas a abertura para a Cooperação Sul-Sul como uma das linhas das políticas externas de países periféricos é aprofundada no pós- Guerra Fria. Trata-se de uma interação para o desenvolvimento mútuo, mais solidária do que a relação tradicional Norte-Sul, mostra-se como a promoção de aprendizagem, de distribuição do *know how*. Concorda-se com Ullrich e Carrion (2012, p. 15)

[...] a cooperação "Sul-Sul" seria pautada por uma lógica de reciprocidade e por uma racionalidade substantiva, privilegiando a cooperação e a compreensão entre as pessoas, a solidariedade e o respeito à individualidade, sendo a cooperação um processo mais participativo, dialógico, compreendendo os diferentes sujeitos sociais, resgatando a dimensão política e de emancipação do sujeito (ULLRICH; CARRION, 2012, p. 15)

De certa forma, a Cooperação Sul-Sul baseia-se na visão de desenvolvimento compartilhado a fim de superar as barreiras entre centro e periferia. Para Ullrich e Carrion (2012) são privilegiadas trocas de conhecimento, habilidades e tecnologia, um processo de partilha. A concepção atual é de que juntos os países do Sul podem ter cada vez mais peso a fim de fazer contraposição ao centro e políticas tradicionais. O eixo Sul- Sul atuam buscando a manutenção do *status quo* para consolidar seu posicionamento nas instituições multilaterais, assim como estabilidade de sua nova posição no cenário internacional.

A Cooperação Sul-Sul, portanto, se mostra como uma alternativa de posicionamento e atuação para os países emergentes. É uma forma de contraposição as relações tradicionais no sistema internacional, que favoreciam os mais fortes em detrimento dos países periféricos. Demonstra-se também, como uma tendência para aquelas políticas externas assertivas entre os países em desenvolvimento. Uma forma de sustentação dessa cooperação é o multilateralismo e a atuação por meio de foros e organismos internacionais, a atuação conjunta aprofunda os laços diplomáticos dos Estados.

A Cooperação dos países do Sul Global e suas políticas externas voltadas para o multilateralismo são complementares para ascensão dos emergentes. É possível observar as duas características de atuação nas políticas externas de China e Índia, como uma tendência forte nos anos 2000. Além de que, estes posicionamentos levaram os dois Estados a se destacarem nos organismos internacionais e formarem grupos estratégicos como o BRICS.

1.2 Multilateralismo

Para iniciar a abordagem de multilateralismo é preciso apontar o que são os países emergentes. No contexto do mundo globalizado a integração global e interdependência são fatos notórios, e por consequência as interações passaram a ter um caráter global, intercontinental e inter-regional (RENNI, 2017, p.79). Nesse período de mudanças na ordem internacional ocorre a ascensão dos países emergentes, países que vem adquirindo destaque em escala regional e global. Sua atuação é baseada nos foros multilaterais e organismos internacionais, caracterizada pela ação multifacetada. Renni (2017, p. 80) defende que nesse momento de "revisão branda da ordem vigente" que os países emergentes se destacam, e mais que isto, tem uma visão de multilateralismo nova, diferente das potências hegemônicas (RENNI, 2017, p. 80). É por meio de instituições e organismos multilaterais que os emergentes atuam, de forma a adquirir poder de influência e inserção no cenário internacional. Como explicita Renni (2017, p. 81) no trecho

Como visto, visavam um maior reconhecimento e inserção no ambiente mundial vigente. Nesse sentido, prezavam as arenas multilaterais como foro de discussão e resolução de questões, assim como a ação coletiva com pares, de modo a exercer alguma influência nos resultados (RENNI, 2017, p. 81).

Será utilizada a definição de Keohane (1969) de "*sistem-affecting states*" para caracterizar Estados emergentes. Segundo a definição de Keohane (1969) são estes "Estados que não podem pretender afetar o sistema agindo sozinhos, mas que, no entanto, exercem impacto significativo no sistema trabalhando em pequenos grupos ou alianças, ou através de organizações internacionais universais ou regionais" (KEOHANE, 1969, p. 295 apud RENNI, 2017, p. 81). A categoria explicitada por Keohane aborda a forma de atuação internacional dos países do Sul Global, através de instituições internacionais e fóruns multilaterais.

Nos foros multilaterais e organismos internacionais a atuação dos emergentes é notória como mediadores, por muitas vezes sendo os interlocutores entre grandes e pequenos. Essa forte característica dos países do Sul demonstra o interesse na inserção e também o cuidado com a estabilidade do sistema, no sentido de preservarem o uso da diplomacia e não o uso da agressividade.

A atuação por meio de fóruns multilaterais e organismos internacionais garante aos países emergentes certo poder de barganha, a ação conjunta possui maior chance de sucesso. Além de adquirir um melhor status os Estados emergentes estreitam mais os laços gradativamente nesses espaços de diálogo.

Segundo Pacheco (2010) aponta que o período atual da relações internacionais decorre da globalização e redefinição da ordem internacional. As dinâmicas do Sul Global contribuem

para o rearranjo da ordem internacional vigente e o balanço de poder dos Estados centrais e periféricos. Pacheco (2010) defende que ascensão de outras economias deve contribuir para a reorganização do cenário internacional, baseando-se no multilateralismo como plataforma de crescimento. A Cooperação Sul-Sul e o multilateralismo andam de mãos dadas, sendo o multilateralismo uma forma, um meio, um instrumento de cooperação. Assim como a Cooperação Sul-Sul é pautada em princípios de conduta similares entre os países, para chegar a um objetivo comum. Concorda-se com Pacheco (2010, p. 89-90)

Neste sentido, os desafios presente nas relações internacionais, que se apresentam à construção de um paradigma internacional, pautado pelo multilateralismo, não somente numa perspectiva econômica com o resenho da economia internacional, mas também política com o redesenho das relações políticas internacionais, e igualmente à concretização da Cooperação Sul-Sul em razão dos distintos patamares de desenvolvimento dos países emergentes[...] (PACHECO, 2010, p. 89-90).

O diálogo internacional multilateral favorece principalmente os Estados emergentes, principalmente, a fim de constituir o redesenho do cenário internacional. O multilateralismo representa a inserção internacional dos países do Sul Global, ainda que suas capacidades sejam limitadas, na atuação pelo grupo pode-se adquirir o poder de barganha necessário.

Para Rodrigues, E. (2014) o mundo pós Guerra Fria vem se tornado cada vez mais propício para a ascensão do Sul e junto com ela a popularização do multilateralismo. A autora defende que no período atual a multipolaridade do sistema internacional acontece de maneira concomitante ao multilateralismo. O multilateralismo também é pautado na emergência de países do Sul, levando mais heterogeneidade ao sistema. Dessa forma, como primeiro passo para alcançar seus interesse é a representação nos fóruns de diálogo e organismos internacionais.

O caráter multifacetado destes Estados os levou a maior atuação e mais assertiva em instituições e foros multilaterais, ainda no século XX, geralmente como interlocutores ou intercessores entre centro e periferia. A globalização no século XXI é abrangente, acelerada e de baixo custo, levou a redefinição do cenário global e representa a ascensão do mundo em desenvolvimento. Acarreta na formação de redes mundiais de interdependência e torna as fronteiras mais permeáveis, mas não irrelevantes.

O multilateralismo é um instrumento dos países em desenvolvimento de reorganização do cenário internacional. A atuação por meio dos organismos internacionais promove a inserção política e diplomática, além disso favorece o protagonismo e autonomia destes atores. Ao trabalharem como mediadores entre os países centrais e periféricos promovem a confiança dos demais. Como será observado nos próximos capítulos as políticas externas de

China e Índia mudaram desde suas aberturas para o sistema internacional, e vem sendo pautadas pela assertividade, multilateralismo e autonomia.

1.3 Interdependência

Robert O. Keohane e Joseph Nye abordaram em sua obra *Power and Interdependence* (1977) a teoria da interdependência. A globalização no século XXI é abrangente, acelerada e de baixo custo, levou a redefinição do cenário global e representa a ascensão do mundo em desenvolvimento. Acarreta na formação de redes mundiais de interdependência e torna as fronteiras mais permeáveis, mas não irrelevantes. Keohane e Nye (1977, p. 42) são claros em seu conceito, e ao longo da obra é aprofundado, como neste trecho

In common parlance, dependence means a state of being determined or significantly affected by external forces. Interdependence, most simply defined, means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries (KEOHANE; NYE, 1977, p. 42)².

Na obra *Power and Interdependence* (1977) os autores observam um certo grau de interconexão desde a II Guerra Mundial. Esse termo não é sinônimo de interdependência, mas foi um de seus primeiros processos para chegar a escala atual. A interdependência gera inúmeros efeitos no mundo a partir de transações internacionais através das fronteiras, as transações geram fluxo de pessoas, bens, serviços e capital (KEOHANE, NYE, 1977, p. 42). As relações de interdependência são assimétricas no cenário de dominação Norte-Sul, aspecto o qual beneficia certos países em detrimento de outros. Keohane e Nye (1977) postularam esses custos como sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade é a capacidade de resposta de um país a alguma mudança na estrutura de interdependência com o outro, pode ser no âmbito político, econômico ou social. Trata-se dos efeitos onerosos que podem surgir das interações entre os Estados, antes que sejam desenvolvidas políticas que minimizem seus efeitos. Os autores exemplificam como "The fact that a set of policies remains constant may reflect the difficulty in formulating new policies within a short time, or it may reflect a commitment to a certain pattern of domestic and international rules" (KEOHANE, NYE, 1977, p. 45)³. A vulnerabilidade é a capacidade de um país suportar os custos da alteração da relação mesmo depois das políticas nacionais tenham sido alteradas. Sua aplicabilidade é

² "Na linguagem comum, dependência significa um estado de ser determinado ou significativamente afetados por forças externas. Interdependência, mais simplesmente definida, significa mútua dependência. A interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países"(KEOHANE; NYE, 1977, p. 42). Tradução da autora.

³ "O fato de que um conjunto de políticas permanece isso pode refletir a dificuldade em formular novas políticas em pouco tempo, ou pode refletir um compromisso com um certo padrão de regras domésticas e internacionais" (KEOHANE; NYE, 1977, p. 45). Tradução da autora.

válida em situações de trocas sociopolíticas e político-econômicas. A vulnerabilidade é o conceito básico da interdependência, para Keohane e Nye (1977, p. 46) "Vulnerability dependence can be measured only by the costliness of making effective adjustments to a changed environment over a period of time" (KEOHANE, NYE, 1977, p. 46)⁴. A vulnerabilidade inclui no seu espectro uma perspectiva política que a sensibilidade não aborda, tornando a sensibilidade irrelevante em termos de política internacional.

Para os transnacionalistas Keohane e Nye, um grau maior de interdependência leva a uma melhor e mais abrangente cooperação. Entretanto, isso não tende a ocorrer em relações Norte-Sul, tradicionalmente assimétricas. Em um modelo de interdependência simétrica e horizontal a cooperação é possível, como nas relações de cooperação Sul-Sul. A coalizão Norte-Sul perde espaço para os países emergentes no atual cenário, o qual o protagonismo político perde sua rivalidade Leste-Oeste e o sistema se modifica profundamente. A globalização é prerrogativa da interdependência, substituindo os antagonismos por cooperação, geram-se coalizões complexas, pois o doméstico e externo são indefiníveis. Keohane e Nye (1977) descrevem o sistema internacional como sistema interdependente e classificam seu termo "interdependência complexa" como um ideal. Mas que vem aproximando-se mais da realidade no pós Guerra Fria. Na definição de Keohane e Nye (1977) a interdependência complexa é a interdependência aprofundada entre alguns países, caracterizada por múltiplas conexões entre suas sociedades, relação na qual não há hierarquia e os países não movem suas forças ou violência uns contra os outros.

Na análise de Guedes (2003) a interdependência é definida pelas inter-relações dos atores, sendo assim, em determinadas situações um fato para um ator é determinante para todos os demais atores. A autora simplifica a questão, conceitua interdependência como dependência mútua, é caracterizada por efeitos mútuos nos atores envolvidos. Caso não haja efeitos de custos nas inter-relações, a situação deixa de ser interdependência, mas passa a ser interconexão (GUEDES, 2003, p. 8). A assimetria se dá quando um ator demonstra-se alheio ao sistema, ao mesmo passo que outro é afetado por ele. Sendo essas assimetrias comuns no sistema internacional, elas podem levar atores a práticas de manipulação com um ou vários dos demais atores. Guedes (2003) explicita como funciona o conceito no trecho

⁴ "A dependência da vulnerabilidade pode ser medida apenas pelo custo de fazer ajustes efetivos em um ambiente alterado durante um período de tempo" (KEOHANE; NYE, 1977, p. 46). Tradução da autora.

A regra geral é de que quanto maior a simetria maior a possibilidade de cooperação e estabilidade. Por outro lado, quanto maior a assimetria maior a possibilidade de conflito e instabilidade (GUEDES, 2003, p. 3).

Para Guedes (2003) o término da Guerra Fria e passagem do cenário bipolar para um cenário multipolar trouxe um aprofundamento da simetria das relações interdependentes. Nos anos 1990 também houve o crescimento das relações de cunho econômico, em detrimento de relações de cunho militar. Segundo Guedes (2003) as interações a nível institucional apresentaram grau elevado a partir desta troca.

Em Globalização e Interdependência, Guedes (2003) traz a análise que a interdependência aumenta os níveis de industrialização e modernização, trata-se, em primeiro ponto, de bem-estar econômico e riqueza. Ocorre, portanto, a abertura para o mercado internacional e cada vez mais inserção internacional, o comércio internacional tem grande influência sobre esse processo. Há a manutenção do crescimento econômico nacional por meio do processo de interdependência (GUEDES, 2003, p. 5). Concorda-se com Guedes (2003, p. 5) no seguinte trecho

O sistema de comércio internacional é usualmente utilizado por muitos autores e autoridades internacionais como exemplo paradigmático deste processo de interdependência econômica. O argumento corrente é de que quanto maior for a proporção de comércio internacional no produto interno bruto mais dependente é o Estado do sistema de comércio (GUEDES, 2003, p. 5).

É preciso encarar também que o conceito de Keohane e Nye (1977) não é limitado a relações em que todos os atores são beneficiados, em geral as relações são assimétricas. Além das assimetrias, constata-se que há custos na relação de interdependência, há a perda de autonomia para o ator. De qualquer forma, a teoria aponta que todos os tipos de interdependência, simétrica ou assimétrica, possui vulnerabilidade e custos a todos os atores.

Em Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas organizações internacionais, Noeli Rodrigues (2014) aponta que mesmo a interdependência seja uma relação recíproca, a teoria não aponta o ambiente internacional seja propício apenas a cooperação. Pelo contrário, há como se favorecer das assimetrias, elas são utilizadas como fontes de poder entre os Estados. Entretanto, um ambiente de assimetrias é promissor para tensões e conflitos.

Rodrigues N. (2014) defende que as organizações internacionais são atores no sistema internacional e são relevantes para conter as assimetrias ocorridas. As articulações na organização, que abarca países grandes, pequenos, do centro e da periferia, fazem os Estados chegarem a acordos razoáveis para as partes. Para Rodrigues N. (2014)

Essas organizações agem como instrumento eficaz de negociação na barganha entre os países. Portanto a Interdependência é caracterizada por uma disputa assimétrica entre os atores, uma arena de conflito e de cooperação, que obtêm como resultados; perdas e ganhos, em maior ou menor proporção (RODRIGUES, N. 2014, p. 5).

A instituições internacionais são apresentadas como um meio de diminuir a incerteza do sistema internacional, é uma colaboração para diminuir os efeitos da anarquia internacional. O argumento da Rodrigues N. (2014) é que a formação de instituições facilita a comunicação entre os atores e aumenta as chances de haver cooperação. Nesse caso, as instituições possuem três funções básicas: ampliam o fluxo de informações, favorecem o controle do cumprimento de compromissos e promovem um "sentimento" de segurança e estabilidade (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 94).

Percebe-se que a atuação dos emergentes nas organizações internacionais é pautado pelos mesmos princípios, de busca de um ambiente mais favorável ao sua ação. Assim como pode-se notar a institucionalização gradual dos países emergentes para melhor se posicionar no sistema internacional. O eixo Sul- Sul atuam buscando a manutenção do *status quo* para consolidar seu posicionamento nas instituições multilaterais, assim como estabilidade de sua nova posição no cenário internacional.

A inserção internacional dos países emergentes tem como fortes características as teorias apresentadas. Nos próximos capítulos serão desenvolvidas as percepções sobre as políticas externas da China e da Índia, entretanto, é relevante apontar os fundamentos das relações entre os Estados. Tanto China como Índia constituem o eixo Sul-Sul e se utilizam dessa modalidade de cooperação para aquisição de poder. Também é interessante apresentar como o multilateralismo e a interdependência contribuíram para a atuação em foros e organismos internacionais da China e da Índia. Além disso, ressalta-se a importância que a Cooperação Sul-Sul, o Multilateralismo e a Interdependência tiveram ao contribuir para a formação de foros de diálogo com os países do Sul. Em especial, o embasamento que proporcionou para a criação do fórum de diálogo BRICS e a atuação assertiva nos demais organismos multilaterais.

2. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE CHINA E ÍNDIA

2.1 "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica" e crise na década de 1950

No início da década de 1950 a Índia foi o primeiro país não comunista a reconhecer a República Popular da China (RPC) e manter relações diplomáticas. Havia uma atmosfera otimista sobre as relações entre os dois países, com a recente independência da Índia e implementação da República Popular da China, do final da década de 1940. A consolidação de novos ordenamentos políticos, sociais e culturais ocorreu em meio ao processo de aproximação dos dois países, ao mesmo passo ao qual havia um grau de desconforto nestas relações. Houveram momentos de aproximação, tensões e distanciamento nas décadas subsequentes.

A expressão *Chini-Indi bhai bhai*, que em tradução para o português significa China e Índia são irmãs, foi um jargão promovido pelas duas diplomacias na década de 1950. As políticas adotadas eram de amizade, fraternidade e cooperação nas relações sino-indianas, neste contexto foram criados os "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica", os quais evidenciavam a compreensão e sentimento dos dois países. São estes: respeito mútuo à soberania e integridade nacional; não-agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país; igualdade e benefícios recíprocos e; coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Este momento revela as intenções de Zhou En-lai, fundador da diplomacia da China comunista, e sua estratégia de paz para o desenvolvimento. Da mesma forma evidencia o caráter idealista da Índia de Nehru. A Conferência Afro-asiática de *Bandung* ocorreu no ano seguinte na Indonésia, a emergência do mundo afro-asiático durante a Guerra-Fria tornava necessário encontro entre as nações. Nesta conferência definiu-se uma agenda de posicionamento do Terceiro Mundo (VISENTINI, 2011, p. 45). Os ideais advindos desta conferência nortearam as relações e posicionamento do Terceiro Mundo, assim como contribuíram para aproximar os interesses sino-indianos. Contudo, apesar dos postulados adquirirem grande relevância para a região e diplomacia asiática como um padrão de conduta, a estabilidade e irmandade em seguida deu sinais de deterioração. Para Malone (2011, p. 130) pode-se observar dois períodos distintos nas relações sino-indianas

The first, from 1950 to 1962, was a period of purported friendship and ideological congruence around anti-imperialist foreign policy objectives. This soon deteriorated into a bitter yet brief border conflict, following which the

second period of 1962 to 1976 was described by one pair of scholars as the Sino-Indian 'Cold War'(MALONE, 2011, p. 130).⁵

As questões fronteiriças entre os dois países não estavam resolvidas, nem havia indicação de diálogo ou acordo, mesmo no momento otimista e de aproximação. Concorda-se com Jornada (2008, p. 16) em

Entretanto, assim como podemos observar atualmente, apesar da grande aproximação, as relações sino-indianas continuavam sendo bastante tensas. Já em 1947, por ocasião da I Conferência das Relações Asiáticas³, ficou claro que nenhum dos países reconhecia de forma completa o território do outro, assim como ambos concebiam que suas esferas de influência ultrapassavam as fronteiras circunscritas em mapas da época (JORNADA, 2008, p. 16).

A Linha *McMahon* demarca a fronteira entre Tibete e Índia, fora estabelecida no encontro de *Simla*, celebrado em 1914. Neste encontro foi determinada a linha fronteiriça pelo Tibete e Grã-Bretanha, sendo de interesse da última distanciar a Índia colônia da China. Este foi um dos fatores que estremeceram continuamente as relações sino-indianas, além de que a demarcação utilizou de referências naturais incertas. Para Oliveira (2008, p. 2) "Nehru mantinha a posição de que fronteiras eram questão de costume e geografia, enquanto os chineses argumentavam que os limites entre os dois países vinham da era colonial e estavam, assim, sujeitos a correções" (OLIVEIRA, 2008, p. 2). A China não reconheceu a legitimidade do acordo, o Tibete não poderia celebrar acordos já que não possuía soberania para tal. Aponta Nogueira (2017, p. 43) neste trecho

Em 1947 quando os britânicos deixaram a Índia, não existia uma linha clara de controle que demarcava Índia recém-independente e o território de Xinjiang e Tibete no certo oeste e central, existia ambiguidade sobre grandes extensões territoriais (NOGUEIRA, 2017, p. 43).

O território do Tibete era uma região autônoma, mas desde o século XVIII a China mantinha contingente militar e participação administrativa na região, porém sem influência política. Ao estabelecimento da República em 1912, cresceu um sentimento nacionalista chinês, que juntamente aos interesses britânicos na região levaram a China a intervir de maneira efetiva, passando a administração para militares chineses. Por intermédio da Grã-Bretanha as tropas chinesas foram retiradas do território do Tibete e apenas retornaram na década de 1950.

⁵ "O primeiro, de 1950 a 1962, foi um período de suposta amizade e congruência ideológica em torno de anti-imperialista objetivos de política externa. Isso logo se deteriorou em uma fronteira amarga, mas breve conflito, após o qual o segundo período de 1962 a 1976 foi descrito por um par de estudiosos como a "Guerra Fria" sino-indiana."(MALONE, 2011, p. 130). Tradução da autora.

No início dos anos 1950 a China havia organizado seu exército na região do Tibete a fim de conter revoltas separatistas na região. Segundo Kissinger (2011, p. 191) "A China via a Linha *McMahon* como um símbolo dos planos britânicos de afrouxar o controle chinês sobre o Tibete ou talvez dominá-lo" (KISSINGER, 2011, p. 191). As revoltas eram, por vezes, influenciadas pela Índia, era de interesse do Estado indiano a manutenção do Tibete como uma região autônoma. Dessa forma apoiava forças separatistas tibetanas, a fim de reverter a presença cada vez mais forte da China na região. As relações da China com o Tibete foram reformuladas com a instauração da RPC, havia uma necessidade de uma política mais assertiva na região, a qual historicamente era considerada um ponto fraco chinês, além de conter grande quantidade de recursos naturais. Os soldados do Exército de Libertação Popular (ELP) do governo chinês entraram no território do Tibete e acamparam em *Lhasa*. Desta forma foi assinado o tratado que definiu que uma comissão chinesa governaria o Tibete, este deixando de ser autônomo. Com a intervenção no território do Tibete a RPC pretendia manter a integridade territorial de seu país e avançar no desenvolvimento para toda a nação, a partir dos recursos naturais.

Neste contexto a Índia sentiu-se ameaçada, o Tibete era considerado um Estado tampão entre China e Índia. Com a intenção de manter a estabilidade na região foi assinado o Acordo *Panchsheel* em 1954 entre China e Índia, o acordo previa uma convivência pacífica entre os países. Por um breve período o acordo colaborou para a estabilização das relações e perpetuou um ambiente diplomático amigável. Contudo, no mesmo ano os movimentos de resistência anti-chinesa do Tibete fortaleceram-se, pois passaram a contar com apoio dos Estados Unidos (EUA) por meio de treinamento militar feito pela Agência Central de Inteligência (CIA, sigla em inglês) e nacionalistas de Taiwan. A revolta chegou à cidade de *Lhasa*, gerando resposta imediata e atuação determinante do Exército de Libertação Popular (ELP) e do Partido Comunista Chinês (PCC). Ao conter a rebelião o Tibete é integrado à China, mas o processo é degradante para a população tibetana, visto que a sociedade é teocrática seus símbolos foram sofrerem com a agressividade da atuação do ELP. A repressão religiosa era um dos objetivos da anexação tibetana para a RPC.

O ELP tinha interesse e esperava o apoio da população do Tibete, pois as rebeliões eram de caráter elitista e organizadas pela camada mais rica da população. O desrespeito aos símbolos sagrados fez o ELP perder qualquer legitimidade, mesmo que pequena, que obtivera anteriormente. Visto que o levante popular havia fracassado, Dalai Lama e outros tibetanos pedem asilo na Índia e foram transportados com suporte de agentes da CIA. Para Kissinger

(2011, p. 191) "[...] quando o dalai-lama fugiu, em 1959, e obteve a concessão de asilo na Índia, a China começou a tratar a questão de demarcação de linhas cada vez mais em termos estratégicos"(KISSINGER, 2011, p. 191). A população indiana foi conduzida a desaprovar a atuação militar chinesa no Tibete, desta forma a oposição a ELP e RPC aumentava progressivamente, da mesma forma que as tensões entre China e Índia. Concorda-se com Jornada (2008, p. 19) neste trecho

Internamente, na Índia, a opinião pública foi motivada contra a China através da questão religiosa, já que a população indiana, que é extremamente religiosa, sentia como se a sua própria cultura estivesse sendo violada. Nehru, apesar de também ser contra a estrutura teocrática da sociedade tibetana, conseguiu explorar essa brecha e criou consenso internamente para legitimar sua oposição às atitudes chinesas (JORNADA, 2008, p. 19).

O otimismo do final da década de 1940 e início da década de 1950 estava perdendo espaço, mesmo com os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e o Acordo *Panchsheel*. O governo indiano percebeu que o exército chinês estava cada vez mais próximo de suas fronteiras, desta forma iniciou operações a fim de conter a ameaça militar. Nos anos de 1959 a 1961, China e Índia planejavam planos de ocupação de territórios fronteiriços. A China estava construindo uma estrada que ligava *Xinjiang* e o Tibete desde 1955, no território indiano de *Aksai Chin*. Por ser uma área isolada e quase inacessível a Índia demorou um período substancial para perceber a ocupação. Em resposta, a Índia decidiu ser mais assertiva, lançou a Operação *Onkar* objetivando a construção de postos e patrulhamento na região da Linha *McMahon* e parte do território chinês. Como aponta Kissinger (2011, p. 192)

Em 1961, a Índia adotou o que chamou de Política de Avanço. Para apagar a impressão de que não estava reclamando o território em disputa, a Índia deslocou seus postos militares adiante, próximo aos postos chineses previamente estabelecidos ao longo da linha de demarcação preexistente (KISSINGER, 2011, p. 192).

Em 1960 há um encontro entre Nehru e Zhou En-lai, primeiro-ministro chinês (1948-1976), em Nova Déli onde Zhou propôs um acordo rejeitado por Nehru. O primeiro-ministro chinês, as atitudes indianas desrespeitavam o acordo firmado em 1954, e a proposta atual serviria como resolução das tensões e evitaria futuros conflitos. Nehru desconsiderou a proposição, pois considerava o território em questão indiscutivelmente indiano. Segundo Kissinger (2011, p. 191)

Zhou ofereceu um acordo de substituir as reivindicações chinesas na parte leste da linha por reivindicações indianas no oeste, em outras palavras, acatando a Linha *McMahon* como base de negociações em troca de reconhecimento das reivindicações chinesas de *Aksai Chin* (KISSINGER, 2011, p. 191).

As ocupações se intensificaram gerando cada vez mais atrito entre os países, segundo Jornada (2008, p. 19) "vários pequenos incidentes entre os dois exércitos estavam ocorrendo na fronteira, sendo os de *Longju* e *Kongka* os mais notáveis" (JORNADA, 2008, p. 19). A Índia deu início a Operação *Leghorn*, seu objetivo era identificar postos avançados no território chinês e expulsá-los. Deslocou seus postos militares adiante da fronteira e o exército teve ordens de atirar nas tropas chinesas à vontade (KISSINGER, 2011, p. 192). Em outubro de 1962, a resposta a Operação *Leghorn* foi uma ofensiva chinesa, dando início ao conflito.

2.2 Guerra sino-indiana de 1962

A Política de Avanço indiana dava ordens ao seu exército baseado na concepção de que os chineses estavam em seu território, para a Índia o ELP não resistiria ao avanço de seu exército, esta decisão precipitada deu-se início a Guerra sino-indiana no ano de 1962. Mesmo que as primeiras incursões agressivas tenham sido feitas pelo exército da Índia, ambos os lados compartilham da responsabilidade por esse conflito. Seja pelas políticas de avanço ao longo da fronteira, planejadas pela Índia, ou pela interpretação da relação Tibete-Índia pela China.

Nos anos anteriores a política chinesa para os avanços do exército da Índia era de retroceder, após o início dos ataques esta ordem foi retirada, mas a China mostrou temperança por certo tempo. Neste período a China organizou sua estratégia de confronto, assim que a Comissão Militar Central, Mao Zedong e líderes de alto escalão deram as instruções não haveria mais nenhum postos indianos, além dos já estabelecidos. A estratégia chinesa era conter, cercar e evitar um conflito maior ou derramamento de sangue, Mao caracterizou sua atuação como "coexistência armada" (KISSINGER, 2011, p. 193). A reação do exército indiano não foi a esperada, os objetivos chineses de evitar derramamento de sangue e obstruir mais avanços indianos foram frustrados. O exército indiano percebeu a moderação do ELP, o exército chinês não era permitido a atirar a menos que a proximidade fosse menos que 50 metros entre eles.

Após postergar a decisão sobre um ataque, no início de outubro do mesmo ano foi determinado um novo plano estratégico, cujo objetivo era levar a Índia para negociação diplomática. A China necessitava de uma resolução rápida do conflito, pois estava estruturando sua política econômica a partir de uma grande reforma, enquanto envolvia-se com a situação no Laos. A China considerava possível um ataque americano via Laos, no sul de seu território. Enquanto planejava uma resolução para a Guerra sino-indiana temia que os

Estados Unidos alinhados com Taiwan pudessem invadir seu território, o qual estaria desprotegido com grande contingente militar na fronteira continental oeste. Como aponta Malone (2011, p. 134) neste trecho

[...] in April 1962 while China was reeling under the disastrous impact of its Great Leap Forward programme of economic reform and facing threats of a military invasion from Taiwan and from US involvement in a proxy conflict through Laos. By July, however, both the Taiwan and Laos challenges had been resolved to China's satisfaction and it focused its energies on countering India's forward policy (MALONE, 2011, p. 134).⁶

A situação do Laos resolveu-se na Conferência de Genebra em 1962, e as forças armadas estadunidenses deixaram a região. Dessa forma, uma das preocupações da China havia sido neutralizada e logo em seguida a questão de Taiwan deixou de ser urgente. Durante as reuniões de Varsóvia os interesses estadunidenses sobre Taiwan foram determinadas e não correspondiam aos temores chineses. Não era de interesse da China mais derramamento de sangue, mas era necessária uma alternativa efetiva e que causasse menos danos possíveis. Segundo os estrategistas chineses, um ataque maciço forçaria a Índia a dialogar ou cessaria avanços por um certo período. Os ataques ocorreram em duas fases, ofensivas preliminares em outubro e um ataque maciço em novembro. Segundo Jornada (2008, p. 20)

Dessa forma, em 21 de novembro do mesmo ano, 31 dias depois do início do conflito, as tropas indianas já haviam sido derrotadas pelas chinesas, deixando um saldo de quase 1500 mortos para a Índia. A Índia se retirou do Assam, retraindo-se para os limites impostos pela linha McMahon, enquanto que a China limitou-se a manter sua reivindicação sobre Arunachal Pradesh, sem tomar nenhuma atitude mais agressiva (JORNADA, 2011, p. 20).

Após o ataque maciço, a China declarou unilateralmente um cessar-fogo, deu início a retirada do ELP para as posições determinadas pela Linha *McMahon*, mas manteve ocupada uma parte da região reivindicada. Os dois países terminaram a guerra sem adquirir qualquer território, a Linha *McMahon* se manteve e as reivindicações permaneceram sem caráter bélico. Entretanto, esta Guerra representa humilhação para a Índia, Nehru subestimou a força e capacidade do ELP e considerou que a conjuntura de Crise dos Mísseis favorável, descartando o apoio soviético, que na realidade foi confirmado. "Mais bem equipado e treinado, o Exército chinês surpreendeu Exército indiano na Linha McMahon" (NOGUEIRA, 2017, p. 44), a derrota moral indiana demonstrou sua falta de preparo, estratégia e logística, e escancarou a superioridade tática chinesa. Concorda-se com Nogueira (2017, p. 47) em que a

⁶ "[...] Enquanto a China estava se recuperando sob o impacto desastroso de seu Grande Salto Adiante programa de reforma econômica e enfrentando ameaças de uma invasão militar de Taiwan e do envolvimento dos EUA em um conflito por procuração através do Laos. Em julho, no entanto, tanto os desafios de Taiwan e Laos foram resolvidos para satisfação da China e concentrou suas energias em combater o avanço da Índia política." (MALONE, 2011, p. 134). Tradução da autora.

Guerra de 1962 fez a política externa indiana sofrer mudanças urgentes, "a derrota indiana mostrou à Índia a debilidade de suas forças e a necessidade de reformular a conduta da política externa e de segurança, assumindo cada vez mais uma orientação realista" (NOGUEIRA, 2017, p. 47). Houveram tentativas de negociações e resoluções através da intermediação de Estados vizinhos, entretanto 20 anos depois as relações entre China e Índia recomeçaram.

Mao superou uma grande crise e saiu dela sem vitórias territoriais, entretanto fortaleceu a soberania nacional, assim como seu exército. Depois de 1962, a RPC era uma nação capaz de manter sua segurança nacional, seu território e estabilidade, para a comunidade internacional a China tornou-se mais resistente aos impactos do sistema internacional. Sua capacidade de gestão e logística também puderam ser observados, além disso mostrou que sua política externa é guiada pela paz, temperança e moderação, mas não aceitaria afrontas tais como observadas na Guerra sino-indiana. Após a Guerra de 1962, houve a aproximação sino-paquistanesa, a qual faria oposição aos interesses da Índia.

Na questão de ingerência externa é notável a participação da CIA e EUA, a qual incentivou e treinou a revolta no Tibete e colaborou para a fuga de Dalai Lama para Índia. É necessário considerar, que mesmo sem interferência direta ou financeira, a ingerência estadunidense estava presente e levou a um agravamento das tensões sino-indianas. A Crise dos Mísseis ocorreu no mesmo período de outubro de 1962 e fez com que os interesses norte-americanos se voltassem para os mísseis soviéticos em Cuba, pois ao longo do conflito atuação dos EUA deixa de ser visível.

A estratégia de ataque final da China passou pelo olhar de Khrushchev antes de ser implementada, a União Soviética (URSS) manteve-se neutra ao longo do conflito, mas em caso de guerra apoiaria a China. É possível que o Kremlin quisesse garantir o apoio chinês, caso a Crise dos Mísseis de desenrolasse para um confronto, devido a oposição da sua atitude às políticas anteriores de neutralidade. Entretanto, a proposta soviética mostrou-se efêmera e as relações entre China e URSS que já estavam enfraquecidas foram ainda mais resfriadas, a URSS passou de neutra para a oposição da China na Guerra.

2.3 Entente sino-paquistanesa

O cessar-fogo encerrou o conflito, mas as tensões continuaram, desta vez para o contexto da Guerra Fria. Com o afastamento da China da URSS e seu isolamento do plano internacional, a Índia observou a possibilidade de uma aliança. A China definiu sua postura

como um país do Terceiro Mundo, o isolamento chinês foi de encontro com a década turbulenta de 1960. Nesta década o rompimento com a URSS a levou a sua desestalinização (VISENTINI, 2011, p. 53) e redefinição de posicionamento, além da Revolução Cultural. Kissinger definiu a Revolução Cultural como "[...] uma década de frenesi ideológico, sectarismo político feroz e quase guerra civil, que ficou conhecida como a Grande Revolução Cultural Proletária" (KISSINGER, 2011, p. 197). A cisão com a URSS visava autonomia diplomática, a China via com urgência em alcançar sua soberania, reafirmação no sistema internacional e desenvolvimento, seus objetivos a diferenciavam das outras nações comunistas.

A China fez seu primeiro teste nuclear com um dispositivo em *Lop Nor*, no ano de 1964. Devido ao dilema de segurança causado, a Índia se viu fragilizada com a atitude do seu vizinho, sua preocupação de desenvolvimento militar tornou-se mais urgente. Zhou En-lai escreveu uma carta ao primeiro-ministro indiano Lal Bahadur Shastri explicando seus motivos para o teste. Os testes nucleares chineses duraram um período de 10 anos entre 1964 e 1974, modificou a estrutura de poder na região e acabou impelindo a Índia a desenvolver seu exército convencional, mas também iniciar o desenvolvimento de sua tecnologia nuclear. Visentini (2011, p. 52) aponta as vantagens adquiridas pela China no período de testes nucleares

O país, novamente atingia um patamar de importância frente às potências regionais. Como consequência mais imediata, podemos destacar o reconhecimento francês (que acarretou numa importante abertura na Europa), o relaxamento das relações com outros países europeus, além do reforço das relações informais com o Japão. Com o estabelecimento de tais vínculos a RPC tentava burlar o bloqueio econômico promovido pelos EUA, bem como encerrar a fase de isolamento, que caracterizou a primeira metade da década de 1960 (VISENTINI, 2011, p. 52).

Mesmo com seu isolamento a China procurava parceiros regionais e o Paquistão se mostrou aberto ao diálogo, que resultou em mais um atrito com a Índia, concorda-se com Jornada (2008, p. 21)

Durante esse período, o principal ponto a perturbar a relação entre os dois países era a questão da aproximação entre China e Paquistão, além do advento da tecnologia nuclear para fins bélicos por parte da China, que deixou a Índia em uma situação de vulnerabilidade, entre todas as importantes questões que eventualmente surgirão no relacionamento entre China e Índia, sob a perspectiva indiana, com certeza, a questão do Paquistão é a mais problemática (JORNADA, 2008, p. 21)

O relacionamento da Índia e do Paquistão possui certa complexidade desde o período anterior a independência e partição dos dois países. O sistema de castas indiano, proveniente

do hinduísmo, formava uma estrutura rígida de dominação popular e levava a marginalização de grande parte da população. Invasões turcas, aproximadamente no ano 1000, levaram o Islã a Índia, o qual, ao contrário do sistema estabelecido, prega igualdade entre os homens, adquirindo muitos fiéis. O Islamismo se tornou uma fonte de libertação do sistema de castas para a população marginalizada. Porém durante a Índia colônia britânica as perseguições a população muçulmana se tornou efervescente. Foi nesta época em que alguns líderes muçulmanos iniciaram o processo de independência de um Estado soberano muçulmano. A população muçulmana encontrava-se principalmente na região leste e noroeste da Índia, conhecidas como regiões do *Punjab*, partes do Afeganistão, Caxemira, *Sind* e Baluchistão. Nestas regiões os Estados principescos já eram liderados pela Liga Muçulmana, partido que defendia a independência e criação de um Estado muçulmano. A Grã-Bretanha envolvia-se em mais uma Guerra de proporções gigantescas, a II Guerra Mundial e já não via lucro na sua colônia indiana.

Por parte do governo britânico, foi enviada uma missão, em abril de 1946, para a definição de uma constituinte e independência indiana, porém os dois maiores partidos tinham grandes divergências, o que tornou-se um impasse. Os principais partidos indianos eram o Congresso Nacional Indiano (CNI), o qual era liderado por Mahatma Gandhi e Nehru e a Liga Muçulmana, cuja liderança era Mohammad Ali Jinnah. O presidente do partido CNI, tinha o objetivo a independência indiana e a consolidação de uma nação unida, já a Liga Muçulmana defendia a separação da região indiana com maior parte da população muçulmana, os quais haviam sido segregados e transferidos para as regiões leste e noroeste da Índia.

Foi criada, então, a Comissão de Fronteira para fazer o mapeamento e delimitação das fronteiras entre Paquistão e Índia. A resolução britânica foi partilhar o território a criar o Estado do Paquistão Oeste e Paquistão Leste, atualmente Bangladesh. A separação foi desastrosa do aspecto humanitário, segundo Macedo (2017) "ao final das migrações forçadas, principalmente nas regiões do *Punjab* e Bengala, estimados 15 milhões foram deslocados, com até dois milhões de mortos". A independência do Paquistão foi declarada em 14 de agosto de 1947 e a independência da Índia em 15 de agosto do mesmo ano, os primeiros governantes foram, respectivamente, Mohammad Ali Jinnah e Jawaharlal Nehru. Os problemas de relacionamento entre Índia e Paquistão permaneceram tensionados das décadas seguintes, e a China soube tirar proveito desta situação.

Em 1961, o Paquistão fez a proposta a China de demarcação de sua fronteira, delimitando a região entre a Caxemira paquistanesa e o território do *Xinjiang*. Com as relações sino-indianas desgastadas no pós 1962, a China aceitou o acordo e o formalizou em 1963, determinando a aproximação sino-paquistanesa. A partir da resolução da questão fronteiriça a amizade foi institucionalizada através de vários acordos bilaterais e diferentes áreas, tanto militares quanto diplomáticas. O apoio da China contribuiu com as hostilidades entre Índia e Paquistão, acarretando nas duas Guerras em 1965 e 1971.

A primeira Guerra indo-paquistanesa iniciou em 1965 devido a uma operação paquistanesa de invasão, denominada Operação Gibraltar. A invasão pretendia incentivar revoltas nas regiões da Caxemira e *Jammu*, locais de reivindicação dos dois países, e se mostrou infrutífera. O confronto ocorreu entre os meses de abril e setembro de 1965, mas o acordo de paz apenas foi assinado no início de 1966. Malone (2011, p. 134) observou a ingerência externa no conflito

The 1965 war between India and Pakistan was a litmus test of the already established USA–Pakistan relationship as well as the new Sino-Pakistani relationship. When the USA declared neutrality and blocked military transfers to both India and Pakistan, the latter turned to China for assistance and received it in generous amounts (MALONE, 2011, p. 134)⁷

A China apoiou declaradamente o Paquistão diplomaticamente e militarmente nas duas guerras indo-paquistanesas, através da venda de material bélico, essa relação era estratégica para contrabalancear a hegemonia da Índia na Ásia. O relacionamento sino-paquistanês foi favorável para os dois países, a vantagem militar e diplomática dessa parceria explorou as vulnerabilidades da Índia, a qual precisava se defender de duas ameaças. Apesar de se fundamentar na contenção militar frente a Índia, a aliança sino-paquistanesa se refletia em uma parceria estratégica. O Paquistão significava, para a China uma nova parceria comercial e a segurança de rotas terrestres para produtos chineses para o Oriente Médio. Contudo, os armamentos adquiridos pelo Paquistão eram apenas suficientes para sua defesa, não haveria possibilidade de uma agressão maciça. A parceria armamentista se tornou uma dependência paquistanesa da China, ainda mais depois do desenvolvimento de uma estratégia conjunta de segurança na década de 1970. Para a URSS essa guerra poderia servir para aumentar sua influência na região e contrapor a China. As negociações do acordo de paz firmado em 1966 entre Índia e Paquistão foi intermediado pela URSS.

⁷ "A guerra de 1965 entre Índia e Paquistão foi o teste decisivo para a relação EUA- Paquistão já estabelecida, bem como a nova relação Sino-Paquistanesa. Quando os EUA declararam neutralidade a bloquearam as transferências militares entre Índia e Paquistão, o último voltou-se para a China para obter assistência e recebeu com generosidade.". (MALONE, 2011, p. 134). Tradução da autora.

A região de *Sikkim* era um protetorado indiano, nesta região existe uma passagem ligase ao Tibete, chamada *Nathu La*, tal passagem havia sido fechada ao fim da guerra de 1962. A China emitiu um ultimato alegando que a passagem de *Nathu La* e *Jelep La* localizava-se na bacia hidrográfica apontada pela Linha *McMahon* como fronteira. Neste ultimato a China tinha como objetivo que a Índia retirasse seus postos militares, que seriam ilícitos, para ajudar o Paquistão na Guerra Indo-paquistanesa de 1965. Entretanto, por decisão do Major General Sagat Singh a região não foi desocupada pelo exército indiano, mesmo com ameaças e incursões chinesas no território ao longo do ano de 1966 e 1967. As tensões se acirraram nos anos de 1966 e 1967, quando a Índia encontrava-se em crise econômica e escassez de alimentos e a China passava pelo período de Revolução Cultural. Segundo Campos (2016, p.3) "em 1967, houve choque de tropas chinesas e indianas na região de Siquim, além de dois diplomatas indianos expulsos de Pequim sob a acusação de espionagem, contribuindo para deteriorar relações entre Índia e China." (CAMPOS, 2016, p. 3).

Em setembro de 1967, os militares indianos pretendiam demarcar de forma física a fronteira, colocando cercas de arames onde consideravam o limite. O primeiro incidente entre os exércitos começou quando o ELP aproximou-se e iniciou uma breve luta corpo a corpo, os chineses rapidamente recuaram e permitiram que o exército indiano continuasse demarcando a fronteira. Dias mais tarde outro choque ocorrera, devido a ataques chineses, os quais dispararam contra soldados da Índia e foram replicados com bombardeios, o cessar-fogo veio em 4 dias. Em outubro outro choque ocorrera na região, após várias derrotas o exército chinês recuou aproximadamente três quilômetros da fronteira. A Índia fortaleceu-se com a vitória nos conflitos e recuperou a auto-estima perdida em 1962.

Em 1966, a China iniciou sua Revolução Cultural, "o que levou o país a um grande isolamento internacional na segunda metade dos anos 1960, e a um refluxo de grande parte de suas iniciativas diplomáticas" (VISENTINI, 2011, p. 52). Por meio da Revolução Cultural, Mao atacou o que havia restado da cultura tradicional chinesa, nenhuma instituição foi poupada, houveram ataques a governos, líderes do PCC e do ELP (KISSINGER, 2011, p. 197). O sistema educacional chinês, modelo de ensino, teve suas aulas suspensas indefinidamente, pois segundo Mao os jovens deveriam viver a revolução. O resultado foi um massacre com a população, as instituições e burocracias feito por jovens que juntavam-se a facções e milícias, como os Guardas Vermelhos, tropas de choque ideológico. Uma sociedade baseada na ordem e erudição, voltava ao seu estado feudal, hostilizavam professores, autoridades, profissionais, entre outros, livros foram destruídos. Jovens eram enviados a

fazendas para aprender a revolução camponesa. O confucionismo era a base da sociedade, foi basicamente criminalizado e perseguido, desaparecendo quase que totalmente da China. Universidades foram fechadas, qualquer indivíduo com título de especialista era considerado suspeito, pois o profissionalismo era um conceito burguês, a fonte de sabedoria estabelecida eram os camponeses.

Todos os chineses deveriam carregar um exemplar do "Pequeno Livro Vermelho", conjunto de citações de Mao, compilado por Lin Biao, seu possível sucessor. Mao incentivava as ações de seus partidários, segundo Gayn (1967, p. 247-252 apud KISSINGER, 2011, p. 197)

Ele (Mao) aprovou seus ataques violentos contra a burocracia existente no Partido Comunista e contra os costumes sociais tradicionais e encorajou-os a não temer a "desordem" conforme lutavam para erradicar os "Quatro Velhos" - velhas ideias, velha cultura, velhos costumes, velhos hábitos- que, para o pensamento maoista, haviam mantido a China enfraquecida (GAYN, 1967, p. 247-252 apud KISSINGER, 2011, p. 197)

A diplomacia da China desestabilizou-se, construiu um ódio descontrolado pela URSS e seu bloco, assim como pelo ocidente. Embaixadas estrangeiras eram atacadas, o incidente mais conhecido é o roubo de uma missão diplomática inglesa, os quais sofreram ataques de extrema violência. As equipes diplomáticas chinesas deveriam voltar ao país para serem reeducados no campo ou participarem de atividades revolucionárias (KISSINGER, 2011, p. 199). Diplomatas deveriam incentivar a cidadãos chineses em outros países a fazer a revolução onde estivessem.

Ao fim da década de 1960 e início da década de 1970, as tensões regionais já poderiam estar separadas das tensões da Guerra Fria, no contexto bipolar a Índia e a URSS alinharam-se e por outro lado China, Paquistão e EUA formaram parcerias. Malone (2011, p. 135) aponta desta forma

During the 1971 unrest in East Pakistan, India faced tremendous pressure from both the USA and China not to intervene in Pakistan's internal affairs. This in turn drove India to seek a military alliance with the Soviet Union, and the 'so-called America-China-Pakistan versus Soviet-India alliance was established' (MALONE, 2011, p. 135).⁸

No início dos anos 1970, a China e Paquistão iniciaram seu plano de segurança conjunta ao mesmo tempo em que forneciam armas e financiamento para rebeliões na região

⁸ "Durante a agitação de 1971 no Paquistão Oriental, a Índia enfrentou uma enorme pressão dos EUA e da China para não intervir nos assuntos internos do Paquistão. Isso, por sua vez, levou a Índia a procurar um exército aliança com a União Soviética, e a chamada 'América-China-Paquistão contra a aliança Soviético-Indiana foi estabelecida'(MALONE, 2011, p. 135).Tradução da autora.

nordeste da Índia. Neste período a China buscou parceria com o EUA, que estava dando sinais de desgaste no Vietnã, a China buscava reinserção na comunidade internacional e o desenvolvimento de sua economia.

Em 1970, as eleições na parte oriental do Paquistão resultaram em um desfecho favorável ao partido que representava os interesses dos paquistaneses ocidentais, gerando grandes manifestações sociais. Essas manifestações perduraram até o ano seguinte, mas de caráter cada vez mais violento, a comunidade que havia dado apoio ao Paquistão ocidental sofria perseguições e mortes. O envolvimento das forças armadas apenas aprofundaram a instabilidade na região, acarretando em mais mortes e refugiados para os Estados vizinhos. O quadro preocupante de refugiados em território indiano impedia o país de se isolar da crise, Indira Gandhi, primeira-ministra e filha de Nehru, passou a apoiar a independência da região em um novo país. A Índia apoiou e ofereceu treinamento a 80 mil membros de uma guerrilha rebelde, objetivando um plano de invasão. Em dezembro de 1971 a ofensiva militar com o apoio da marinha e aeronáutica indiana levou a rendição dos comandantes militares paquistaneses (MALONE, 2011, p. 346). No final dezembro terminava a Guerra de Independência de Bangladesh e milhões de refugiados voltaram para sua região de origem. Para Visentini (2011, p. 53)

A República Popular da China vivia, nesta época, um grande isolamento externo, devido ao fracasso do Terceiro Mundo, independência de Bangladesh em 1971 e derrota do Paquistão, seu aliado, frente à Índia, ocasionada pela aliança dessa última, sua rival, com a URSS (VISENTINI, 2011, p. 53)

A derrota do Paquistão afetou fortemente a China, sua principal aliada, que procurava por estabilidade e acabar com seu isolamento no cenário internacional. Além dos problemas internos ainda não solucionados como resultado da Revolução Cultural.

2.4 A Guerra-Fria e ingerência externa nas relações sino-indianas

O momento no qual China e Estados Unidos estreitaram seus vínculos, era agitado e incerto em seus ambientes domésticos. O progressivo afastamento de Pequim e Moscou durante a década anterior deu abertura para negociações e aproximação sino-americana. A China havia passado pela Revolução Cultural que a deixou tumultuada, além da insegurança regional. Os EUA estavam no final de uma guerra que sabiam que estava sendo perdida e sua população crescentemente clamava pelo fim desta, assim como ala política doméstica. Em um artigo para a *Foreign Affairs*, Nixon, presidente dos EUA convidava a China a entrar para na

comunidade de nações como Estado atuante. Para os EUA significava uma tentativa de retomar a hegemonia exaurida. Kissinger (2011, p. 206) aponta a possível estratégia tomada por Mao, para iniciativa de negociações com os EUA, "Mao tentou enfrentar as ameaças à China retomando o clássico estratagema chinês: jogar os bárbaros uns contra os outros e recrutar inimigos distantes a lutar contra os que estavam próximos" (KISSINGER, 2011, p. 206).

A aproximação não ocorreu instantaneamente, Mao e Nixon precisaram enfrentar críticas e empecilhos para o diálogo ser formado. Por vinte anos China e EUA haviam cortado relações e foram considerados ferrenhos inimigos. A amarra ideológica permanecia, mas os alinhamentos eram guiados por interesses em comum, parcerias estratégicas para chegar a objetivos bem definidos. Neste contexto, a ideologia era de caráter doméstico e para garantir a sobrevivência do Estado era aceitável manter diálogo com quem fosse necessário. Kissinger deixa explícito o processo na sua abordagem sobre "A necessidade deve fornecer o impulso para a política; contudo, ela não define automaticamente os meios. E tanto Mao como Nixon enfrentavam enormes obstáculos para iniciar um diálogo, sem falar de uma conciliação entre Estados Unidos e China" (KISSINGER, 2011, p. 207). Ambas as populações possuíam uma carga de vinte anos de hostilidades, a aproximação teve de ser cautelosa.

Mao reuniu-se com seu primeiro-ministro Zhou e seus marechais em diversas reuniões, nos primeiros encontros o diálogo com os imperialistas americanos não era uma manobra a ser tomada. Aliar-se a uma das potências, os imperialistas americanos ou os revisionistas soviéticos, as quais repudiavam a China não fazia parte da política externa do país. Em análise astuciosa feita meses depois ao rever o papel dos EUA, chegaram a conclusão de que mesmo sofrendo retaliações da imprensa ou parte da população, a aproximação com os EUA era de utilidade e conveniência para a defesa.

Para os EUA, a aceitação pública era o grande desafio, mesmo determinado pelo governo de Nixon que os interesses geopolíticos seriam os aspectos de maior interesse nessa relação. As alterações no equilíbrio de poder mundial levaram a política externa americana a tomar ações que garantissem sua hegemonia, foi um momento revolucionário para a política externa estadunidense.

Em 1969, haviam sinais consideráveis de que uma guerra sino-soviética aconteceria, foram enviadas tropas soviéticas ao longo das fronteiras da China, estimava-se que 42 divisões, constituídas um milhão de homens (KISSINGER, 2011, p. 220). Fato que

encaminhou para a criação de um espaço para o diálogo oficial, já que para Mao havia uma ameaça imediata de guerra, a qual, ao longo de um ano diminuiria. A aproximação levou a uma remodelação da ordem da Guerra-Fria, tal atitude foi capaz de promover um novo equilíbrio internacional. A resultante imediata foi estabelecer a RPC no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1971, como membro permanente, assim como instâncias e organismos da ONU.

Neste quadro, as relações da Índia com a URSS tornaram-se mais intensas. Desde o rompimento de relações com China em 1962, a Índia aproximou-se da URSS, ameaçando o *status quo* regional favorável a China. A nova atuação internacional da China não agradou a Índia, no mesmo ano em que a RPC teve assento permanente no Conselho de Segurança a Índia resolveu tomar uma atitude. Malone (2011, p. 305) aposta que a "India responded to China's new global status with a nuclear test in 1974, and the annexation of Sikkim the following year, provoking loud Chinese protestations" (MALONE, 2011, p. 305)⁹. O ambiente permanecia hostil, pois a China percebia a Índia como um instrumento soviético. Mesmo no contexto de atrito e de protestos da população chinesa, Mao decide restabelecer relações diplomáticas com a Índia em 1976. O primeiro sinal de que haveria um processo de reaproximação foi a abertura de embaixadas no mesmo ano.

Após a morte de Mao, Deng Xiaoping seu sucessor continuou com seu plano de aproximação com a Índia, um de seus atos mais importantes foi acabar com o apoio de insurgências das províncias nordestes da Índia. Depois de mais de uma década sem relações diplomáticas o ministro das relações exteriores indiano Atal Bihari Vajpayee foi enviado a China. O encontro visava chegar a uma resolução pacífica das questões da fronteira entre os dois países, foi sugerida uma consulta pacífica. Mesmo assim um consenso não foi atingido, mas este encontro renovou as esperanças de um momento mais otimista das relações sino-indianas. Ainda no final da década de 1970, o ministro das relações exteriores chinês Huang Hua fez uma visita a Índia. Neste momento foi combinado que as negociações bilaterais ocorreriam anualmente através de seus vice-ministros (NOGUEIRA, 2017, p. 51). Após estes encontros foram assinados acordos de comércio favorecendo as relações bilaterais entre China e Índia.

⁹ " A Índia respondeu ao novo status global da China com um teste nuclear em 1974, e a anexação de Sikkim no ano seguinte, provocando muitos protestos chineses" (MALONE, 2011, p. 305). Tradução da autora.

Na década de 1980, foi marcada por um momento de tensão e outro de avanço. Em 1986 foi estabelecido que a região de Arunachal Pradesh tornara-se um estado indiano. Nessa região foi notada a presença de chineses e a construção de estruturas permanentes. Visto que o pedido da Índia à China para se retirar foi negado, os dois exércitos mobilizaram-se para o local. Desta vez a diplomacia já tinha sido ampliada entre os dois países e foi possível evitar uma nova guerra pelo meio da conversação. Em 1988, foi realizado o encontro mais simbólico para as relações sino-indianas nos últimos vinte anos. O primeiro-ministro indiano Rajiv Gandhi, filho de Indira Gandhi, fez uma visita a China e foi recebido por Deng Xiaoping. Jornada (2008) sugere que foi este encontro que levou ao progresso das relações sino-indianas nos anos seguintes, "A visita de Rajiv Gandhi à China em dezembro de 1988 foi o passo definitivo para o início da normalização das relações sino-indianas, que teve grande progresso nos anos 1990" (JORNADA, 2011, p. 24). No encontro foram criados o Joint Working Group para a questão fronteiriça e o Joint Economic Group para o desenvolvimento econômico. Além de acordos para cooperação tecnológica e científica, e a vontade conjunta de propiciar um ambiente harmonioso baseado nos Cinco Princípios de Convivência Pacífica. Essa retomada de relações se deve pelas mudanças impostas aos ambientes domésticos pelo reordenamento do cenário internacional, o qual foi favorável para a mudança de visão de um país sobre o outro.

A percepção da China sobre a Índia nas décadas anteriores era de um país semi-independente, que passou de um alinhamento com a Grã-Bretanha para a URSS. Além disso, a Índia estaria tomando um papel de liderança regional, o que fazia a China se aproximar do Paquistão. No momento de mudança de percepção a Índia passou a ser considerado uma nação autônoma. Para a Índia, a China representava uma ameaça constante depois da guerra de 1962 e sua política de aproximação dos EUA uma tentativa de limitação da atuação indiana na região.

A Política de Olhar para o Oriente ou olhar para o leste (*Look East*) foi instaurada na Índia em 1992, essa política ampliou o processo de mudança de visão da China e resultou na abertura indiana. Desta forma diversificou seus parceiros e aproximou-se da Ásia. Tais atitudes compeliram a China a fazer reformas na sua política externa, mas desde o final da década de 1980 ela já havia percebido que sua posição deveria mudar. Em 1989, iniciou uma reaproximação com a URSS e as relações entre eles foi normalizada.

A década de 1990 teve grande relevância diplomática e marcos fundamentais da reaproximação, principalmente para os assuntos de resolução de conflitos fronteiriços. As relações bilaterais diplomáticas e comerciais foram desenvolvidas, Campos (2016, p. 4) aborda como se desenvolveram pacificamente as relações sino-indianas da década de 1990:

Registraram-se progressos para reduzir a tensão na fronteira como a redução progressiva de militares, reuniões periódicas e notificação prévia de exercício militar. Dessa maneira, o comércio fronteiriço foi retomado em 1992, após um intervalo de 30 anos, assim como a reabertura dos consulados em Bombaim e Shanghai. Em 1994, os países marcaram suas relações com base nos cinco princípios da Coexistência Pacífica e aprofundaram suas relações ao simplificar os procedimentos de visto, ao evitar a dupla tributação de produtos e ao presenciar o anúncio chinês em que se opõe a independência da região da Caxemira.(CAMPOS, 2016, p. 4)

Em 1991, os chanceleres indiano Shukla e chinês Quian Qichen, retomaram nesta reunião o comércio da fronteira em disputa, que havia estagnado em 1962. No mesmo ano, houve a visita de seis dias do primeiro-ministro da China, Li Peng à Índia. Essa viagem foi de grande relevância e aprofundamento da confiança e bom relacionamento, com a visita de um representante do alto escalão político chinês que não ocorria há mais de três décadas. Nogueira (2017, p. 52-53) aponta os resultados da visita

A recíproca visita à Índia pelo Primeiro Ministro chinês Li Peng em 1991, após uma lacuna de 31 anos, trouxe como resultados a reabertura dos consulados em Bombaim e Shanghai e o comprometimento para a resolução da questão das fronteiras através de consultas amigáveis, reuniões periódicas e notificação prévia de exercício militar (NOGUEIRA, 2017, p. 52-53).

O primeiro-ministro da Índia Narasimha Rao retribuiu e visita dois anos mais tarde, o encontro proporcionou novos comprometimentos e a assinatura do Acordo de Manutenção da Paz e Estabilidade na Linha de Controle disputada (JORNADA, 2008, p. 26). Neste acordo a proposta de discussão da questão fronteiriça não envolveria suas forças armadas, como é explicitado por Nogueira (2017, p. 53) "[...] as partes concordam que as questões das fronteiras seriam resolvidas de forma amigável através de negociações pacíficas e amigáveis, nenhum dos dois lados deveria usar a força ou ameaçar usar a força um contra o outro" (NOGUEIRA, 2017, p. 53). Há em 1996, um dos grandes avanços diplomáticos, a assinatura do acordo de Medidas de Confiança Mútua (MCM), que voltam as ideias já estabelecidas nos Cinco Princípios de Convivência Pacífica.

O fortalecimento das relações sino-indianas é aprofundado em cada acordo feito na década de 1990, que pode ser considerada a mais frutífera entre os dois países. O período entre 1976 e 1998 mostra o redirecionamento de suas políticas externas na Ásia e no mundo.

Concorda-se com Malone 2011 em "the bilateral interactions of the 1980s and early 1990s created a foundation for future cooperation and the institutionalization of efforts to find a permanent settlement to the border dispute" (MALONE, 2011, p. 138)¹⁰. Os avanços diplomáticos, acordos de cooperação e paz foram incrementados pela evolução das relações comerciais entre China e Índia. No final da década de 1990 a realização de testes nucleares na Índia estremece as relações sino-indianas, porém a evolução recente destas serão abordadas no capítulo 3.

¹⁰ "as interações bilaterais dos anos 80 e início dos anos 90 criou uma base para a futura cooperação e a institucionalização de esforços para encontrar uma solução permanente para a fronteira disputa" (MALONE, 2011, p. 138). Tradução da autora.

3. RECENTE AVANÇO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS SINO-INDIANAS (1990)

A política externa da China e da Índia são aspectos indispensáveis do desenvolvimento das relações entre ambos os Estados. Serão apresentados os principais traços das políticas externas da China e da Índia, desde a instauração da República Popular da China e da independência da Índia. Para melhor compreensão das suas aspirações mundiais atualmente, é necessário que sejam observados a formulação e progresso histórico da política externa chinesa e indiana. Pretende-se dimensionar os interesses e estratégias dos dois países de forma individual para que, assim, seja compreensível o desenrolar das relações sino-indianas no século XXI.

3.1 Fundamentos da política externa Chinesa

A República Popular da China foi implementada em 1949 e a política externa foi reestruturada, desde então as suas características principais são a independência e a autodeterminação (DUQING, 1990). Para o PCC, a nova política externa deveria prover o respeito e dignidade perdidos no século anterior. A primeira Guerra do Ópio (1842-1856)¹¹, que deu início a ingerência externa na China, foi o marcador do "século de humilhação". A política externa reestruturada deveria então apresentar a China como o "Império do Meio" (WEISSMANN, 2015).

O fundador da política externa da RPC, Zhou En-lai promoveu junto com a Índia os "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica", sempre foi clara a estratégia chinesa de promover a paz para o desenvolvimento. São estes: respeito mútuo à soberania e integridade nacional; não-agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país; igualdade e benefícios recíprocos e; coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Os princípios foram a base da nova política externa chinesa, política de independência e autonomia os complementaram. Duqing (1990) aponta dez pontos fundamentais da política externa da China, são esses: 1) Observando os objetivos e interesses

¹¹ A Primeira Guerra do Ópio aconteceu entre 1842 e 1856, o conflito envolveu Inglaterra e China e culminou no Tratado de Nanquin. Neste tratado, Hong Kong foi cedida a Inglaterra e portos estratégicos foram abertos ao comércio com Inglaterra e EUA. O conflito teve seu início com a proibição da importação de ópio da China e consequente queima de um depósito da substância que pertencia a Companhia das Índias Ocidentais. Segundo Duarte (2005, p. 138) o consumo de ópio pela China foi introduzido no século XVII e ao longo do século XVIII, entretanto "somente na segunda metade do século XVIII a importação do ópio pela China foi expandida, inicialmente pelos portugueses, depois pelos franceses e finalmente pelos ingleses, quando a quantidade importada por esse país foi estimada em 10.000 toneladas, movimentando 20.000.000 de libras esterlinas" (DUARTE, 2005, p. 138). O governo chinês preocupado com a importação exagerada e visto o resultado desastroso do abuso da substância proibiu sua importação, o que mais tarde levaria a guerra com a Inglaterra.

do povo chinês, assim como dos demais povos, a China é contra qualquer hegemonismo para que se possa desenvolver a cooperação amistosa com todos os países e assim como a prosperidade econômica conjunta; 2) Como forma de oposição a qualquer hegemonismo, a China deseja que todos os países sejam opostos a confrontes a opressão dos pobres pelos ricos e dos fracos pelos fortes. Autodeterminação, para que cada país resolva seus assuntos próprios e colaboração mediante negociações e consultas para resolver os assuntos do mundo, para que não sejam solucionados por algumas superpotências; 3) a China permanece com sua posição independente e autônoma, sob qualquer circunstância. Para qualquer problema internacional a China definirá seu posicionamento de acordo com o justo ou injusto. Essa definição deve ser feita com base na salvaguarda da paz mundial, desenvolvimento da cooperação e promoção da economia mundial; 4) a China terá atuação independente de superpotências, dessa forma não se alinhará ou estabelecerá relações estratégicas com as mesmas; 5) respeito estrito aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica; 6) como país pertencente ao Terceiro Mundo, suas relações devem ter como ponto de partida os países do Terceiro Mundo. A China se opõe ao imperialismo, colonialismo e racismo, e apoia as independências nacionais. Promoção das relações Norte-Sul e expansão da Cooperação Sul-Sul, a fim de uma união dos países do Terceiro Mundo; 7) oposição a corrida armamentista e corrida espacial, assim como oposição a armas químicas; 8) relações de cooperação e intercâmbios baseados na igualdade e reciprocidade, nestas bases a China promove abertura política com todos os países; 9) participação nas Nações Unidas e seus órgãos específicos, e atuação a fim de promover a paz e desenvolvimento mundial de acordo com a Carta das Nações Unidas; 10) a China estimula a cooperação com os demais países nos setores econômico, científico, tecnológico, educacional, sente outros. E oferece o suporte das suas entidades de massas, organizações populares de personalidades representativas para as cooperações (DUQING, 1990, p. 2-4).

No início da década de 1960, a China se envolveu em uma guerra com Índia, ao fim do conflito suas relações estavam cortadas. Ainda no início da década, mais especificamente em 1964, o primeiro dispositivo nuclear chinês foi testado, e a comunidade internacional voltou-se para observar a China. Durante a década e meia que sucedeu a instauração da RPC as relações da China com seus vizinhos foi boa, com exceção da Índia. Entretanto, quando a China iniciou sua Revolução Cultural¹², houve o isolamento internacional, atuando de forma discreta e sutil na região, atitude a qual viria a ser quebrada só na década seguinte.

¹² A Revolução Cultural Chinesa teve como base a juventude urbana organizada como Guardas Vermelhos, que propagavam o questionamento do modelo soviético do comunismo. Dessa forma, buscavam corrigir as políticas

No ano de 1971, a China passou a integrar as Nações Unidas, obtendo seu reconhecimento em detrimento de Taiwan. Dessa forma, retomou seu assento como quinto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em setembro de 1976 morre o Mao Zedong e seu sucessor Deng Xiaoping inicia o processo de abertura externa e modernização.

O ano de 1979 acaba por se tornar o marco da abertura chinesa, a partir de então a China passa a obter grandes êxitos no âmbito internacional. A China torna-se mais atuante e ativa no sistema internacional e envolve-se na dinâmica econômica. Pode-se observar uma aproximação entre China e EUA, os EUA temiam um avanço soviético na China e pelo mesmo motivo a China precisava de um aliado fora da região. Os dois países aproximaram-se gradativamente, devido a barreira ideológica tanto o governo quanto a população dos dois países hesitavam nesse alinhamento. As relações sino-americanas haviam sido cortadas em 1949 com a implementação da RPC, além da parceria estratégica era de interesse dos EUA integrar a China a economia mundial. A década de 1980 foi marcada pelas visitas recíprocas sino-americanas, as quais possibilitaram o avanço nas relações diplomáticas e comerciais, além do intercâmbio científico e tecnológico, diversos outros setores foram favorecidos como educacional, cultural e militar. China e EUA assinaram três comunicados conjuntos que continham princípios norteadores de suas relações, como aponta Duqing (1990, p. 7)

O constante desenvolvimento das relações estatais entre a China e os EUA está baseado nos três comunicados conjuntos: Comunicado Conjunto de Shanghai, Comunicado sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas e o Comunicado sobre a Venda de Armas a Taiwan pelos EUA (assinado no ano 1982). Deles, constam os princípios que devem ser seguidos; por ambas as partes, entre outros, o respeito mútuo e não interferência nos assuntos de um pelo outro (DUQING, 1990, p.7).

Em 1982 é estabelecida a Política Externa Independente da Paz, tal estratégia previa o restabelecimento de relações pacíficas com EUA e URSS. Foi iniciado um processo chamado por Duqing (1990, p. 8) de "terminar com o passado de abrir o futuro" com a URSS. A década de 1980 constituiu a continuação das relações sino-soviéticas, que foram normalizadas gradativamente. Em maio de 1980, Gorbachev visitou a China, o encontro entre líderes marcou a oficialização das relações bilaterais entre os países. Em retribuição a visita de

do PCC e seus burocratas, além da cultura do confucionismo, considerada reacionária, mas que guiava a sociedade chinesa há milênios. Mas acima destes objetivos "Ele (Mao Zedong) lançou o que esperava viesse a se provar um ataque final aos teimosos resquícios da cultura chinesa tradicional - de cujo entulho, ele profetizou, surgiria uma nova geração ideologicamente pura mais bem-equipada para salvaguardar a causa revolucionária [...]" (KISSINGER, 2011, p. 197). O resultado foram escolas fechadas para que os jovens fossem aprender com os camponeses a base da revolução, ampla reforma institucional e classe intelectual hostilizada, pois representava o ocidente e os velhos costumes. O que levou a China a fechar-se para o exterior e resolver seus problemas internos de 1966 até a morte de Mao em 1976.

Gorbachev, Li Peng, Primeiro Ministro chinês foi a URSS, onde foram assinados seis acordos em diversas áreas como cooperação comercial, científico-tecnológico e aeroespacial (DUQING, 1990, p.8). O clima era positivo, ambos tinham pretensões de desenvolver as relações bilaterais, foi o caso do acordo de desmilitarização parcial das fronteiras. Contudo a URSS sucumbiu em poucos meses, e a China se viu sem um forte aliado na região. Além disso, a reação da comunidade internacional ao protesto da Praça da Paz Celestial em 1989 obrigou a China a se manter alerta quanto à segurança e fortalecer a sua política externa. Wang (2011, p. 439) observa a reação do líder chinês nessa conjuntura, a proposição de uma nova estratégia para proteger aspirações e expandir relações

Consequently, the former paramount leader Deng Xiaoping gave guidance to China's foreign and security policy apparatus that, collectively, has come to be known as the "twenty-four character" strategy: "observe calmly; secure our position; cope with affairs calmly; hide our capacities and bide our time; be good at maintaining a low profile; and never claim leadership" (lengjing guancha, zhanwen jiaogen, chenzhuo yingfu, taoguang yanghui, shanyu shouzhuo, jue bu dangtou). In recent years, there has been debate whether the phrase "make some contributions" (you suo zuo wei) should be added (WANG, 2011, p. 445).¹³

A década de 1990 representou a realização da política externa proposta por Deng Xiaoping, também foi a década de crescimento econômico mais notável da China. Esses dois fatores concentraram a política de criação de um ambiente externo favorável para o desenvolvimento interno. Neste período a participação ativa nas organizações internacionais foi efetiva, dando contribuições para o desenvolvimento e estabilidade internacional. Com relação a parcerias internacionais, a China já havia se aproximado da União Europeia, tornando-se grandes parceiros comerciais e estratégicos. Contudo a década de 1990 foi caracterizada pela regionalização das parcerias chinesas. Os laços entre China e os países asiáticos e a Rússia foram estreitados neste período. Para Nogueira (2017) "seu crescimento econômico proporcionou uma nova postura regional e global" (NOGUEIRA, 2017, p. 20). O desenvolvimento e expansão da economia chinesa gerou efeitos positivos na sua política externa, transformando seu caráter sutil numa postura mais confiante.

Em 1997 foi anunciado na ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático, sigla em inglês) o "Novo Conceito de Segurança" chinês. O Novo Conceito foi uma estratégia que

¹³ "Consequentemente, o ex-líder supremo Deng Xiaoping deu orientação para o aparato de política externa e de segurança da China que, coletivamente, passou a ser conhecida como a estratégia dos "vinte e quatro caracteres": "Observar com calma; garantir nossa posição; lidar com os assuntos com calma; esconder nossas capacidades e esperar nosso tempo; ser bom em manter um baixo perfil; e nunca reivindicar liderança"(lengjing guancha, zhanwen jiaogen, chenzhuo yingfu, taoguang yanghui, shanyu shouzhuo, jue bu dangtou). Nos últimos anos, tem havido debates sobre se a frase "Faça algumas contribuições" (you suo zuo wei) deve ser adicionado" (Tradução da autora).

delineou as linhas da política externa chinesa nos anos 2000. Também representou uma resposta a expansão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), na qual os EUA estreitaram as alianças de segurança e cooperação.. A intenção do "Novo Conceito de Segurança" era enfatizar as necessidades de cooperação econômica em acordos mutuamente benéficos e firmar parcerias estratégicas. É baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e representa um estágio anterior a política dos anos 2000 de "ascensão pacífica" (WEISSMANN, 2015, p.10).

A política externa chinesa no século XXI é chamada "ascensão pacífica" e retoma os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica de 1954. Em seguida o termo foi renomeado para "desenvolvimento pacífico". Mudando a "ascensão" pelo "desenvolvimento" tornaria a expressão mais aceitável, para não causar grandes desconfortos ou polêmica aos demais Estados. Para Amaral (2012) a mudança evitaria tensões principalmente com EUA e Japão, evitando qualquer desconforto com o vizinho desenvolvido e com a "hegemonia mundial" (AMARAL, 2012 , p. 13). Wang (2011) sustenta que a política de "ascensão pacífica" é sustentada pela globalização, a qual a China se utilizou muito bem, tanto para seu mercado quanto para sua diplomacia. A economia doméstica em crescimento e o mercado internacional praticamente dominado pela China é a segunda base de sua ascensão. Além disso, o ambiente internacional mais estável se mostra favorável e é crucial para o desenvolvimento chinês. A estabilidade da China é garantida pela rede de aliados da periferia mundial, o que também evita um confronto prematuro com os EUA (WANG, 2011, p.442).

O termo "ascensão pacífica" foi oficializado como parte da política externa chinesa quando foi citado por Wen Jiabao, Primeiro Ministro chinês em um discurso feito na Universidade de Harvard em 2003. No discurso, foi abordado a dedicação da China em ser uma potência em ascensão dedicada à paz e também ao seu desenvolvimento interno (AMARAL, 2012, p. 10). Não faz parte da postura tampouco da intenção chinesa ser uma potência hegemônica, ou qualquer tipo de ameaça a outro Estado. A preocupação da China nesse momento foi impedir que o crescimento chinês fosse desestabilizado por um impacto negativo em outros países. Pode-se enfatizar a atuação chinesa na crise asiática de 1997 e na crise de SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave, sigla em inglês), neste trecho Zhimin (2007, p. 13) usa o conceito de "Estado responsável" para caracterizar a China

China started to embrace the concept of being a "responsible state" from the 1997-1998 Asian Financial Crisis, when China decided not to devalue its currency in the context of the region-wide currency collapse in East Asia, and furthermore, to lend emergency loans to crisis-hit countries. In the 2003

SARS outbreak within and out of China, after initial cover-up attempts, China adopted a more transparent approach, with full cooperation with the World Health Organization and neighboring countries to combat the spread of SARS (ZHIMIN, 2007, p. 13).¹⁴

A ascensão da China pode ser considerada por alguns Estados como uma ameaça, mas a China antecipou que é uma "potência responsável". A diplomacia chinesa busca através da cooperação o estabelecimento de seu status de potência. O crescimento da China foi acompanhado de sua maior participação nas interações com os outros países, sua política externa sustentou-se nos organismos internacionais e por meio de relações bilaterais e multilaterais. Obteve grande avanço nos últimos anos, na região asiática de maneira mais ampla, pois é a região que representa tua área estratégica para o setor econômico. E nos continentes africano e sul-americano, aumentando sua área de influência econômica (NOGUEIRA, 2017, p. 21).

O ano de 2008 foi de grande relevância para a política externa chinesa, pois seu crescimento econômico foi reconhecido como o mais rápido e o maior contribuinte para o crescimento da economia mundial. A crise mundial que afetou de forma severa os EUA e o mundo todo como reflexo, não foi tão abrupta para a China ou afetou de maneira drástica sua economia doméstica. Esse fato aumentou a confiança chinesa em sua política externa e econômica (WEISSMANN, 2015, p. 11).

A política externa chinesa tornou-se cada vez mais assertiva, característica que ganhou mais força com a aproximação com os EUA, mas também com a África e América do Sul (AMARAL, 2012, p. 16). Mesmo com os acordos diplomáticos e comerciais os países vizinhos da China ficaram hesitantes com seu novo caráter assertivo, o que levou a um relativo distanciamento. A diplomacia chinesa voltou a destacar seu conceito de "desenvolvimento pacífico" para não perder os aliados regionais. Esse ponto é observado por Weissmann (2015, p. 16) no trecho

Since 2011 China has made attempts to regain the regional and international trust. China's more assertive behaviour has destroyed most of two decades of trust-building, with China having strived to convince both its regional

¹⁴ "A China começou a abraçar o conceito de "estado responsável" da crise financeira asiática de 1997-1998, quando a China decidiu não desvalorizar sua moeda no contexto do colapso da moeda em toda a região no leste da Ásia e, além disso, realizar empréstimos emergenciais para países atingidos pela crise. No surto de SARS 2003 dentro e fora da China, após tentativas iniciais de encobrimento, a China adotou uma abordagem mais transparente, com total cooperação com a Organização Mundial de Saúde e os países vizinhos para combater a disseminação da SARS" (ZHIMIN, 2007, p. 13). Tradução da autora.

neighbours and the international community that it is not a threat, but a peacefully rising and responsible power (WEISSMANN, 2012, p. 16).¹⁵

Para aprofundar os laços e recuperar parceiros a diplomacia chinesa utiliza das organizações internacionais como meio de manter parcerias multilaterais, mas mais que isso de atingir suas aspirações. A consolidação da China como potência mundial provem em grande parte, de sua atuação em fóruns e instituições internacionais. Segundo o Economic Strategy Institute- ESI (2011) em uma pesquisa para The U.S.-China Economic and Security Review Commission a participação da China em fóruns e organismos internacionais sustenta o seu processo de projeção internacional. Sua diplomacia objetiva manter uma imagem positiva e cooperativa, sem deixar de lado o desenvolvimento econômico.

China's growing role not only supports its strategic interests, but, it should be acknowledged, is also frequently constructive and helpful for the organizations in which it participates. Furthermore, to the extent these organizations accomplish work that is beneficial to the global community at large, China rightfully deserves its fair share of credit for its support and contributions. Importantly, from a tactical point of view, China's constructive engagement in these organizations is shrewd because it heightens Chinese credibility, which further strengthens China's influence, and its ability to achieve its objectives (ESI, 2011, p.4).¹⁶

Pode -se observar a transmissão internacional da cultura e língua chinesa, como forma de criar afinidade e não temer a expansão diplomática da China. Dessa forma, a aceitação da sua influência é mais notória ao passar dos anos. Para Mendes (2010) a China utiliza de *soft power* para atingir esses objetivos, como é explicitado neste trecho

A China cria ou participa em organizações multilaterais, um instrumento de soft power, para gerir interesses de realpolitik, usufruindo das vantagens do multilateralismo sem assumir as obrigações geralmente inerentes a este tipo de diplomacia (MENDES, 2010, p. 4).

A diplomacia chinesa tornou-se no século XXI assertiva e pragmática, caracterizada pela diversificação de parcerias estratégicas, comerciais e de cooperação. A China vem

¹⁵ "Desde 2011, a China tem tentado reconquistar a confiança regional e internacional. O comportamento mais assertivo da China destruiu a maior parte das duas décadas de construção de confiança, com a China esforçando-se para convencer tanto seus vizinhos regionais quanto a comunidade internacional de que não é uma ameaça, mas um poder pacificamente crescente e responsável" (WEISSMANN, 2012, p. 16). Tradução da autora.

¹⁶ "O papel crescente da China não apenas apoia seus interesses estratégicos, mas, deve ser reconhecido, é também frequentemente construtivo e útil para as organizações nas quais participa. Além disso, na medida em que essas organizações realizam trabalho que é benéfico para a comunidade global em geral, a China legitimamente merece sua parcela de crédito por seu apoio e contribuições. É importante ressaltar que, do ponto de vista tático, o envolvimento construtivo da China nessas organizações é perspicaz, porque aumenta a credibilidade chinesa, o que fortalece ainda mais a influência da China e sua capacidade de atingir seus objetivos" (ESI, 2011, p. 4). Tradução da autora.

adquirindo influência política através do seu "desenvolvimento pacífico", concomitante com seu crescimento econômico. Sua maior presença na África e América do Sul reflete sua diversificação e maior influência global.

3.2 Fundamentos da política externa Indiana

A Índia é popularmente conhecida como a "maior democracia do mundo", seu sistema político é multipartidário. Entretanto, apenas dois partidos tem atuação nacional, são eles o Partido do Congresso e o Bharatiya Janata Party - BJP (Partido Nacionalista Hindu). O Partido do Congresso predominou nos cargos de primeiros-ministros durante o período pós independência até 1998, excluindo um breve período entre 1977 e 1980. Em um momento de insatisfação das massas e de transformação social acontece a ascensão do BJP em 1998 (SOUZA, KUHLMANN, FREITAS, 2016, p. 219). Para a compreensão da política externa indiana dos anos recentes é necessário ver o seu desenvolvimento. Guimarães ([2010?], p.4) aponta que a política externa indiana teve três fases com diferentes características ideológicas. A primeira fase de sua política externa teve grande influência de Mahatma Gandhi e seu executor como primeiro-ministro foi Nehru (1947-1964), o período inicial de 17 anos pós independência são majoritariamente idealistas. No momento posterior, a política externa foi alterada pelos governos subsequentes, nos quais predominaram as agendas de economia e segurança nacional. Para Guimarães ([2010?], p. 4)

Em governos posteriores a política externa e de segurança tornou-se mais pragmática e adquiriu gradativamente características mais próximas da *Realpolitik*. Fatores econômicos e de segurança nacional desempenharam papel determinante no processo de formulação e implementação da política externa de todo o país; ambos esses fatores são produto da interação e interdependência de fenômenos associados à *Innenpolitik* e variáveis sistêmicas (GUIMARÃES, [2010?], p. 4).

Nos primeiros anos de política externa como país independente a Índia procurava manter sua linha autônoma com foco no não-alinhamento no sistema internacional. Nehru promoveu o encaminhamento para que a Índia pudesse obter papel de liderança na região e projetar seus interesses globais. Nogueira (2017, p. 22) defende que o posicionamento de Nehru foi adequado para o momento da Guerra Fria e turbulências internas devido a problemas econômicos e sociais. Além disso a autonomia era de extrema importância para Nehru, como aponta Guimarães ([2010?], p. 6) no trecho

A Índia de Nehru combateu o colonialismo e o imperialismo (para ele tanto a URSS como os EUA tenderiam a desenvolver, no longo prazo, algum tipo de

imperialismo), liderou também a luta contra o racismo, especialmente a Apartheid então praticada na África do Sul (GUIMARÃES, [2010?], p. 6)

Os sucessores de Nehru eram seguidores de seus ideais, tanto Lal Bahadur Shastri quanto a filha de Nehru Indira Gandhi (1966-1984) permaneceram com os mesmos preceitos de política externa. Lal Bahadur Shastri enfrentou e tornou-se herói nacional durante a guerra com o Paquistão em 1965. Indira manteve a política de não-alinhamento, mesmo que em certos períodos tenha feito parcerias estratégicas com EUA e URSS. Durante a crise econômica e escassez de alimentos Indira negociou com o presidente Lyndon Johnson um programa de ajuda econômica e importação de alimentos (GUIMARÃES, [2010?], p. 7). Entretanto, por não apoiar os EUA na Guerra no Vietnã a ajuda econômica foi cancelada, o que levou um afastamento maior nas relações bilaterais Índia-EUA. Outro exemplo de parceria estratégica é o Tratado de Amizade com a União Soviética (1971), mesmo ano no qual invade o Paquistão saindo vitoriosa. Para Guimarães ([2010?], p.7)

Ainda em 1971 a Índia enviou ao espaço seu primeiro satélite artificial. Nesse mesmo ano foi assinado Tratado de Amizade com a União Soviética, com duração prevista para 20 anos. Em 1974 a Índia explodiu sua primeira bomba atômica. De acordo com líderes nacionalistas esse deveria ter sido um momento de definição para a Índia, mas tornou-se uma "oportunidade perdida". Na ocasião a Índia estaria cerca de 10 anos atrás da China em termos de pesquisas nucleares (GUIMARÃES, [2010?], p.7).

Neste período enfrentou conflitos com Paquistão e China sobre a definição de suas fronteiras. Pode-se observar que a política externa indiana nestes dois governos tornam-se paulatinamente pragmáticas, mesmo que de essência idealista. Em 1975, Indira foi acusada e considerada culpada por adulterar votos. Diante destes fatos Indira declarou Estado de Emergência e inúmeras liberdades civis foram suspensas. Com sua imagem prejudicada ela perdeu as eleições de 1977 para Morarji Desai (1977-1979) do BJP, líder da oposição à Indira. Desai foi colega e amigo de Nehru e Gandhi no movimento pela independência, se considerava Gandhiano. Porém era conservador, autoritário, tinha críticas ferrenhas as políticas socialistas de Nehru e era favorável a privatização. Da mesma forma que Indira, Desai foi acusado de corrupção e teve um governo instável, dentre suas maiores contribuições para a política externa da Índia foi a reaproximação com o Paquistão e China. A aproximação com estes dois países foi melhor desenvolvida no governo de Rajiv Gandhi. Seu sucessor ficou no cargo por seis meses de julho de 1979 a janeiro de 1980 e não obteve contribuições de fato para a política externa.

O filho de Indira, Rajiv Gandhi (1984-1991) teve o governo marcado pela reaproximação com a China, apesar de ter assumido em um momento de fortes instabilidades

domésticas. O início de seu governo foi "marcado, de um lado, pela crise da dívida externa e pelo colapso da economia planificada" (SOUZA, KUHLMANN, FREITAS, 2016, p. 220). Neste período houve a consolidação do BJP como partido de oposição ao governo. Nogueira (2017) aponta que Indira e Rajiv utilizaram do *soft power* para estreitar vínculos, no esforço de aumentar sua influência e diminuir o receio dos vizinhos aos seus interesses (NOGUEIRA, 2017, p. 24). Em meio a inseguranças internas havia um temor de que o Paquistão encobria grupos terroristas na Caxemira, apoio que treinaria grupos. O aumento de militares indianos no local fez que com as tensões com a China e Paquistão ressurgissem. Para Guimarães ([2010?], p. 10) "Rajiv ensaiou inicialmente retorno à postura idealista Neruhviana ao propor na Assembléia Geral da ONU um Plano de Ação que eliminaria todos os armamentos nucleares" (GUIMARÃES, [2010?], p.10). Após assumir o governo V. P. Singh deu início a um programa de reformas, que incluíam a liberalização da economia. O programa foi rejeitado pelo congresso e seu governo durou 12 meses (02/12/89 a 10/11/90) antes de sua queda. O mandato seguinte foi de Chandra Shekhar que durou apenas seis meses (10/11/90 a 21/06/91).

Ocorria neste período o colapso da URSS, que desta forma não seria mais capaz de manter-se como apoiadora e parceira econômico e comercial da Índia. Nascia, então, o novo pragmatismo na política externa indiana, pela necessidade de atuar no sistema internacional. A abertura econômica surge como o caminho para o desenvolvimento econômico, sua política externa voltou-se notoriamente para a firmação de contratos comerciais. Pode-se observar com clareza os resultados positivos desta nova concepção de diplomacia para a Índia. A Índia fez de sua aproximação com os EUA a base para novos parceiros, se valendo de fóruns ou instituições multilaterais. A prioridade do governo de P. V. Narasimha Rao (1991-1996) foi o crescimento econômico e o fortalecimento das forças armadas. Para Guimarães ([2010?], p.10)

A nova prioridade era promover o desenvolvimento econômico e aumentar a capacidade militar de modo a garantir segurança interna e regional e ao mesmo tempo permitir sustentabilidade no cenário internacional de status compatível com os interesses nacionais e grandeza do país (GUIMARÃES, [2010?], p.10).

A política externa da Índia começa de maneira efetiva a ser assertiva e sistêmica, mas reduziu a presença do Estado no doméstico. Foi adotada a política de "olhe para o leste", a fim de gerar maior comprometimento e estreitamento com o Sudeste Asiático e Extremo Oriente. Dessa forma reforçando sua influência regional e desenvolvendo bases para um papel de

potência asiática. Foram reveladas as relações secretas que haviam sido mantidas com Israel desde 1969, decorrente do fato Israel abriu uma embaixada em Nova Déli rapidamente (GUIMARÃES, [2010?], p. 12). A Índia tornou-se mais ativa e protagonista nas organizações internacionais regionais como na Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC sigla em inglês) e na ASEAN. A mudanças estruturais feitas foram em detrimento de princípios idealistas e a alteração de prioridades governamentais. Como aponta Nogueira (2017, p. 25) "Tendo como prioridades a integração, o crescimento econômico, a reforma e liberalização, o crescimento rápido e o desenvolvimento interno" (NOGUEIRA, 2017, p. 25). Além de Israel, a Índia também aproximou-se da França e estreitou seus laços diplomáticos e no âmbito militar e de defesa. A aproximação com o Paquistão também pode ser notada através de foros multilaterais, mantendo o diálogo pelos canais de comunicação com os vizinhos.

Entre os anos de 1996 e 1998 três governos de breve duração ocorreram, todos da base aliada do BJP. Até que em maio de 1998 o congresso escolheu Atal Bihari Vajpayee do BJP e este venceu as eleições no ano seguinte. A ascensão do BJP vem de um período de profunda transformação social e insatisfação das massas, acontecimentos que o BJP utilizaram como plataforma (SOUZA, KUHLMANN, FREITAS, 2016, p. 219). O sonho de uma Índia potência permeava o governo do Primeiro Ministro Vajpayee (1998-2004), com fortes críticas ao congresso como de favorecimento a população muçulmana e de abertura exagerada. Um de seus primeiros atos foi a realização de testes nucleares na operação Pokhran II, mostrando o apoio e a prioridade do programa nuclear que permaneceram por todo seu governo. "Nesta esteira, o que de fato é evidente dentro da lógica indiana é a visão de que a segurança seria um derivativo do poder, e, como tal, significava um mecanismo eficiente para contra balancear os poderes das outras Potências Mundiais" (SOUZA, KUHLMANN, FREITAS, 2016, p. 223). A capacidade da Índia de alcançar um novo degrau para tornar-se potência baseava-se além do desenvolvimento econômico, mas no seu programa nuclear. A aproximação do Paquistão foi uma de suas mais notáveis conquistas como Primeiro Ministro, como aponta Guimarães neste trecho

A dramática viagem de ônibus do PM Vajpayee a Lahore para reunir-se com o PM Nawaz Sharif em fevereiro de 1999—alinhada “diplomacia de ônibus”—demonstrou o otimismo de Vajpayee e o desejo de melhorar o clima entre os dois países. Foi a primeira visita ao Paquistão de um chefe de governo da Índia desde a visita de Neruh quarenta anos antes (GUIMARÃES, [2010?], p. 16).

A aproximação dos princípios da política externa com a Realpolitik foi quase automática para alcançar os interesses indianos na região. A coerção militar foi uma das grandes estratégias de Vajpayee, que concentrou-se especialmente na sua agenda de defesa e segurança. É notória a sua estratégia pelos pesados investimentos no aparato militar e a criação do Conselho Nacional de Segurança (CNS). Durante o governo BJP a Índia viveu um período de grande desenvolvimento, a liberalização de sua economia permaneceu como no governo anterior (SOUZA, KUHLMANN, FREITAS, 2016, p. 219). A aproximação com os EUA teve seu início do mandato de Vajpayee, mas foi aprofundada por seu sucessor. Além disso Vajpayee buscou diversificar seus parceiros comerciais e da mesma forma os laços diplomáticos. Concorde-se com Oliveira (2008) neste trecho

Depois do Onze de Setembro, Vajpayee apoiou abertamente Washington na luta contra o terrorismo e passou a estreitar laços de segurança com Israel, mas tendo o cuidado de não se prender demais a esses dois. Visitou Pequim, Moscou, Teerã e Damasco para desenvolver laços comerciais com outros parceiros e marcar a insatisfação do seu governo com a persistência de velhas desigualdades, no quadro da economia em processo de globalização (OLIVEIRA, 2008, p. 7).

Entretanto a política externa do BJP sofreu com as votações na Assembleia Geral da ONU em 1996. O documento *Comprehensive Test Ban Treaty*, o qual a Índia era contrária e havia expressado suas críticas em diversas oportunidades foi aprovado por 158 votos a 3. Também na Assembleia Geral foram votados os cinco novos membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o Japão foi escolhido para a vaga da Ásia em uma votação de 142 votos para o Japão e 40 para a Índia. A estratégia de política externa teve de ser repensada pelo Primeiro Ministro (SOUZA, KUHLMANN, FREITAS, 2016, p. 220).

Para Guimarães ([2010?]) em 2004 a visão para o Sul da política externa indiana o levou ao Fórum IBAS aprovando sua Agenda de Cooperação com Brasil e África do Sul, em termos de política externa e segurança (GUIMARÃES, [2010?], p. 28). Os três países compartilham o multilateralismo como forma de diplomacia, também são semelhantes no potencial regional e nos problemas socioeconômicos. Por meio da Agenda de Cooperação, os Estados trocaram experiências de governo, assim como constituíram projetos de cooperação e intercâmbio.

Na época do governo BJP as circunstâncias domésticas levavam a crer que o partido permaneceria no poder, entretanto Sonia Gandhi, a viúva de Rajiv ganhou as eleições de 2004. Sonia declina do cargo para que Manmohan Singh (2004-2014) seja Primeiro Ministro, desta forma o Partido do Congresso retoma o poder. O governo de Singh não representou

alterações na política externa indiana, a estreita aproximação com os EUA foi o fator mais significativo de mudança. Iniciativas realizadas no governo Vajpayee foram formalizadas por Singh, como mostra Guimarães ([2010?], p. 17)

Uma evidência de continuidade na política externa e de segurança são os acordos celebrados com os EUA, na área de Defesa com duração de 10 anos, a Declaração Conjunta que propõe a criação de uma “parceria global” EUA-Índia e prevê cooperação em vários setores, inclusive na área nuclear e, finalmente, o Acordo Nuclear firmado em agosto de 2007 (GUIMARÃES, [2010?], p.17).

A aproximação com os EUA também levou a uma cooperação tecnológica. Para Oliveira (2008) três pontos estratégicos fizeram Índia e EUA cooperarem: 1) o fator China-para ambos os países a China representa uma ameaça à defesa e suas visões de ordem internacional; para a Índia a China não é aceita como a única potência nuclear da Ásia e os EUA enxergam com temor a expansão da China; 2) o aumento da interdependência, principalmente, no quesito informática, mas de maneira geral na educação, mídia e indústria de entretenimento; 3) aprofundamento da cooperação intergovernamental nos setores de inteligência, militar e comunicações (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

Da mesma forma que o estreitamento com os EUA, as relações da Índia com a União Europeia foram iniciadas por Vajpayee e aprofundadas por Singh a partir de 2004. A União Europeia tornou-se um dos principais parceiros comerciais da Índia, mas no âmbito diplomático ocorreram vários avanços. No ano de 2005 foi assinado em Nova Deli o "Plano de Ação Conjunta", que deveria promover compromissos nas áreas econômica, política, técnica, meio ambiental, entre outras (SOUZA, KUHLMANN, FREITAS, 2016, p. 230). As relações entre Índia e União Europeia foram caracterizadas pela bilateralidade, mas de forma geral a política externa da Índia tem sido desenvolvida de forma multilateral. Como observa MONGIARDIM (2011) "Embora a diplomacia indiana tenha, ao longo do tempo, privilegiado a ação bilateral, Nova Deli tem logrado situar a Índia no centro da comunidade internacional, aderindo progressivamente ao paradigma do multilateralismo" (MONGIARDIM, 2011, p. 6).

A política externa da Índia voltou-se para o Sul em nos setores de comércio e investimentos, assim como na atuação diplomática multilateral. De forma mais efetiva na África, segundo Oliveira (2008) "China e Índia estão efetivamente ajudando a recolocar a África no mapa econômico do mundo"(OLIVEIRA, 2008, p.13)

Em 2014, Narendra Modi (2014-atual) tomou posse como Primeiro Ministro indiano, assim o BJP voltou ao governo. Nos primeiros meses de seu governo Modi visitou alguns

países do Leste de Sudeste Asiático, foi uma forma de destacar a importância das relações regionais para Índia. A prioridade do BJP ao investimento no âmbito regional é chamada Carrières (2017) por de "política do *Neighbourhood First*" (CARRIÈRES, 2017, p. 285). A política de Modi para o Paquistão é de tentativa de normalização dos ânimos, as tensões vão além das linhas fronteiriças contestadas, mas tensão étnico-cultural tem se agravado. O fato dos dois países possuírem armas nucleares, torna a relação foco de atenção global.

A política externa de Modi tenta ampliar as relações com a vizinhança de modo geral. Entretanto utiliza-se do "Look East" a fim de dar prioridade a região Ásia-Pacífico. O posicionamento "Act Est" é utilizado também para que os planos de política externa sejam efetivados entre os parceiros. Nogueira (2017) exemplifica as duas formas de agir externamente da Índia

De modo geral, o "Look East" e o "ActEast" são um esforço indiano para ampliar e melhorar as relações econômicas e estratégicas, focando principalmente a região Ásia-Pacífico, onde o país faz parte de uma série de agrupamentos regionais e sub-regionais. A implementação do ActEast visa agilizar a execução dos planos criados para a região de forma mais eficiente e satisfatória, mas, para isso ser alcançado é necessária a cooperação com os parceiros estratégicos (NOGUEIRA, 2017, p. 25).

Mesmo com a forte atuação regional a principal característica da Índia de Modi é a política externa assertiva e proativa. A atenção da política externa indiana com os vizinhos não a faz perder o interesse no resto do sistema internacional. Pelo contrário, a escolha pela diversificação de parceiros é um de seus principais focos, da mesma forma que o comprometimento com fóruns e organismos internacionais. Os fóruns de diálogo são formas de fazer a manutenção da soberania nacional e integração regional.

Com relação a África e América Latina o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) demonstrou o grande avanço no engajamento internacional da Índia. O Fórum IBAS é uma iniciativa de países que mesmo com suas diferenças fazem de suas políticas externas meios de manter a estabilidade regional. Ao mesmo tempo, que buscam o fortalecimento das relações multilaterais como forma de ampliar parcerias e tornar realidade suas aspirações internacionais. Guimarães ([2010?]) destaca a semelhanças entre os Estados nas suas características e ambições

Uma característica comum aos três países é a importância de cada um deles em suas respectivas regiões e sub-regiões, do ponto de vista geoestratégico, geoeconômico e político. Embora com trajetórias políticas diferentes, os três países compartilham valores democráticos, gozam de estabilidade política e têm condições e potencial para influenciar positivamente seus respectivos

ambientes regionais e sub-regionais e criar melhores condições de governança e estabilidade (GUIMARÃES, [2010?], p. 29).

Os três países utilizam-se da posição de países imponentes na periferia do capitalismo mundial para atingirem de forma conjunta suas aspirações. Ainda que com diferenças notórias, os mercados consumidores complementares entre Índia, Brasil e África do Sul estreitam seus laços comerciais assim como os diplomáticos (OLIVEIRA, 2008, p.14). É inegável que a política externa da Índia se vale da Cooperação Sul-Sul para obter novas parcerias e fazer a manutenção da relações com a periferia do sistema internacional. A Índia usa da cooperação Sul-Sul tanto para encontrar mais espaço no cenário internacional como para reivindicar suas necessidades externas.

Outro importante exemplo da atuação indiana do governo Modi a partir da Cooperação Sul-Sul pode ser observado na formação do "grupo político semi-institucionalizado BRICS", termo utilizado por Stuenkel (2017, p. 7). O BRICS é composto pelos países em desenvolvimento, também conhecidos como emergentes; Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a ascensão desse bloco demonstra uma transformação na distribuição de poder no sistema internacional. As iniciativas conjuntas e relações multilaterais tem incentivado o crescimento associado, relações comerciais e trocas culturais. É notável a repercussão nos foros multilaterais e canais de diálogo internacional a repercussão das demandas conjuntas de espaço frente ao centro tradicional de poder entre Brasília, Moscou, Nova Delhi, Pequim e Johannesburgo. Politicamente se tornou interessante a criação do fórum de diálogo, o qual veio a ser um instrumento de inserção internacional para a Índia e demais países em desenvolvimento. O BRICS se mostrou uma alternativa para os países do Sul global de buscar mais relevância econômica e política, na nova ordem mundial. A primeira Cúpula do BRICS foi em 2009 e abordava duas vertentes: coordenação em reuniões e organismos internacionais e a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros. Entretanto, ao longo dos anos os objetivos foram se expandindo e atualizando. No âmbito econômico a pretensão para agenda do BRICS era a coordenação no ambiente do G-20, dentre outras coisas a reforma do FMI. No aspecto político a defesa da reforma da ONU, juntamente com o Conselho de Segurança, é um argumento bem característico do BRICS, tendo em vista seus objetivos de reforma da governança mundial. Concorde-se com Nogueira (2017) no trecho

Neste sentido, a Índia tem como estratégia pleitear, em conjunto com outros países, reivindicações nas negociações internacionais, de modo que sejam ouvidos e tenham mais peso no sistema internacional; essa diversificação pode ser considerada, ainda, uma tentativa de diminuir a dependência com

outros países inclusive com os EUA, com o qual nos últimos anos tem desenvolvido uma relação mais estreita (NOGUEIRA, 2017, p.26).

Observa-se o esforço da Índia pela autonomia de sua política externa, mostrando-se em momentos como ligação entre centro e periferia do sistema e em outros como aglutinador de países em desenvolvimento. As relações mais próximas são com a África, mas também com União Europeia, EUA, China e América Latina, demonstrando sua capacidade de diversificar parceiros.

3.3 Modernização e rivalidade militar entre China e Índia

Para a Índia a China é vista como uma ameaça à sua segurança, integridade territorial e estabilidade na região. Após a guerra sino-indiana de 1962 as tensões no âmbito de segurança se tornaram alarmantes. Tanto China como Índia exploram o desenvolvimento no setor de defesa e segurança a fim de alcançar o status global desejado. Mesmo com o crescimento econômico de ambos os países e sua rivalidade nesse âmbito, a maior preocupação volta-se ao campo militar. Ambos os países tem passado por um período de reforma e modernização nas forças armadas, além de desenvolvimento de tecnologia militar própria, a fim de atingir maior autonomia e inserção internacional. Os fatores econômico e de segurança tem sido determinantes para a rivalidade sino-indiana ao longo dos anos. Visto que o crescimento dos dois países vem se tornando cada vez mais próximo, a questão de Defesa e Segurança se mantém em aberto. Segundo Jornada (2008, p. 93)

O padrão de interação estratégico sino-indiano no Sudeste Asiático é extremamente competitivo, pois ambos os países tem grandes interesses na região e dependem do seu entorno para a manutenção de sua segurança territorial e energética, sendo com certeza a região onde há uma combinação mais clara de competição econômica, diplomática e militar (JORNADA, 2008, p. 93).

Os fatores que levam a competição por influência regional tendem a aumentar o poder bélico de ambos os países. Soma-se o fato da importância estratégica no Oceano Índico para ambos os países, o comércio marítimo é uma das bases para os projetos de econômicos e comerciais.

3.3.1 Desenvolvimento chinês no setor de defesa e segurança

Com a proclamação da RPC em 1949, a China ligou-se estreitamente a URSS, as contribuições desta parceria levaram ao reconhecimento externo e, dentre outros aportes, investimentos militares. Após a Guerra da Coreia (1950-1953), a qual a China envolveu-se em

apoio a Coreia do Norte, foi iniciado seu programa nuclear. O programa teve apoio e assistência da URSS em todo seu desenvolvimento, porém não teve longa duração. Devido a ruptura ideológica sobre o futuro do socialismo mundial entre China e URSS, toda a assistência foi retirada e as relações cortadas. Mesmo sem o envolvimento da URSS os testes nucleares da China se tornaram realidade em outubro de 1964. Concorda-se com Nogueira (2017, p.35) neste trecho

Mesmo sem o apoio soviético o projeto nuclear seguiu sendo desenvolvido e, em 16 de outubro de 1964, a RPC realizou seu primeiro teste nuclear, chamada operação 59-6. Tornando-se assim o quinto Estado com armas nucleares após os Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França. Quase três anos após a operação 59-6, a China detonou sua primeira bomba de hidrogênio, em 17 de junho de 1967 (NOGUEIRA, 2017, p. 35).

Dessa forma a China adquiriu um status de maior relevância mundial, junto com os quatro potências mundiais. Sem o alinhamento com a URSS, a China passou a aproximar-se com os EUA na década de 1970, poucos anos mais tarde houve a reabertura chinesa. Esses eventos foram acompanhados pelo assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A aproximação com os EUA garantiu uma série de acordos de cooperação no âmbito científico-tecnológico e de defesa e segurança, não só com EUA, mas Japão e União Europeia. Após a morte de Mao Zedong em 1976 seu sucessor, Deng Xiaoping, representou o início da modernização da China, foram estabelecidos acordos com diversos países capitalistas, integrando-se a economia mundial. Internamente, houve a promoção da modernização das forças armadas, nas áreas de ciência e tecnologia, indústria, entre outros.

Com o fim da URSS no início dos anos 1990, a China tinha menos uma preocupação com suas fronteiras e pode reformular sua política de defesa. Os EUA já não mostram mais a mesma proximidade, devido ao medo da ascensão chinesa. E após a repressão de populares na Praça da Paz Celestial (1989) a opinião da comunidade internacional foi desaprovadora. Segundo Visentini (2013, p. 24), nesse momento a "China tornava-se o novo bode expiatório do Ocidente, com críticas ao seu sistema político e ao exercício dos direitos humanos, sofrendo embargo comercial, financeiro e tecnológico-militar, com objetivos diplomáticos e econômicos" (VISENTINI, 2013, p. 24).

No final dos anos 1990, a China lançou o "Novo Conceito de Segurança" pelo qual promoveu a ideia de que as nações deveriam ser capazes de aumentar sua segurança através da diplomacia e economia, abrangendo também o engajamento regional (NOGUEIRA, 2017, p. 37). Em 1996, o programa nuclear chinês realizou testes novamente, mais tarde no mesmo

ano assinaria o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares na Assembleia Geral da ONU. Mesmo que assinado o governo chinês não ratificou o tratado. Em 1999 foi apresentado um projeto espacial e a primeira nave tripulada chinesa foi lançada em 2003.

Em 2001 foi fundada a Organização para Cooperação Xangai (OCX) pela China juntamente com a Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. A OCX é um dos resultados da aproximação sino-russa nos anos 1990 e início dos anos 2000, em 1996 os China e Rússia anunciaram uma parceria estratégica na chamada "Cimeira de Xangai". Além disso, foi assinado o Tratado de Boa Vizinhança de Amizade e Cooperação entre os países, entretanto para Mendes e Freire (2008, p. 216-217)

Assim, a "parceria estratégica" sino-russa tem assumido contornos diferenciados, num quadro internacional em mutação. Nas entrelinhas desse aprofundamento da cooperação está, como foi acima referido, a oposição aos Estados Unidos e a defesa de uma ordem internacional multipolar. Ou seja, estamos perante a chamada "parceria estratégica" negativa: a cooperação é baseada na contenção de terceiros (o ocidente em geral, e os Estados Unidos, em particular) (MENDES, FREIRE, 2008, p. 216-217).

A OCX tem início do grupo Shanghai Five (1996) composto por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. O grupo constituiu-se para resolver disputas fronteiriças, mais tarde, no ano de 1998 houve a expansão da sua área de atuação, de maneira a discutir a luta contra o terrorismo e a prevenção separatismos. Com a adição do Uzbequistão em 2001 o grupo tornou-se Organização de Cooperação Xangai. A Mongólia, Índia e Paquistão estão em processo de entrada do grupo, mantêm-se como observadores. O objetivo do grupo foi reformulado para fortalecer a segurança e cooperação econômica na região.

A diplomacia chinesa aponta para um "desenvolvimento pacífico", baseado na orientação do fundador da política externa da RPC Zhou En-lai, paz para o desenvolvimento. A questão é até onde vai a condução pacífica da China, pois o investimento em no setor de defesa e segurança é exponencial. De acordo com os levantamentos do Stokholm Internacional Peace Research Institute-SIPRI os investimentos no setor militar da China vem crescendo desde o início do período observado, de 1988 à 2017. Contudo, deve-se observar que em especial os investimentos se expandem demasiadamente a partir dos anos 2000. Os dados coincidem com o período de maior inserção chinesa na política e economia internacional.

Figura 1- Gráfico de Investimentos militares chineses 1988-2017 em USD



Fonte: Stokholm Internacional Peace Research Institute-SIPRI 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Elaboração própria.

3.3.2 Desenvolvimento indiano no setor de defesa e segurança

Em 1998, quando a Índia desenvolvia seu programa nuclear e fazia seus testes, o Ministro da Defesa, George Fernandes fez uma declaração polêmica em entrevista ao In Focus with Karan da transmissora indiana Home TV. Fernandes afirmou que a "China era a ameaça potencial número um" e que suas intenções deveriam ser questionadas. Nesta época já era possível observar os investimentos militares chineses e a Índia não aceitava tão facilmente o jargão chinês de "paz para o desenvolvimento". Esse argumento foi expressado publicamente apenas nesta ocasião, porém o desconforto da Índia com seu país vizinho vem de longa data. Logo após os testes nucleares, em 1999, a Índia anunciou um extenso programa de modernização do aparato militar. Para a realização da reforma foi criado o Conselho de Segurança Nacional, a Agência de Inteligência de Defesa e o cargo de Chefe do Pessoal de Defesa.

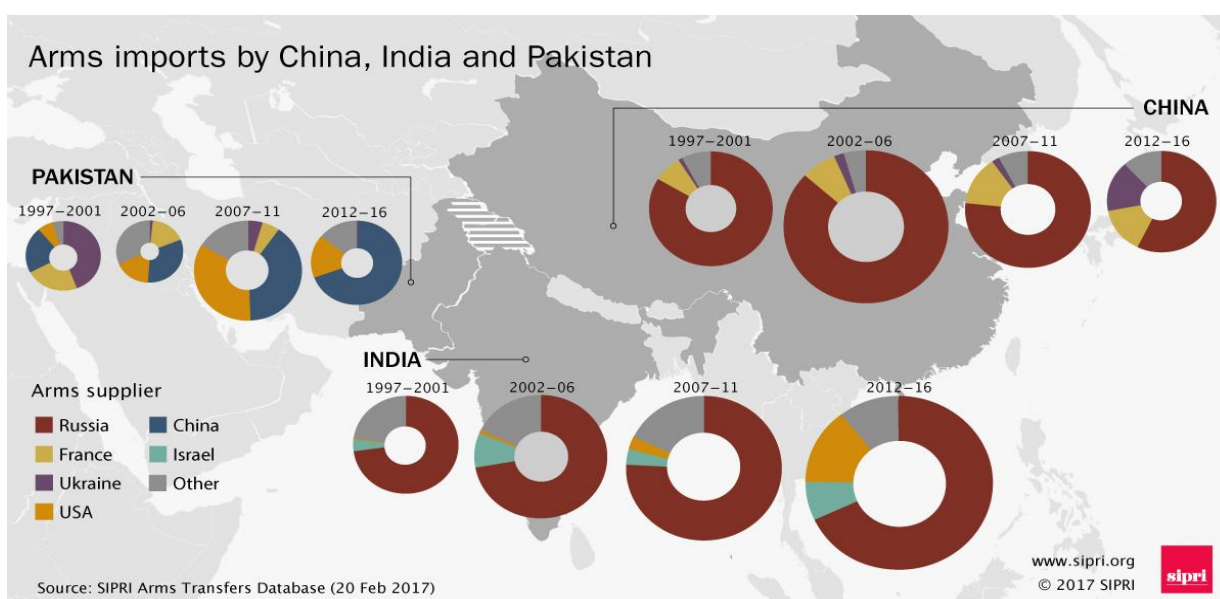
A China realizou seus primeiros testes nucleares em 1964, em resposta, uma década depois a Índia realizava seu primeiro teste nuclear. O governo denominou o armamento de "aparato nuclear pacífico", mesmo não levando a diante, naquele ponto, o programa nuclear, a Índia obteve a atenção internacional desejada. Seus vizinhos, China e Paquistão, também possuem programas nucleares, o que torna mais instável a região. A Índia envolveu-se na guerra com a China em 1962 e por três vezes entrou em conflito armado com o Paquistão em 1947, 1965 e 1971. Devido ao fator fronteiro mal resolvido com seus vizinhos os investimentos militares tem aumentado na Índia. Nogueira (2017, p. 29) aponta que

Além dos problemas causados pela delimitação de fronteiras, a Índia tem enfrentado diversos problemas em nível de segurança, como a insurgência de guerrilhas e grupos terroristas, sendo os conflitos religiosos os principais causadores da insegurança doméstica na Índia (NOGUEIRA, 2017, p. 29).

Na figura 1, o SIPRI aponta que a China, a Índia e o Paquistão foram os maiores importadores de armas das últimas duas décadas. Pode-se observar que o aumento nos armamentos e investimentos militares está correlacionado com as tensões fronteiriças e a definição de ameaça vizinha. O engajamento indiano no desenvolvimento e modernização no âmbito da Defesa e Segurança corresponde a interpretação que tem de China e Paquistão em ameaças a segurança nacional, da mesma forma que Paquistão interpreta a Índia como ameaça.

Na figura 1 também é abordada a origem das armas compradas por China, Índia e Paquistão, é possível constatar que o principal fornecedor de armas para a Índia e China é a Rússia. Em 2000 foi assinada a Declaração sobre a Parceria Estratégica Índia-Rússia, a qual prevê colaboração em diversas áreas. No mesmo ano foi criada a Comissão Intergovernamental Índia-Rússia para tratar da Cooperação Técnica-Militar, a comissão tem o fim de analisar e promover a discussão de projetos em curso e propor novas atividades de colaboração técnica-militar. São realizadas exercícios de treinamento das forças armadas e trocas anuais, com o objetivo de contribuir em avanços militares.

Figura 2- Importação de armas por China, Índia e Paquistão (1997-2016)

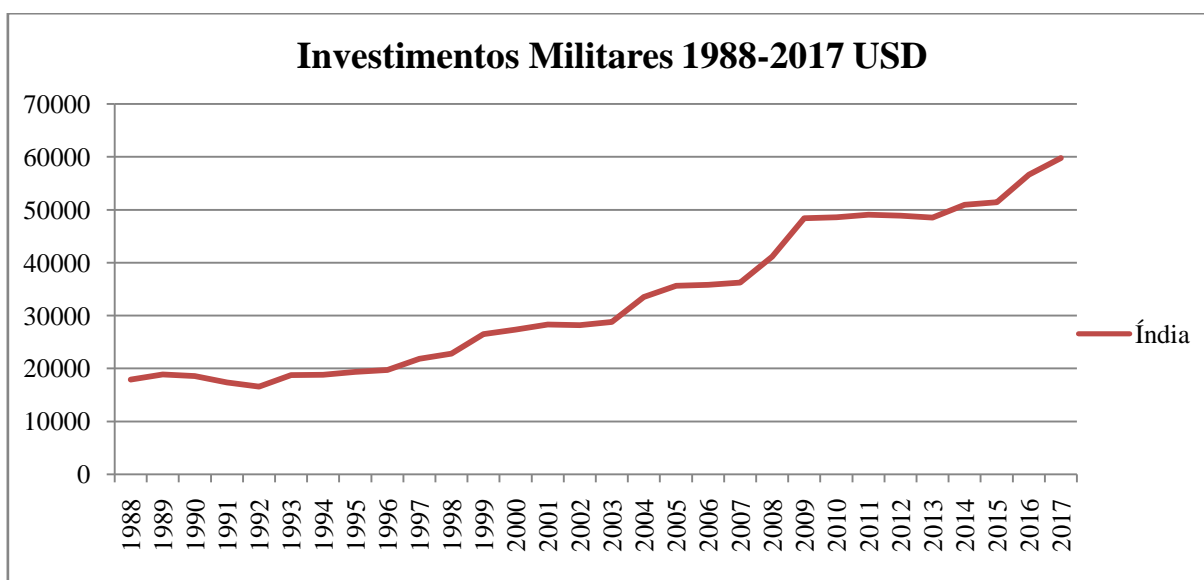


Fonte: Stokholm Internacional Peace Research Institute-SIPRI 2017. Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/blog/2017/state-major-arms-transfers-8-graphics>. Elaboração SIPRI.

A militarização da Índia possui duas variáveis, a política doméstica de contenção de tensões internas, e a política externa para evitar as pressões externas devido ao crescente investimento militar de seus vizinhos. Para balancear os dois fatores a Índia tem voltado sua receita no setor de Defesa e Segurança, na figura dois é possível observar o crescente investimento na militarização indiana. Na gráfico 2 pode-se observar o crescimento dos investimentos militares da Índia nas últimas três décadas.

A China e a Índia estão desenvolvendo a modernização das forças armadas e da indústria bélica, a fim da obtenção de maior autonomia internacional. Visto que grande parte de seu armamento é importado e majoritariamente de um exportador comum. Segundo Jornada (2008, p. 38) "a indústria de defesa indiana ainda está bastante atrasada frente a outros competidores, especialmente a China, e precisa passar por uma série de reformas e adaptações para conseguir não apenas ser auto-suficiente, mas exportar equipamentos de alto valor agregado" (JORNADA, 2008, p. 38). Na gráfico 3 fica evidente que o desenvolvimento da defesa indiana está muito atrasado em relação à China. Segundo pesquisas do SIPRI a indústria de armas doméstica da China é mais capaz de produzir armas avançadas, mesmo que ainda seja dependente de outros países em setores específico

Figura 3 - Gráfico de Investimentos militares indianos 1988-2017 em USD

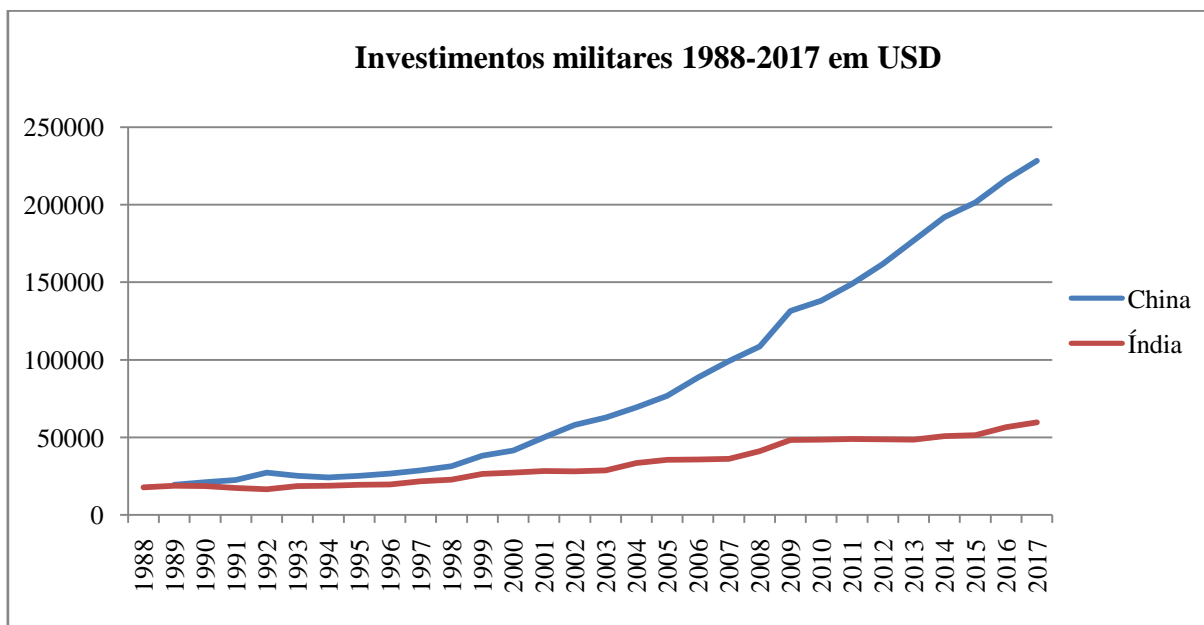


Fonte: Stokholm Internacional Peace Research Institute-SIPRI 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Elaboração própria.

Na gráfico 3, a comparação dos investimentos mostra que mesmo a Índia movendo grande parte de sua receita para o setor de Defesa e Segurança, os investimentos chineses são

notoriamente maiores. A diferente receita dos países e suas prioridades podem ser observada nesta comparação.

Figura 4 - Gráfico de Investimentos militares sino-indianos 1988-2017 em USD



Fonte: Stokholm Internacional Peace Research Institute-SIPRI 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Elaboração própria.

3.4 Recente avanço das relações políticas (1998-2006)

As relações entre China e Índia haviam notoriamente melhorado durante o final da década de 1980 e início de 1990, mas persistiam fortes ambiguidades no ambiente político. Havia uma atmosfera de amargura devido ao problema de fronteira não resolvido. Em 1998 a Índia realizou testes nucleares no deserto de Pokhran e em seguida no Paquistão, este foi o principal ponto de inflexão das relações sino-indianas na década de 1990. Ao realizar os testes o ministério de defesa indiano pretendia iniciar um debate nacional sobre sua segurança, Pequim foi provocada por ser considerada uma ameaça potencial. A justificativa indiana para a realização dos testes foi de que sua ameaça número um era a China (MALONE, 2011, p. 138). A balança de poder modificou-se com os testes nucleares da Índia, este Estado passa efetivamente a ser uma potência nuclear frente ao arsenal atômico da China.

Mesmo com as relações sino-indianas neste período estremecidas, a incursão indiana no Paquistão em 1999 tirou o foco do atrito anterior. Desta vez a China não posicionou-se na breve guerra e logo após firmou um mecanismo de segurança com a Índia. Mesmo com fortes críticas aos testes nucleares, a China não hesitou em retomar o diálogo com a Índia. Para

Malone (2011, p. 138) há diversas razões para esse posicionamento da China, como explicita nesse trecho "Another suggests that China and India simply do not view nuclear weapons as realistic instruments of war and rely on them much more as 'strategic insurance against extreme threats and a symbol of their own aspirations in the international system'" (MALONE, 2011, p. 138)¹⁷. Entretanto os laços militares só foram restabelecidos a partir do ano 2000.

O Ministro de Relações Exteriores indiano visitou a China diversas vezes em 1999. visitas em que foram assinados diversos tratados. Os encontros geraram um ambiente amistoso entre os dois países, um dos mais importantes acordos firmados foi Confidence Building Measures (CBMs). Tal acordo propõe medidas de segurança nas fronteiras, redução do número de tropas nas linhas de fronteira e inspeção de movimentos de tropas, caso houvesse convite (NOGUEIRA, 2017, p. 53).

No novo milênio as relações sino-indianas intensificaram-se, já nos primeiros anos diversos acordos foram firmados. Foi comemorado em 1º de abril de 2000 o aniversário de 50 anos de relações diplomáticas entre China e Índia. Foram assinados acordos para cooperação bilateral, tanto acordos comerciais como nas áreas de ciência e tecnologia marítima. Um dos acordos comerciais objetivava a entrada efetiva da China da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em 2001, realizaram-se mais visitas recíprocas a fim de intensificar os acordos bilaterais e dessa forma também efetivar as Medidas de Confiança Mútua previstas em acordo de 1996 (JORNADA, 2008, p. 28-29). Deve-se pontuar a criação do Grupo de Pessoas Eminentes dos dois Estados, uma forma que aprovação das elites sino-indianas para a aproximação que estava ocorrendo. O grupo objetivava estabelecer uma agenda para ornamentar e desenvolver a relação.

Novas perspectivas de cooperação bilateral marcaram o ano de 2003, o ministro da Defesa indiano George Fernandes fez uma importante visita a China. Visita que foi de grande simbolismo, pois o ministro foi da administração a qual denominou a China de "ameaça número um" em 1998. No mesmo ano, o Primeiro Ministro indiano Atal Bihari Vajpayee firmou acordos com a China em sua visita a Pequim. Um passo importante para as relações

¹⁷"Outro sugere que a China e a Índia simplesmente fazem não vêem as armas nucleares como instrumentos realistas de guerra e confiam nelas muito mais como 'seguro estratégico contra ameaças extremas e um símbolo de suas próprias aspirações no sistema internacional'." (Tradução da autora).

sino-indianas foi o reconhecimento da Região Autônoma do Tibete como território Chinês e de forma recíproca, a Índia adquiriu a soberania na região de Sikkim. Pela primeira vez desde a guerra de 1962 a questão fronteiriça havia sido discutida, a verdadeira intenção desta aproximação bilateral era avançar na agenda fronteiriça. Malone (2011) aborda a forma como se deu essa aproximação

In 2003, Prime Minister Vajpayee visited Beijing, more than two decades after his first visit as Foreign Minister. In 2005, Premier Wen Jiabao made a historic visit to Bangalore (not New Delhi, in pointed recognition of China's desire to partner with India's information technology sector). During this visit, China recognized Sikkim as a part of India and seemed to acquiesce in India's bid for a permanent seat in the United Nations Security Council (although recent events have belied this understanding) (MALONE, 2011, p. 139)¹⁸

Nesta mesma viagem foi criado um grupo de trabalho a fim de encontrar soluções para os problemas fronteiriços de maneira bilateral, fato de grande relevância histórica para os dois países. Entretanto, outras regiões de disputa entre os dois países não foram citadas e permaneceram incertas, especialmente Arunachal Pradesh e Aksai-Chin, regiões onde ocorreu a guerra sino-indiana de 1962. O simbolismo das visitas de 2003 estendeu-se as áreas econômicas e comerciais, diversos acordos bilaterais neste campo foram assinados. Assim como, foi decidida a reabertura de Nathu La, a entrada de comércio entre os dois países, e a linha de trem binacional. Para Nogueira (2017, p. 55) "A longa visita de uma semana à China, China pode ser interpretada como um desejo de Nova Déli de, não ficar dependente da relação indo-americana e de querer enfraquecer os laços entre China e Paquistão" (NOGUEIRA, 2017, p. 55). A fim de projetar-se na região, a Índia utilizou-se no ambiente amistoso para alcançar outros interesses externos.

No ano de 2005, a Índia foi aceita como observadora na Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), instituição que tem como finalidade a cooperação para segurança regional. Da mesma forma que a China alcançou uma posição semelhante da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC, sigla em inglês), uma instituição política e econômica dos países da Ásia Meridional. No mesmo ano o Primeiro Ministro chinês Wen Jiabao fez uma visita a Índia, demonstrando seu interesse no desenvolvimento regional, assim como o desenvolvimento como motor das relações bilaterais

¹⁸Em 2003, o primeiro-ministro Vajpayee visitou Pequim, mais de duas décadas depois de sua primeira visita como Ministro das Relações Exteriores. Em 2005, o Premier Wen Jiabao fez uma visita histórica a Bangalore (não Nova Deli, apontou reconhecimento do desejo da China de fazer parceria com o setor de tecnologia da informação da Índia). Durante esta visita, a China reconheceu o Sikkim como parte da Índia e parecia concordar com a oferta da Índia para um assento permanente nas Nações Unidas Conselho de Segurança (embora eventos recentes tenham desmentido esse entendimento)." (Tradução da autora).

sino-indianas. Nesta visita foram assinados onze acordos na área econômica e comercial (JORNADA, 2011, p. 31).

No ano seguinte, o presidente chinês Hu Jintao viajou até a Índia onde foi estabelecida uma "Parceria Estratégica e Cooperativa para a Paz e a Prosperidade" e foi declarado com o "Ano de Amizade Índia-China". Para reforçar o processo planejado na "Parceria Estratégica e Cooperativa" o Primeiro-Ministro indiano Singh visitou a China em 2008. Mostra Malone (2011, p. 139) neste trecho "In January 2008, Prime Minister Manmohan Singh visited Beijing and reaffirmed with President Hu Jintao and Premier Wen Jiabao a 'shared vision on the 21st century' " (MALONE, 2011, p. 139).¹⁹ Nesta visita foi assinado um tratado de Visão Compartilhada para o século XXI da República da Índia e da República Popular da China, a fim de gerar a construção de paz e prosperidade.

Em 2006 de modo informal Brasil, Rússia, Índia e China iniciaram uma reunião de trabalho para incentivar o diálogo entre os chamados países emergentes. Entretanto o surgimento de aproximação de China e Índia no âmbito do BRICs será desenvolvido no capítulo 4.

¹⁹ "Em janeiro de 2008, o primeiro-ministro Manmohan Singh visitou Pequim e reafirmou com o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao uma 'visão compartilhada no século 2' " (MALONE, 2011, p. 139). Tradução da autora.

4. REAPROXIMAÇÃO E COLABORAÇÃO DO BRICS NAS RELAÇÕES SINO-INDIANAS

O sistema internacional pós - Guerra Fria passa por uma reorganização nas suas estruturas de poder, assim como o sistema econômico mundial. A ascensão de Estados periféricos a partir do crescimento econômico e das relações de cooperação Sul-Sul se demonstram uma tentativa de inserção internacional a fim de obtenção de poder.

Os países emergentes foram agrupados em um acrônimo pelo grupo financeiro Goldman Sachs em 2001, mas os países demonstraram interesses políticos e desenvolveram suas relações e atuação em conjunto. Brasil, Rússia, Índia e China, iniciaram, de maneira informal, reuniões de Ministros das Relações Exteriores em 2006, e em 2009 foi realizada sua primeira Cúpula. Nestes nove anos, o BRICS incluiu a África do Sul, país que levou maior legitimidade e democratização para o grupo, e inúmeros benefícios através da cooperação e da atuação por meio do multilateralismo.

4.1 Origem, cúpulas e evolução do BRICS

No ano de 2001, o grupo financeiro multinacional Goldman Sachs, mais especificamente, o chefe de pesquisa econômica Jim O'Neill, criou o acrônimo BRICS. Inicialmente, os países que constituíram o acrônimo eram Brasil, Rússia, Índia e China, eram países de desenvolvimento acelerado, grande população e território. O artigo publicado em 2001 foi "Building Better Global Economic BRICS" levou em consideração apenas aspectos econômicos ao elaborar o grupo. No artigo foi apontado que os países constituintes do BRICS teriam maior relevância na economia global no século XXI, seriam eles que impulsionariam uma nova ordem econômica. A intenção do artigo inicial e dos subsequentes era de lançar relatórios para futuros investimentos. O grupo BRICS existiu no âmbito econômico em seus primeiros anos, apenas mais tarde houveram repercussões políticas. Concorda-se com Mottet (2013, p. 3) em " The four countries themselves started to conceive of themselves as a potential politica and economic force by using the acronym for formal diplomatic collaboration and strategy" (MOTTET, 2013, p. 3)²⁰. A diversidade entre esses países foi um dos principais pontos de crítica ao grupo, a ideia de manter em um padrão específico que

²⁰ "Os quatro países por si só começaram a conceber-se como um potencial político e força econômica, usando a sigla para colaboração diplomática formal e estratégia"(MOTTET, 2013, p. 3). Tradução da autora.

unisse esses países era rejeitada pela comunidade internacional. Dentre as divergências apresentadas a rivalidade entre China e Índia sempre foi pontuada como grande obstáculo para aproximação desses países. Entretanto, já haviam sido criados conceitos que agrupavam Brasil, Rússia, Índia e China, por características como quantidade de território e população, como explica Damico (2015, p. 56)

Nesse sentido, a ideia de agrupar os quatro países para fins de análise dos quatro BRICs não constituía propriamente uma inovação. Seu precedente mais famoso talvez seja a designação de *monster countries*, cunhada por George Kennan, em 1994, para designar países que, a exemplo dos Estados Unidos, são detentores de grandes territórios e contingentes populacionais: China, Índia, Rússia e Brasil. Outra ideia correlata é a de "países-baleia", introduzida pelo economista Roberto Macedo e popularizada por Ignacy Sachs em artigo de 1997 (DAMICO, 2015, p. 56).

O grupo BRICs teve início no âmbito político apenas no ano de 2006 em uma reunião informal à margem da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Por iniciativa de Sergey Lavrov, ministro das Relações Exteriores russo houve uma aproximação do Brasil com a expectativa de alinhar os BRICs. Inicialmente, a ideia de Lavrov era ampliar o grupo RIC (Rússia, Índia e China) que já abordava os problemas no âmbito da segurança e terrorismo da Ásia desde 2001. As reuniões trilaterais eram constituídas por ministros das Relações Exteriores e ocorriam nas vésperas da Assembleia Geral da ONU, por exemplo. Ao passo que o Brasil aderiu ao grupo, as discussões tomaram conteúdo global. Um fator que os uniu foi o descontentamento com o FMI e Banco Mundial.

O início da mudança de visão internacional para os países que mais tarde constituiriam o BRICS começou de maneira tímida, com a intenção de participação de China, Índia e Brasil no G8. O G8 é um grupo constituído por EUA, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Itália, França, Rússia e Japão, países de grandes e crescentes economias. Entretanto, outros países como os emergentes não constituíram o grupo como membros, apenas como observadores em diversos momentos. O período econômico estava em transição, mas China, Índia e Brasil não foram inseridos. O Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) foi criado em 2003 e promoveu a aproximação entre os países, sua primeira reunião ocorreu poucos dias após a Cúpula do G8. Nesta cúpula, Índia, Brasil e África do Sul haviam sido convidados apenas como observadores do G8, mas formalizaram a cooperação entre eles em Brasília, num encontro entre os ministros das Relações Exteriores. Surgia, então, um sentimento coletivo que ia em contramão com os interesses das potências centrais do sistema internacional. Cabe apontar que o nascimento desse pensamento contra

hegemônico não foi em 2003, mas que uma das primeiras amostras institucionais surgiram do Fórum IBAS, que deram fôlego a aproximação política do BRICs.

A partir de 2006, as reuniões do grupo BRICs ocorreram anualmente com os Ministros das Relações Exteriores e de maneira formal no ano de 2008. Mas em 2007, em mais uma reunião de trabalho próxima a Assembleia Geral das Nações Unidas, foi observada a necessidade de aprofundar o diálogo e os laços diplomáticos. O encontro de maio de 2008 foi constituído pelos Chanceleres dos BRICs na cidade de Ecatimburgo, na Rússia. Assim, foi criada a entidade política dos BRICs, foram discutidos pontos de interesse comuns e a Crise do *Subprime*²¹ que assolava os países centrais em 2008. Durante a crise, as economias emergentes também sofreram queda de crescimento, entretanto não foi nada comparado a recessão que afetou as economias centrais. Esse fato levou a uma maior legitimidade internacional dos BRICs, além disso, o foco das discussões foram alternativas para amenizar os efeitos da crise, o que gerou maior união no grupo. Era iniciado, portanto, um processo de longo prazo de aproximação dos emergentes e multilateralismo das políticas externas dos BRICs. O autor defende que o estabelecimento do grupo BRICs como Estados de relevância no sistema internacional, mais que um grupo de investimentos, foi ocasionado pelo fato da crise financeira.

A I Cúpula dos BRICs foi realizada em junho de 2009 em Ecatimburgo, na Rússia, desta vez com a presença dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs. Ao fim de cada cúpula são emitidas declarações conjuntas sobre os temas abordados e próximas discussões. As cúpulas anuais foram moldando o foco e atuação dos BRICs nos foros multilaterais. No contexto de uma crise financeira mundial, os BRICs mostraram que podiam lidar com as consequências da crise, pelo menos em comparação aos países desenvolvidos. A discussão da primeira cúpula foi de caráter econômico, sobre como enfrentar a crise financeira e a atuação do G-20²² sobre a recuperação econômica mundial. Assim como concordaram na necessidade de reforma das instituições financeiras internacionais a fim de maior participação das economias emergentes. As proposições foram maior democratização e transparência no

²¹ A Crise de 2008 ou a Crise do *subprime* ocorreu devido ao colapso da bolha especulativa do mercado imobiliário dos EUA. Devido a expansão em grande escala do crédito imobiliário e instrumentos financeiros sobre o *subprime* (hipotecas de alto risco). A maior crise desde 1929 levou a falência de bancos e cidadãos dos EUA e Europa, principalmente.

²² O G20 é a abreviação do Grupo dos 20, o qual foi criado em 1999 após as crises econômicas. A intenção do grupo é de promover debates e cooperação no âmbito econômico e financeiro internacional. O G-20 é composto por: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China, República da Coreia, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, [2018?]b).

processo decisório das instituições financeiras internacionais, fortalecer suas bases jurídicas e aprimorar a gestão de riscos, bem como a coerência entre órgãos reguladores e definidores de normas financeiras (BRICS INFORMATION CENTRE, 2015). Como forma de recuperação para a crise financeira vigente naquele período foi indicado que o comércio multilateral fosse fortalecido e os investimentos estrangeiros fossem promovidos para minimizar os impactos da recessão. Ademais, a necessidade de instrumentos de assistência aos países em desenvolvimento foi apontada como fator de grande importância para o desenvolvimento da economia internacional. Foi ressaltada, também, a relevância do desenvolvimento sustentável das economias, respeitando os acordos multilaterais para o meio ambiente. Além disso, a cooperação em diversos setores como de energia, assistência social, ciência, educação e tecnologia foi citada ao longo da declaração. Foi evidenciada neste trecho Foi o momento em que os BRICs legitimaram sua presença internacional tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político. Ao estabelecerem laços diplomáticos sólidos apresentaram-se como um grupo de relevância global. Pode se observar o interesse dos BRICs pela atuação coordenada em foros e pelo multilateralismo das políticas externas para o desenvolvimento de melhores relações no trecho

We underline our support for a more democratic and just multi-polar world order based on the rule of international law, equality, mutual respect, cooperation, coordinated action and collective decision-making of all states. We reiterate our support for political and diplomatic efforts to peacefully resolve disputes in international relations (BRICS INFORMATION CENTRE, 2016).²³

A II Cúpula do Brics ocorreu em Brasília, no Brasil, em abril de 2010, onde foram aprofundadas relações políticas. Pode-se observar o maior estreitamento das relações político-diplomáticas pelas percepções comuns apontadas sobre governança global. Dessa forma, foi ressaltado novamente que as mudanças do sistema internacional devem ser acompanhadas de mudanças em todas as áreas tangentes a atuação dos Estados. A cooperação internacional e multilateralismo servem para a renovação e democratização do cenário internacional. As iniciativas de cooperação em diversos setores foi a grande vitória da reunião

We welcome the following sectoral initiatives aimed at strengthening cooperation among our countries: a) the first Meeting of Ministers of Agriculture and Agrarian Development; b) the Meetings of Ministers of Finance and Governors of Central Banks; c) the Meetings of High

²³ "Sublinhamos nosso apoio a uma ordem mundial mais multipolar e mais democrática, baseada na regra do direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, na ação coordenada e na tomada de decisões coletivas de todos os estados. Reiteramos nosso apoio aos esforços políticos e diplomáticos para resolver pacificamente as disputas nas relações internacionais" (BRICS INFORMATION CENTRE, 2016). Tradução da autora.

Representatives for Security Issues; d) the I Exchange Program for Magistrates and Judges, of BRIC countries, held in March 2010 in Brazil following the signature in 2009 of the Protocol of Intent among the BRIC countries' Supreme Courts; e) the first Meeting of Development Banks; f) the first Meeting of the Heads of the National Statistical Institutions; g) the Conference of Competition Authorities; h) the first Meeting of Cooperatives; i) the first Business Forum; j) the Conference of think tanks (BRICS INFORMATION CENTRE, 2013).²⁴

A reforma nas instituições econômicas FMI e Banco Mundial, foi de grande relevância na reunião, além do apoio a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC) (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a). A cooperação multilateral também foi fortalecida pela decisão de apoio em projetos na Assembleia Geral, tal qual a "*Alliance of Civilizations*", iniciativa da Espanha na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2005. A cooperação intra-BRICs foi muito favorecida na segunda cúpula, o diálogo aprofundado serviu de base para a atuação conjunta. Concorda-se com o trecho a seguir da declaração após a cúpula

We recognise the important role played by international trade and foreign direct investments in the world economic recovery. We call upon all parties to work together to improve the international trade and investment environment. We urge the international community to keep the multilateral trading system stable, curb trade protectionism, and push for comprehensive and balanced results of the WTO's Doha Development Agenda (BRICS INFORMATION CENTRE, 2013).²⁵

O que alavancou a cooperação intra-BRICs na cúpula de 2010 foi a aquisição de confiança no âmbito econômico e financeiro, em especial após a Crise de 2008. A cooperação financeira gerou confiança suficiente para que fossem explorados outros tipos de iniciativas conjuntas. Segundo Mottet (2013, p. 3)

With the following annual summits held in each of the BRIC countries, their communiqués summarizing their common positions and demands were

²⁴ "Saudamos as seguintes iniciativas setoriais que visam fortalecer a cooperação entre nossos países: a) a primeira Reunião de Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrário; b) as Reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais; c) as Reuniões de Altos Representantes para Questões de Segurança; d) o Programa de Intercâmbio de Magistrados e Juizes, dos países do BRIC, realizado em março de 2010 no Brasil, após a assinatura em 2009 do Protocolo de Intenções entre os Supremos Tribunais dos países do BRIC; e) o primeiro Encontro de Bancos de Desenvolvimento; f) a primeira reunião dos chefes das instituições nacionais de estatística; g) a Conferência das Autoridades da Concorrência; h) o primeiro Encontro de Cooperativas; i) o primeiro Fórum de Negócios; j) a Conferência dos *think tanks*" (BRICS INFORMATION CENTRE, 2013).Tradução da autora.

²⁵ Acreditamos que o diálogo e a cooperação aprofundados e ampliados dos países do BRIC são conducentes não apenas a servir os interesses comuns das economias de mercado emergentes e dos países em desenvolvimento, mas também a construir um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum. Acordamos os passos para promover o diálogo e a cooperação entre nossos países de maneira incremental, proativa, pragmática, aberta e transparente (BRICS INFORMATION CENTRE, 2013). Tradução da autora.

expanded from a focus on the financial crisis to new areas of cooperation such as global trade and climate change (MOTTET, 2013, p. 3)²⁶

Dessa forma, as relações intra-BRICs se mostraram mais fundamentadas que esperava-se na primeira cúpula, e para além dos ganhos em diferentes setores, pode-se notar o aumento de relações bilaterais entre os membros do grupo. As interações do BRICS dão pela criação de confiança no aparato governamental dos Estados, as relações intra-BRICs são entre seus governos. Para Stuenkel (2017) esse fato indica que a criação de confiança no entre "burocracias governamentais" é a base da ampliação das relações intra-BRICs (STUENKEL, 2017, p.41). Foi nesta cúpula também, que surgiu o Plano de Ação para estabelecer novas estratégias conjuntas e a próxima cidade a sediar a cúpula. Além da Declaração do que foi acordado, deu-se um movimento a mais para que os Estados assegurassem o futuro do BRICS.

A África do Sul foi convidada a integrar o grupo em 2010, ampliando a democratização do conjunto dos emergentes. Outros países de economias maiores, tal qual Turquia e México, já haviam demonstrado interesse em constituir o grupo BRICS, mas o esforço diplomático sul-africano tomou a frente. A política externa da África do Sul tentava posicionar o país como potência regional e iniciar sua inserção global, assim como é característico dos BRICS. Até que constituísse o grupo, a África do Sul foi estreitando os laços bilaterais com os BRICS. Um dos frutos gerados foi o Fórum de Diálogo IBAS, pode-se notar também, as relações sino-africanas muito desenvolvidas. Assim como o grupo BASIC (2009), composto de Brasil, África do Sul, Índia e China. O grupo foi criado para que os países atuassem em conjunto na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009, o BASIC participou ativamente da constituição do Acordo de Copenhague. Após a Conferência de Copenhague houveram reuniões para organizar as estratégias e manter a cooperação. A África do Sul se mostrava cada vez mais como um aliado e fortalecedor da Cooperação Sul-Sul.

O interesse sul-africano em participar do grupo foi de encontro as perspectivas individuais de cada um dos BRICS de concretizarem uma cooperação ampla com a África. O aceite da África do Sul deu-se após anos de tentativas, afinal, a África do Sul não é uma das maiores economias do continente ou possui maior crescimento. Entretanto, não só a economia foi um dos fatores levados em conta para os BRICS, mas o conjunto das

²⁶ "Com as seguintes cimeiras anuais realizadas em cada uma das Países do BRIC, seus comunicados resumindo suas posições comuns e demandas foram expandidas de um foco na crise financeira para novas áreas de cooperação como o comércio global e as alterações climáticas" (MOTTET, 2013, p. 3). Tradução da autora.

características que levaram a África do Sul a tornarem-se líderes regionais. A entrada da África do Sul nos BRICS foi o fator que globalizou e democratizou de maneira efetiva a presença internacional do BRICS. Foi o que possibilitou um maior reconhecimento dos outros países, assim como uma certa legitimidade no seu status de intermediador entre grandes e pequenos.

Em 2011, a III Cúpula dos BRICS foi realizada na cidade de Sanya, na China, foi a primeira participação da África do Sul nas reuniões do grupo. A adesão da África do Sul, mesmo sendo a menor economia do grupo, levou mais renome aos BRICS, concorda-se com Singh (2016, p. 103)

BRICS representing 42 percent of the world's population, contributes roughly 20 percent of the world's economy based on Gross Domestic Product (GDP) and 30 percent of the world's GDP based on Purchasing Power Parity (PPP) (SINGH, 2016, p.103)²⁷.

A terceira cúpula nomeou o BRICS (com um S de South Africa) da forma como é conhecido atualmente, ampliando geograficamente o grupo. Um fato de grande relevância do ano de 2011 foi a presença completa dos BRICS no Conselho de Segurança da ONU, do FMI e do Banco Mundial. Dentre as propostas discutidas na reunião de 2011 foi a reforma em diversos órgãos da ONU. em especial, o Conselho de Segurança. A China e a Rússia são membros permanentes e Brasil, Índia e África do Sul estavam ocupando lugar como membros não permanentes de mandato de 2 anos, sem poder de veto. Sendo que dois países do BRICS estão em posição de vantagem como membros permanentes, a ideia de uma reforma foi vista com receio. Entretanto, faz parte dos ideais do grupo democratizar espaços internacionais, assim como dar representatividade aos demais Estados. Concorda-se com Mottet (2013, p. 5)

Another area of cooperation between the BRICS is their common support for traditional conceptions of state sovereignty and non-intervention. In order to maintain political control and stability inside their own state, the BRICS share the common interests of defending their sovereignty in their domestic affairs and in their spheres of influence, and of resisting Western liberal policies of interventions under the guise of human rights [...] (MOTTET, 2013, p. 5).²⁸

²⁷ "Os BRICS representam 42% da população mundial, contribuem com aproximadamente 20% da economia mundial com base no Produto Interno Bruto (PIB) e 30% do PIB mundial com base na Paridade de Poder de Compra (PPC)" (SINGH, 2016, p. 103). Tradução da autora.

²⁸ "Outra área de cooperação entre os BRICS é seu apoio comum a concepções tradicionais de soberania e não intervenção do Estado. Para manter o controle político e estabilidade dentro de seu próprio estado, os BRICS compartilham os interesses de defender sua soberania em seus assuntos internos e em suas esferas de influência, e de resistir às políticas liberais ocidentais de intervenções sob o disfarce de direitos humanos [...]" (MOTTET, 2013, p. 5). Tradução da autora.

Na declaração conjunta, além de menções as reformas já apontadas, amplia-se a cooperação nos âmbitos econômicos e financeiros. Uma reunião de Ministros do Comércio dos BRICS ocorreu à margem da cúpula para tomar decisões conjuntas sobre a Rodada de Doha. As negociações da Rodada de Doha da OMC iniciaram em 2001 em Doha, no Catar. Reunião da OMC a nível de Ministros das Relações Exteriores e Ministros do Comércio em busca do crescimento econômico através da liberalização comercial. Um dos principais focos da Rodada Doha eram os países em desenvolvimento, estes países defendiam que o tema central das negociações deveria ser a agricultura, por serem países de exportações de produto primário. Os demais temas propostos para discussão eram acesso a mercados de bens não-agrícolas (NAMA), comércio de serviços e regras mais restritas como aplicação de direitos antidumping, meio ambiente, comércio mais facilitado, entre outros (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, [2018?]c). Os países periféricos, portanto, tomaram por objetivo corrigir as assimetrias do comércio agrícola, a Rodada Doha se mantém 17 anos após o início das negociações sem demonstração de acabar. Esse fato se dá pelas pressões de países como Brasil, Índia, China e África do Sul para que os mercados periféricos não sejam afetadas por acordos desproporcionais.

Foram discutidas propostas sobre terrorismo, utilização de energias renováveis, apoio aos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio", tais como erradicação da fome e pobreza. O Plano de Ação visava ampliar a cooperação dos setores de ciência e tecnologia, mas ampliar as áreas de cooperação. Já era tradicional para os BRICS realizarem seu encontro às margens da Assembleia Geral da ONU, mas sua definição efetiva foi por meio do Plano de Ação de 2011. O Plano de Ação da rodada de Sanya foi um dos mais diversificados até então, com propostas nos setores de cultura, educação, desenvolvimento sustentável etc.

A cooperação deu um passo a mais para sua ampliação, mas é importante notar que o tema segurança foi discutido e incluído na Declaração do BRICS pela primeira vez nesta cúpula. Por consequência explícita das crises internacionais e participação no Conselho de Segurança da ONU. A entrada da África do Sul também coagiu os países do BRICS a tomarem decisões sobre as crises no Oriente Médio e África. Ao longo do ano de 2011 as perspectivas dos BRICS foram de apoio a intervenção da OTAN na Líbia até tecerem duras críticas na ONU sobre sua atuação. A declaração conjunta mostrando-se contrária aos fatos recentes da OTAN, como a ameaça da mesma para os civis, levou a um debate mais profundo das demais nações.

Outro ponto que foi levantado nas discussões da terceira cúpula foi a ascensão da China como economia de grande porte e a mais crescente dentre os BRICS. Neste ponto a China já era o parceiro bilateral mais importante de cada membro do BRICS, adquirindo um papel de grande influenciador das cúpulas. Nesta cúpula, a China se engajou mais profundamente no BRICS, desenvolvendo sua estratégia de política externa na Cooperação Sul-Sul.

Da III Cúpula dos BRICS é de se observar as alterações positivas que a África do Sul levou ao agrupamento. Notoriamente, o conjunto tornou-se mais global, não apenas no sentido geográfico, mas no âmbito político. A diplomacia assertiva da África do Sul levou discussões e posicionamentos mais concretos para a Declaração da Cúpula, neste sentido, também, democratizou a representatividade no grupo.

A IV Cúpula dos BRICS foi realizada em março de 2012 na cidade de Nova Déli, Índia, dentre os assuntos discutidos cabe ressaltar os acordos que foram firmados e a possibilidade de um Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Reis (in PIMENTEL, 2012, p. 17) aponta que as vertentes de atuação dos BRICS partem do princípio que o grupo não tem pretensão de montar uma aliança geopolítica ou organização internacional. Na abordagem de Reis (in PIMENTEL, 2012) o BRICS é um foro de diálogo para coordenar ações conjuntas em organismos internacionais e que essa forma de se relacionar leva benefícios mútuos aos países (REIS in PIMENTEL, 2012, p. 17).

Entretanto o esforço para uma institucionalização nasceu na quarta cúpula, foram assinados acordos a fim de possibilitar o comércio entre moedas locais, que levantaram a possibilidade de criação de um banco de desenvolvimento. As negociações destes acordos foram por meio dos Bancos de Desenvolvimento e Bancos Centrais dos países, a atuação conjunta financeira estava sendo ampliada. Após a reunião foram feitas solicitações aos Ministros de Finanças para que explorassem as possibilidades efetivas de criação de um banco. O banco de desenvolvimento funcionaria de modo que proporcionasse o financiamento de projetos de infraestrutura nos países dos BRICS e países em desenvolvimento, assim como projetos de desenvolvimento sustentável (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a). Dessa forma, foi dado o primeiro passo para a institucionalização do BRICS, mas mais importante que isto, é a abrangência das ações do banco de desenvolvimento.

A base financeira que ocasionou o avanço em diversas outras áreas para cooperação voltou a ter papel fundamental nas discussões do grupo. Em um dos tópicos da Declaração da Cúpula de Nova Déli, a Rússia foi parabenizada pela adesão à OMC, uma das grandes defesas do grupo desde o início de suas reuniões. Para além da representatividade pretendida, a cooperação e atuação conjunta levou a mais essa conquista do grupo.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável e cooperação para iniciativas sustentáveis permaneceu como um dos pontos relevantes da declaração da Cúpula. A segurança alimentar e energética mostram-se como os desafios enfrentados pelos países dos BRICS, assim como a erradicação da fome e pobreza. Como aponta Damico (2015, p. 65)

Para além da área financeira, a Declaração de Delhi revelava a continuada expansão e o aprofundamento da pauta do BRICS, com a introdução, por exemplo, de coordenação na UNCTAD e a articulação detalhada de posições sobre temas de desenvolvimento sustentável, no ano em que o Brasil sediava a Rio+20 (DAMICO, 2015, p. 65).

A defesa do multilateralismo e cooperação internacional como alternativa diplomática aos desafios internacionais. No Plano de Ação da quarta cúpula foram estabelecidos encontros a nível ministerial sobre finanças, segurança nacional, agricultura e saúde, assim como marcaram novas áreas para explorar a cooperação nos próximos encontros. Para Stuenkel (2017, p. 146) a atuação por meio do multilateralismo e a cooperação foi o que estabeleceu o BRICS no patamar internacional com o reconhecimento atual, mesmo não sendo um grupo coeso e não institucionalizado. Concorda-se com Stuenkel (2017, p. 146)

[...] o BRICS serviu como um veículo importante para fortalecer o chamado "diálogo Sul-Sul". Ao institucionalizarem o bloco aos poucos, os países do grupo tomaram posse do conceito e o transformaram em algo muito mais político do que Jim O'Neill pretendia que fosse (STUENKEL, 2017, p. 146).

O tema que guiou o quarto encontro dos BRICS foi "A Parceria dos BRICS para a Estabilidade Global", foram mencionadas diversas vezes ao longo da Declaração da Cúpula as crises internacionais do período. Em vários pontos é ressaltada a preocupação com as crises no Oriente Médio e no norte da África, como pode ser observado no trecho da Declaração

We recognize the vital importance that stability, peace and security of the Middle East and North Africa holds for all of us, for the international community, and above all for the countries and their citizens themselves whose lives have been affected by the turbulence that has erupted in the region. We wish to see these countries living in peace and regain stability and

prosperity as respected members of the global community (BRICS INFORMATION CENTRE, 2012).²⁹

Foram abordadas questões sobre o conflito árabe-israelense e a importância da base jurídica internacional para a solução do conflito, assim como apontam os esforços feitos enquanto membros do Conselho de Segurança. Incentivos para a construção de um ambiente propício para a retomada de negociações, e a necessidade de um diálogo direto entre as partes para a uma solução mais abrangente. A questão nuclear do Irã foi abordada e foi defendida a solução por meio de diálogo, da mesma forma que violações de direitos humanos na Síria. Apoio a estabilização do Afeganistão, combate ao terrorismo e suporte as tentativas de cooperação para o desenvolvimento do país. Como já havia sido abordado na Declaração anterior, o repúdio ao terrorismo e incapacidade de aceitação deste como justificativa de algum interesse.

A V Cúpula dos BRICS realizou-se na cidade de Durban, África do Sul, fechando o primeiro ciclo de cúpulas, pois cada país já havia sido escolhido como sede do encontro. O tema da cúpula foi "BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização". A reunião foi marcada pelo encontro dos líderes dos BRICS com líderes africanos, a fim de aprofundar o relacionamento com países em desenvolvimento não pertencentes ao agrupamento. O encontro foi realizado com as lideranças da União Sul-Africana, especial, mas houveram reuniões com países de economias emergentes, organizações internacionais e regionais de relevância (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a). Brasil, Rússia, Índia e China tem aumentado sua presença na África no início do século XXI, o destaque maior entre as parcerias é notoriamente a sino-africana.

Um dos grandes avanços desta cúpula foi a conclusão de viabilidade do Banco de Desenvolvimento do BRICS e a passo inicial para a criação do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), com fundo inicial de US\$ 100 bilhões. Segundo Damico (2015, p. 65) as iniciativas mais relevantes no âmbito financeiro foram estas, e o avanço foi a consideração da factibilidade destas propostas. A partir desta conclusão os Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais deveriam iniciar as negociações para concretizar as propostas.

²⁹ " Reconhecemos a importância vital que a estabilidade, a paz e a segurança do Oriente Médio e do Norte da África representam para todos nós, para a comunidade internacional e, acima de tudo, para os países e seus próprios cidadãos cujas vidas foram afetadas pela turbulência que eclodiu. na região. Desejamos ver esses países vivendo em paz e reconquistar a estabilidade e a prosperidade como membros respeitados da comunidade global (BRICS INFORMATION CENTRE, 2012). Tradução da autora.

O Conselho Empresarial foi criado, uma proposição da cúpula de Brasília, com a união de cinco empresas de grande porte dos BRICS. O Conselho de *Think Tanks* do BRICS (CTTB) foi estabelecido, sendo integrado por instituições de pesquisa dos países (DAMICO, 2015, p. 65-66).

A VI Cúpula dos BRICS ocorreu em Fortaleza, no Brasil, no ano de 2014, o tema deste encontro foi "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis". A institucionalização dos BRICS iniciou com a assinatura do acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS e o Arranjo Constitutivo de Reservas (ACR). A quarta cúpula foi de grande importância para a concretização de planos e aprofundamento de relações. Também pode-se observar o interesse da mídia global nesta cúpula, fato inédito até então, *The Economist* e *The Financial Times* cobriram o encontro (STUENKEL, 2017, p. 154). Os dois fatos juntos comprovam o sucesso da cúpula de Fortaleza em seus debates, mas também na visão do mundo sobre o BRICS. Segundo Nogueira (2017, p. 86)

Foram assinados os acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) que contará com capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões e capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões, igualmente distribuídos entre seus membros fundadores e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) contará com um total de US\$ 100 bilhões para operações de resgate financeiro. A China se comprometeu com US\$ 41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, com US\$ 18 bilhões cada; e a África do Sul, com US\$ 5 bilhões. Ficou acordado que o Brasil poderá indicar o primeiro presidente do Conselho de Administração do banco. A Índia terá o direito de indicar o primeiro presidente e, a Rússia, o presidente do Conselho de Governadores. A China sediará a instituição, com sede em Xangai e a África do Sul sediará o Centro Regional Africano do banco (NOGUEIRA, 2017, p. 86).

Ainda no setor financeiro e econômico foram assinados acordos entre bancos nacionais de desenvolvimento dos países do BRICS. Foi celebrado o Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações do BRICS (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a). A cooperação entre os órgãos governamentais era uma realidade desde o início dos diálogos do BRICS, antes mesmo de 2009. Dessa forma, a integração de burocracias governamentais e órgãos governamentais levavam o BRICS para um perfil de cooperação técnica (STUENKEL, 2017, p. 41).

A preocupação dos BRICS com vista na Declaração da Cúpula é, também, a volatilidade na economia internacional. Este aspecto financeiro é de grande relevância para as discussões do BRICS, afinal, a instabilidade do mercado cambial gera efeitos danosos às

economias em desenvolvimento. As políticas monetárias dos países centrais, os mais afetados pela crise de 2008, geraram uma série de efeitos desestabilizadores, sua estabilização foi em detrimento do crescimento dos países periféricos.

É possível notar o crescimento do comércio intra-BRICS e extra-BRICS ao longo da primeira década do século XXI. Segundo Damico (2015, p. 73) o volume das trocas comerciais do BRICS com os demais países cresceu 525% entre 2002 e 2013, no mesmo período o volume do comércio intra-BRICS cresceu de US\$ 74, 9 bilhões para US\$ 850, 7 bilhões (DAMICO, 2015, p. 73). Entretanto, não houveram acordos comerciais entre os países, este fato pode ser justificado pela complementaridade entre as economias. As importações e exportações apresentam altos níveis de complementaridade, o que pode ser notado também do setor de bens e serviços. O crescimento de trocas comerciais deve-se em grande parte pelo avanço da China no comércio internacional, sendo ela uma grande parceira comercial entre todos os BRICS. Entretanto, é notório o crescimento do comércio intra-BRICS, entre os demais países, são empregadas estratégias de facilitação e diálogo entre autoridades tributárias e aduaneiras.

As discussões da sexta cúpula ampliaram o sentido de segurança e estabilidade global que já havia sido abordado nas demais reuniões. Foram abordados conflitos e crises regionais como Faixa de Gaza, Ucrânia, Mali, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Síria, Iraque e a persistente tensão nuclear iraniana (NOGUEIRA, 2017). Foi também abordado na Declaração da Cúpula a questão da Palestina e Israel, e a preocupação com abertura ao diálogo, assim como repudiaram o uso de armas químicas. Reafirmaram o apoio a cooperação, desenvolvimento e estabilização do Afeganistão, foi apontado que a segurança está conectada com o desenvolvimento de um país (BRICS INFORMATION CENTRE, 2014). Um dos pontos apresentados na Declaração da Cúpula foi a preocupação com o conflito na Ucrânia e a necessidade de diálogo para soluções pacíficas. A anexação da Criméia não foi mencionada ao longo do tópico nem no texto. A sexta cúpula foi marcada pelo aprofundamento do diálogo político intra-BRICS, mas também com países de economia emergente e em desenvolvimento. As reuniões que ocorreram entre uma cúpula e outra diferenciaram este encontro dos demais.

A Declaração também apresenta na sua seção Plano de Ação as novas áreas de cooperação a serem reconhecidas e mantém o nível de cooperação dos demais encontros. Foram adotados planos de ação nos setores de agricultura e saúde, com projetos estratégicos

para áreas que precisam ser priorizadas. A interação ministerial do BRICS resultou no desenvolvimento de indicadores sociais que agrupam órgãos de estatística, o Ministério da Saúde e da Educação e o Conselho de *Think Tank*. (DAMICO, 2015, p. 68). Por meio do Conselho de *Think Tanks* a área de pesquisa dos BRICS foi ampliada, iniciativa de encontros anteriores que foi aprofundada nesta cúpula.

A VII Cúpula dos BRICS foi realizada na cidade de Ufá, Rússia, em 2015, guiada pelo tema "Parceria BRICS - Um fator pujante de desenvolvimento global". A reunião de Ufá marcou a ratificação dos tratados constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e Arranjo Contingente de Reservas. Sendo realizadas as primeiras reuniões do Conselho de Governadores de Diretoria do Banco no sétimo encontro dos BRICS (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a).

O compromisso com uma ordem global multilateral e a Cooperação Sul-Sul, com a ONU e demais organismo multilaterais é ressaltado mais uma vez, da mesma forma que as declarações anteriores. São citadas diversas organizações ao longo da declaração e a manutenção de suas intenções para preservar a paz, segurança e desenvolvimento. A atuação nas organizações e foros internacionais tem por objetivo a participação conjunta, a fim de atingir mudanças estruturais. Entretanto, deve-se considerar a falta de posicionamento público por parte da China e da Rússia sobre as campanhas dos demais países do BRICS para uma reforma no Conselho de Segurança, a manutenção do *status quo* para estes países se mostra de grande relevância. A China, por exemplo, utiliza-se da sua posição global no Conselho de Segurança, mas baseia sua ascensão política com relações Sul-Sul, como no BRICS. Concorda-se com Mottet (2013, p. 7)

The importance of using the BRICS cooperation is also different for each of the BRICS. It can be seen as being especially more important for China and South Africa than for the other members of the grouping. China benefits from the BRICS cooperation by strengthening its status as a leader of the developing world, its position in the international system and its status as a regional power in its zones of influence. It also benefits from it by hiding in a group while advancing its own agenda and avoiding to challenge the US in a confrontation and unilateral mode (MOTTET, 2013, p. 7).³⁰

³⁰ " A importância de usar a cooperação do BRICS também é diferente para cada um dos BRICS. Pode ser visto como especialmente mais importante para a China e a África do Sul. do que para os outros membros do agrupamento. China se beneficia da cooperação do BRICS, reforçando o seu status de líder do mundo em desenvolvimento, a sua posição no sistema internacional e seu status como potência regional em suas zonas de influência. Também se beneficia disso escondendo-se em um grupo enquanto avança sua própria agenda e evita desafiar os EUA em um modo de confrontação unilateral" (MOTTET, 2013, p. 7). Tradução da autora.

Nesta declaração foram incluídas diversas iniciativas como a criação de uma plataforma de discussão sobre a cooperação comercial do BRICS. Da mesma forma que as declarações anteriores se compromete com a ampliação da cooperação em áreas já exploradas. Dentre as novas proposições está uma iniciativa mais aprofundada sobre pesquisa no BRICS em diversos setores

development and implementation of a BRICS Framework Programme for funding multilateral joint research projects for research, technology commercialization and innovation involving science and technology ministries and centers, development institutes and national, as well as, if necessary, regional foundations that sponsor research projects (BRICS INFORMATION CENTRE, 2015).³¹

Ao longo da declaração são feitas menções aos conflitos no Afeganistão, Síria, Iraque Burundi, República Democrática do Congo e República Centro-Africana, com comentário inócuos, assim como a crise do vírus Ebola na África. Não há menção sobre a anexação da Crimeia por parte da Rússia, entretanto há uma afirmação sobre o reconhecimento e respeito ao direito internacional como forma de garantir o bom relacionamento entre os países. No trecho é possível encontrar críticas ao posicionamento e atuação ocidental, sem citar eventos ou nomes. A Declaração destaca que a convivência e segurança dependem da aplicação do direito internacional, sem o consentimento sobre este ponto interesses de uma parcela de países serão beneficiados em detrimento de outros.

Os BRICS sofreram várias críticas sobre a desaceleração de seu crescimento nos anos de 2014 e 2015, a perspectiva ocidental sempre foi crítica da coerência e real poder do grupo no cenário internacional. Nogueira (2017, p. 89) destaca

A desaceleração do crescimento econômico nos países membros do BRICS em 2014-2015, suscitou avaliações críticas das perspectivas para o desenvolvimento do BRICS, bem como a consistência de suas reivindicações para a liderança global. Mas as decisões adotadas pelo grupo nas últimas Cúpulas marcaram a liberação da parceria econômica dos participantes para um nível qualitativamente novo, disposto a formar um equilíbrio multipolar de poder no mundo, desenvolvendo um diálogo com os países emergentes (NOGUEIRA, 2017, p. 89).

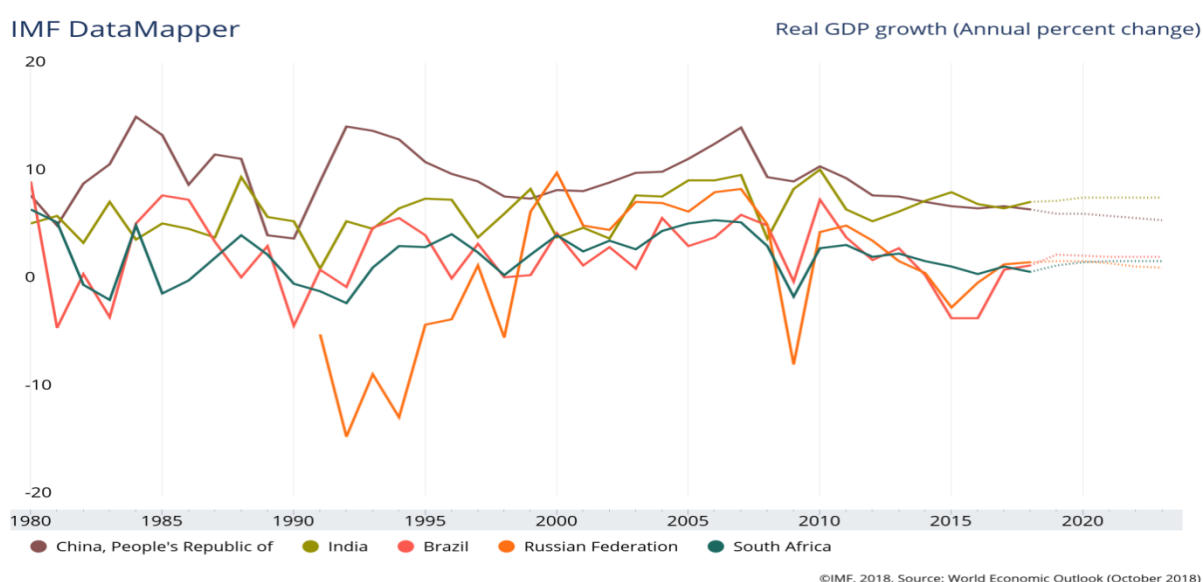
São reafirmados os compromissos com a cooperação econômica e comercial já existente e a Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS. Apoio ao comércio internacional e a OMC e aprofundamento da cooperação no G20. Outro ponto que não pode

³¹ "desenvolvimento e implementação de um Programa-Quadro BRICS para financiar projetos multilaterais de pesquisa conjunta para pesquisa, comercialização e inovação tecnológica envolvendo ministérios e centros de ciência e tecnologia, institutos de desenvolvimento e fundações nacionais, bem como, se necessário, regionais que patrocinem projetos de pesquisa" (BRICS INFORMATION CENTRE, 2015). Tradução da autora.

ser avançado foi a expansão do uso das moedas nacionais para transações, com vista em diminuir a utilização e predomínio do dólar.

A VIII Cúpula do BRICS realizou-se em Goa, na Índia, no ano de 2016, sob o lema "Construindo Soluções Inclusivas e Coletivas". O encontro marcou a primeira década da reunião entre os ministros das Relações Exteriores do Brasil, da Rússia, da Índia e da China. A China permaneceu crescendo, porém em menor grau, já Brasil, Rússia e África do Sul sofreram com recessões. Entretanto, a Índia teve um crescimento surpreendente e soube utilizar a cúpula para se destacar. Devido aos problemas econômicos que vem sendo enfrentados pelos países do BRICS as discussões econômicas enfatizaram a recuperação das economias. Dentre os principais temas discutidos, os mais relevantes foram a responsabilidade fiscal e social, busca por investimentos e crescimento econômico (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a). A predominância econômica asiática pode ser observada na figura 5, onde são expostos os crescimento anual real do Produto Interno Bruto (PIB) (ou *Gross Domestic Product* - GDP em inglês) dos países que constituem o BRICS. Os dados do Fundo Monetário Internacional (2018) apontam o crescimento acelerado da Índia em relação aos demais países do BRICS.

Figura 5 - Crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos países do BRICS (1980-2018)



Fonte: International Monetary Fund, Data Mapper 2018. Real GDP Growth. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/CHN/IND/BRA/RUS/ZAF>. Acesso em: 25 out. 2018. Elaboração FMI.

A abrangência do BRICS pode ser notada pela Declaração da Cúpula, ela é constituída por 110 artigos e o Plano de Ação planeja 87 eventos, entre reuniões e negociações (NOGUEIRA, 2017, p. 89). Este número ao ser colocado ao lado da primeira declaração em 2009 que contém 16 artigos demonstra os avanços na cooperação em vários setores e o comprometimento dos países do BRICS com o grupo. A cooperação foi aspecto de grande relevância na oitava cúpula, entretanto, ao contrário dos encontros anteriores foram abordadas iniciativas que poderiam ser efetuadas no futuro. Como pode ser observado através dos memorandos assinados na reunião

Na ocasião, os Líderes do BRICS assinaram quatro memorandos de entendimento sobre: (i) plataforma virtual de Pesquisa Agrícola do BRICS; (ii) criação do Comitê Aduaneiro do BRICS; (iii) mecanismo de cooperação interbancária entre o NDB e os bancos nacionais de desenvolvimento; e (iv) cooperação entre academias diplomáticas (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a).

Na oitava cúpula, o enfoque foi a consolidação dos projetos de cooperação já existentes. O Novo Banco de Desenvolvimento foi central nos debates, sua estrutura e funcionamento foram abordados, foram anunciados os primeiros empréstimos efetuados pelo BND meses antes da cúpula.

A IX Cúpula ocorreu na cidade de Xiamen, na China, em setembro de 2017, guiada pelo lema "BRICS: Parceria mais Forte para um Futuro mais Brilhante". A China, como presidente no sistema rotativo do BRICS, propôs ampliar o grupo para um formato denominado BRICS+, que contaria com a adesão de países como México, Paquistão e Sri Lanka (NOGUEIRA, 2017, p. 94). Na nona cúpula houve a participação de delegações do Egito, México, Tailândia, Tadjiquistão e Guiné como observadores, entretanto, não ficou claro se a proposta da China seria para a adesão de países ou o convite como observadores. Mas a cúpula também abordou os principais pontos da agenda internacional do grupo, foi discutido a cooperação nas áreas financeira, comercial, de investimentos e oceânica e turística, além de abordar o combate ao terrorismo. Em destaque, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a fim de implementar seus objetivos, um dos principais focos do BRICS (BRASIL; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018a).

Em junho de 2017, meses antes da Cúpula, o presidente dos EUA, Donald Trump anunciou que os EUA se retirariam do Acordo de Paris³². Na declaração o grupo incentiva

³² O Acordo de Paris foi assinado por 195 países da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). O acordo tem por objetivo reduzir emissões de gases de efeito estufa, devido

todos os países a colocar em prática as recomendações do Acordo de Paris em resposta ao anúncio estadunidense. O combate ao terrorismo também foi um tema discutido na nona cúpula dos BRICS, ao longo dos encontros foi manifestados cada vez mais a necessidade do combate desta prática. Pela primeira vez foram citadas organizações terroristas como Talibã, ISIS/DAESH e AL-Qaeda, além destas foram citados o Lashkar-e-Taiba (LeT), Jaish-e-Mohammad (JeM) e Haqqani, grupos com base no Paquistão. Fato de grande importância para a relação sino-indiana, a China já havia vetado que a Índia listasse os grupos paquistaneses de terroristas na Assembleia Geral.

Todavia, em junho de 2017 houve uma tensão entre China e Índia em Doklam, no Butão. A região faz fronteira com ambos os países, o impasse moveu contingente militar para a área. O conflito perdurou até poucos dias antes da cúpula, a comunidade internacional voltou seus olhos para Ásia. Mesmo assim, a reunião bilateral entre o Primeiro Ministro Modi e o Presidente Xi Jinping ocorreu à margem da nona cúpula do BRICS, os comentários feitos pelos líderes à imprensa foram positivos (NOGUEIRA, 2017, p. 92). Os líderes encontraram-se antes da cúpula para resolução do impasse, o desenvolvimento do diálogo ao longo do encontro do BRICS foi essencial para garantir a estabilidade na fronteira.

Para Stuenkel (2017, p. 187) o desenvolvimento da cooperação do grupo BRICS possui três fases. A primeira fase é de 2002 a 2007, caracterizada pelo BRICs sem a África do Sul, a qual o grupo era apenas um acrônimo de países para investimentos criado por Jim O'Neill. A segunda fase (2008-2014) foi definida pela aproximação política dos países e emergência de um bloco, mesmo que inicialmente fosse de natureza informal. A terceira fase (2015-) é marcada pelo início da institucionalização no grupo e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. A institucionalização gera novos desafios para o futuro, mas também amplas possibilidades (STUENKEL, 2017, p. 187).

Mesmo com a dificuldade atual de crescimento das economias do BRICS, a capacidade de sua institucionalização não pode ser calculada ainda. É notável que o grupo tem competência e legitimidade suficientes para encarar os desafios da ordem internacional vigente. O desenvolvimento de posições conjuntas em diversos organismos e setores torna o grupo apto para aceitar as divergências econômicas. O BRICS demonstra-se uma plataforma

de diálogo e desenvolvimento de cooperação, em estágio de institucionalização, que fortalece o multilateralismo e a Cooperação Sul-Sul.

4. 2 Relação sino-indiana no BRICS

A tentativa de aproximação diplomática nos últimos anos e ampliação dos laços políticos e econômicos não diminuiu a importância das tensões de disputas territoriais. Há dois territórios em disputa, Aksai Chin na região da Caxemira e Arunachal Pradesh localizada no noroeste da Índia. Como visto anteriormente, China e Índia possuem o mais crescente orçamento militar da região, os setores de segurança e defesa são explorados não apenas por temor de conflitos, mas com a intenção de se posicionar como líderes regionais.

No contexto marítimo, há uma competição militar pelo Oceano Índico, a construção de portos chineses no estreito de Ormuz, oeste da Índia, causa preocupação do governo indiano referente a um possível estrangulamento da navegação no Oceano Índico. O Oceano Índico é rota de abastecimento do petróleo proveniente do Oriente Médio. Já a China teme um bloqueio do seu acesso ao Mar da China por meio da muralha construída no arquipélago de Andaman, localizada na Baía de Bengala. A região de competição sino-indiana é o Sudeste Asiático, ambos os países possuem interesses geopolíticos e estratégicos na região. A exemplo disso, pode observar-se a política externa indiana do *Look East*, olhar para o leste, e a política chinesa mais assertiva na região asiática (JORNADA, 2008, p. 77).

A primeira década do século XXI caracterizou uma nova distribuição do poder global e formação de alianças entre os países emergentes, como observado na formação do grupo BRICS. As iniciativas conjuntas e relações multilaterais tem incentivado o crescimento conjunto, relações comerciais e trocas culturais. É notável a repercussão nos foros multilaterais e canais de diálogo internacional a repercussão das demandas conjuntas de espaço frente ao centro tradicional de poder entre Brasília, Moscou, Nova Deli, Pequim e Johannesburgo. A China e a Índia são as bases fundamentais para a geopolítica e crescimento da Ásia:

Projeções da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) apontam que a taxa de crescimento do país irá ultrapassar a da China até o final desta década e que seu PIB per capita irá aumentar em oito vezes, próximo ao meio do século, o que poderá levar a Índia a ser vista como a nova potência econômica mundial. (CAMPOS, 2016, p. 5)

Mesmo sendo uma iniciativa recente, o BRICS foi criado oficialmente como um grupo apenas em 2009, e teve avanços que ultrapassaram as expectativas da comunidade internacional. O foro possui como característica principal a promoção de diálogo e cooperação, as cúpulas tiveram papel fundamental no desenvolvimento e aprofundamento das relações dos países do BRICS. Para além das cúpulas anuais foram realizadas mais de 90 reuniões intra-BRICS, nos setores de educação, finanças, saúde, agricultura, segurança, dentre outras áreas (NOGUEIRA, 2017, p. 72). A relação de cooperação entre os países cresceu notoriamente, em 2006, quando foram iniciados os encontros informais de Ministros das Relações Exteriores, as relações bilaterais entre os países possuía pouca relevância. Para Stuenkel (2017, p. 141) "As Cúpulas dos Líderes do BRICS são uma expressão simbólica importante de compromisso político, porém é igualmente importante a cooperação em andamento intra-BRICS, que continua ocorrendo todos os anos" (STUENKEL, 2017, p. 141).

O fortalecimento das relações de cooperação Sul-Sul colaboraram para minimizar a dependência política e econômica das potências centrais. O ambiente do BRICS é benéfico para o estreitamento diplomático e aprofundamento das relações do eixo Sul-Sul, um dos objetivos de atuação do BRICS é a integração com os países não membros e em desenvolvimento. Concorda-se com Nogueira (2017, p. 74)

No âmbito do BRICS é esperada a expansão da Cooperação Sul-Sul (CSS) por meio de projetos de cooperação para o desenvolvimento. O grupo tem apresentado um ambiente de integração que muito favorece a CSS tanto entre seus membros como também na esfera regional e internacional, aumentando suas capacidades de cooperação e desenvolvimento. O resultado das suas relações no grupo tem impacto na política de suas respectivas regiões em vista dos projetos de cooperação e integração com seus vizinhos e na política internacional (NOGUEIRA, 2017, p.74).

A concepção da China e da Índia sobre o BRICS foi tornando-se cada vez mais relevante no tocante as suas políticas externas, ainda mais na questão da Cooperação Sul-Sul. A Cooperação Sul-Sul bilateral sino-indiana foi favorecida pelos encontros, ambos os países tem utilizado do BRICS para se aproximarem. Nogueira (2017, p. 75) aborda que o grupo pode influenciar mais ainda a cooperação mútua de China e Índia para enfrentar seus problemas comuns com diálogo e assumir uma posição de prestígio no cenário internacional (NOGUEIRA, 2017, p. 75).

Na V Cúpula dos BRICS em 2014, o Primeiro Ministro da Índia, Narendra Modi, em seu primeiro encontro do grupo, se reuniu com o presidente chinês, Xi Jinping. A reunião teve o dobro da duração prevista, foi concordado pelos líderes que as questões fronteiriças

entre os países já perduram há muitos anos e deveriam ser solucionadas. Os líderes destacaram que seria um exemplo para o mundo, a solução pacífica do atrito. Na mesma reunião o presidente chinês mostrou interesse em permitir um envolvimento maior da Índia na Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

Assim como a Mongólia e Paquistão, a Índia estava em processo de adesão e só participava organização como ouvinte. Entretanto, em julho de 2015, menos de um ano após a V Cúpula do BRICS, Índia e Paquistão foram aceitos como membros da OCX. Foi uma conquista para a diplomacia indiana, cuja a adesão oficial estava sendo aguardada há anos. Significou um grande passo para as relações sino-indianas, a cooperação que já vinha sendo explorada pode ser muito mais aproveitada em uma organização regional de segurança. Além disso, a legitimidade global da OCX atingiu um nível mais elevado, como aponta

In July 2015 India and Pakistan were accepted as members of the Shanghai cooperation organization. The USA tried to prevent this membership. With these new members SCO represents now nearly one half of the world population (40 %). Its weight inside international institutions will prove increasingly important: the group holds three seats out of the five in the BRICS bloc, four in the G20, and two out of five seats in the UN Security Council (DEPEYROT, 2015).³³

A ampliação desta organização demonstra mais uma vitória para a representatividade dos Estados periféricos, outro ponto que pode ser observado é a Ásia Central como uma região estratégica no sistema internacional. A organização é composta por grandes economias, países que possuem os maiores territórios e populações, mostra-se como uma ameaça aos interesses hegemônicos do centro do sistema. Para além dos ganhos da organização, a interdependência e diálogo entre China e Índia vem sendo aprofundados com a participação tanto no BRICS, quanto na OCX. Entretanto, deve ser ressaltado que o estreitamento proporcionado nas cúpulas e reuniões do BRICS desenvolveu as relações sino-indianas ao ponto de engajarem-se organismos em conjunto.

A Ásia tende a ter papel no cenário internacional de motor econômico, o desenvolvimento desta nova identidade pode vir a depender da cooperação entre Índia e China. A reorientação da política externa indiana parece querer abrir mão de um crescimento e ascensão tanto econômica quanto política conjunta, como região geopolítica estratégica. A

³³ "Em julho de 2015, a Índia e o Paquistão foram aceitos como membros da organização de cooperação de Xangai. Os EUA tentaram impedir essa adesão. Com estes novos membros, a SCO representa agora quase a metade da população mundial (40%). Seu peso dentro das instituições internacionais se tornará cada vez mais importante: o grupo ocupa três lugares dos cinco do bloco dos BRICS, quatro do G20 e dois dos cinco lugares no Conselho de Segurança da ONU" (DEPEYROT, 2015). Tradução da autora.

China, por sua vez, possui um mercado consolidado mundialmente e fortes pretensões na África. Entretanto, ainda tem caráter de potência na Ásia e mantém rivalidades com a Índia em crescimento acelerado. Ambos utilizam do BRICS como plataforma de diálogo multilateral e fortalecimento das relações Sul-Sul. O BRICS se mostra uma tentativa de cooperação e diálogo bilateral entre as duas potências emergentes. A rivalidade é compensada pela intensidade das trocas multilaterais, as ambições globais e contraponto ao Ocidente os

une.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi exposto que o sistema internacional atual passa por reorganizações de suas estruturas de poder. As transições podem ser observadas nos âmbitos político e econômico, no caso da ascensão das economias sino-indianas, ambos os setores alimentam a ascensão dos dois países. A inserção internacional de China e Índia inicia-se por meio de suas economias em crescimento, adquirindo legitimidade no cenário internacional, suas políticas externas tornam-se cada vez mais assertivas. Notoriamente, ambas as potências asiáticas utilizam-se da Cooperação Sul-Sul e do Multilateralismo como instrumentos de política externa para obtenção de poder e reconhecimento.

A Cooperação Sul-Sul trata-se de uma tendência de interação no Sul Global, os Estados estreitam os laços diplomáticos por possuírem características comuns, a exemplo de economias em desenvolvimento, passado colonial, entre outros. Neste tipo de parceria ocorrem, de forma geral, trocas mais simétricas, com benefícios mútuos, sem grandes distinções de lucro. Ao mesmo passo que as relações Norte-Sul mostram-se, via de regra, assimétricas, é importante ressaltar que estas relações não deixaram de existir, houve a priorização do eixo Sul-Sul. O conceito é utilizado como um instrumento dos Estados do Sul para inserção global com a intenção de criar novas perspectivas globais. É por meio de foros de diálogo e organizações multilaterais que o eixo do Sul tem construído parcerias e adquirindo resultados. O Multilateralismo é uma forma de se fazer cooperação internacional, a atuação por meio de organismos internacionais é um dos pilares das diplomacias de países emergentes. Esse tipo de atuação favorece a autonomia e promove o protagonismo em foros internacionais. É uma característica marcante dos Estados em desenvolvimento agirem como interlocutores entre os países centrais e periféricos. As políticas externas de China e Índia voltam-se para a Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento de laços e como posicionamento internacional. Ambas as políticas externas utilizam-se do conceito de Cooperação Sul-Sul a fim de garantirem bases sólidas para inserirem-se no âmbito internacional, essa política de cooperação abriu espaço para que as relações sino-indianas fossem ampliadas em conjunto. A ampliação das relações entre China e Índia com base nas estratégias de cooperação é um dos pontos de sustentação de sua aproximação no século XXI. As relações entre os dois países baseiam-se também na visão que ambos possuem para a região asiática, a necessidade de explorar laços políticos e econômicos mais sólidos na região. Notoriamente ainda existem rivalidades entre China e Índia, entretanto, é possível observar como o desenvolvimento do diálogo e da cooperação ocorreram nos últimos anos, gerando estabilidade nas relações entre

esses países. Mesmo que fatores internos ou externos venham a diminuir o nível de interação entre China e Índia, o retrocesso não parece ser uma questão possível.

A teoria da interdependência, elaborada por Robert O. Keohane e Joseph Nye, é definida como uma forma mais ampla e aprofundada da globalização. A interdependência gera uma cooperação, nem sempre benéfica para ambos os lados, mas nas relações do eixo Sul tende a criar uma simetria mais ampla. No conceito de interdependência a ação de um ator é determinante para o outro, são relações de efeitos mútuos. Nos últimos anos, percebe-se a criação da interdependência entre China e Índia com a ampliação de seus laços diplomáticos e trocas multilaterais. O multilateralismo como instrumento de política externa de ambos os países gerou a ampliação do seu diálogo e trocas nos âmbitos políticos, econômicos e comerciais. O multilateralismo é utilizado pelos dois países como uma forma de atuação dentro do que compreende-se como Cooperação Sul-Sul, gerando um maior comprometimento com a atuação em foros e organismos internacionais. A inserção sino-indiana na política internacional se dá dentro de foros e organismos multilaterais, atuação que levou ao reconhecimento externo de ambos os países, mas também, a aproximação. A associação dos fatores citados levaram ao maior avanço nas relações sino-indianas nos últimos 70 anos, compreendendo que a cooperação entre os dois países criaram interdependência entre ambos, tornando a possibilidade de novos desentendimentos e conflitos cada vez mais distantes.

São abordadas ao longo do trabalho, as relações bilaterais entre China e Índia desde a assinatura dos "Cinco Princípios da Coexistência Pacífica" na década de 1950. O ambiente do início dos anos 1950 era de amizade e fraternidade, entretanto as questões fronteiriças não estavam bem resolvidas e acabaram por gerar atritos entre os dois países. Além das tensões fronteiriças, adiciona-se a questão do Tibete um estado tampão entre China e Índia. A China controlava a região com seu exército enquanto a Índia apoiava os movimentos separatistas. As tropas militares de ambos os países ocupavam as regiões de fronteira nos anos de 1959 e 1961, as ocupações intensificaram-se até que levaram a um conflito armado.

A Guerra sino-indiana de 1962, teve início devido a um plano de ataque maciço do ELP que coagisse a Índia a entrar em negociação diplomática pelos territórios. Entretanto, a guerra fez com que as relações sino-indianas fossem rompidas, e mesmo com tentativas de negociações, apenas 20 anos depois foram retomadas. O cessar-fogo encerrou o conflito, porém as tensões permaneceram durante a Entende sino-paquistanesa. No mesmo período, a

China entrou na sua Revolução Cultural, isolou-se do mundo e afastou-se ideologicamente da URSS, a Índia aproveitou a oportunidade para estreitar relações com a URSS.

A China fez seu primeiro teste nuclear com um dispositivo em *Lop Nor*, no ano de 1964. Devido ao dilema de segurança causado, a Índia se viu fragilizada com a atitude do seu vizinho, sua preocupação de desenvolvimento militar tornou-se mais urgente. Na década de 1960 com o isolamento a China buscava parceiros regionais e encontrou na aproximação com o Paquistão. Devido a complexa relação entre Índia e Paquistão, a Índia sentiu-se fortemente ameaçada. Tensão que encaminhou os países para a primeira Guerra indo-paquistanesa, a qual a China declarou apoio explícito ao Paquistão, além da venda de artigos bélicos ao parceiro. A guerra teve fim com um acordo de paz assinado em 1966. Ao fim da década de 1960 e início da década de 1970, as tensões regionais já poderiam estar separadas das tensões da Guerra Fria, no contexto bipolar a Índia e a URSS alinharam-se e por outro lado China, Paquistão e EUA formaram parcerias.

Na década de 1980, iniciaram-se de maneira lenta as aproximações entre China e Índia novamente. A Política de Olhar para o Oriente foi instaurada na Índia em 1992, essa política ampliou o processo de mudança de visão da China e resultou na abertura indiana. Desta forma diversificou seus parceiros e aproximou-se da Ásia. No final na década de 1980 a China retomou o diálogo com a URSS e afastou-se dos EUA. O fortalecimento das relações sino-indianas é aprofundado em cada acordo feito na década de 1990, que pode ser considerada a mais frutífera entre os dois países.

Ao observar a política externa da China é apontada a sua transição a partir do ano de 1979, de um Estado isolado para um ator ativo do sistema internacional. A sua gradativa aproximação com os EUA é um dos marcos da postura adotada no início dos anos 1980 pela China. Um dos efeitos dessa aproximação foi a abertura do mercado chinês, a ideia foi por decisão chinesa, mas houveram grandes incentivos estadunidenses. A mesmo tempo em que retomava relações pacíficas com a URSS nos seus últimos anos de existência. Neste período inicia-se a atuação assertiva chinesa nos organismos multilaterais e a criação de parcerias estratégicas. Estas foram as bases para que nos anos 2000 a China lançasse a política externa da "ascensão pacífica" ou "desenvolvimento pacífico". A China priorizou a diversificação de suas parcerias e voltou-se para o Sul Global, em especial, a África do Sul e América Latina.

Acompanhando a política externa da Índia desde sua independência, é de se notar que, nos primeiros anos houve a procura pelo não-alinhamento e neutralidade no contexto da

Guerra Fria. É notório que a mudança de governos na Índia mudava sua postura de política externa. Na década de 1980, deu maiores sinais de aproximação regional e tentativa de reatar laços diplomáticos com a China. A Índia buscava parceiros regionais a fim de se posicionar como líder regional e pressionar o Paquistão, visto que nesse período houveram inúmeras tensões fronteiriças entre ambos.

Com a dissolução da URSS em 1991, quem financiava grande parte dos avanços militares indianos, devido as tensões com Paquistão, a Índia precisava de um novo parceiro. Neste período, houve a liberalização de sua economia, acompanhando a onda neoliberal da década de 1990, e também a aproximação com os EUA. A atuação indiana em foros internacionais começava a ser expandida e a reforma na sua política externa permitiu a adoção da política "olhe para o leste", a fim de ampliar a influência regional. O diálogo pacífico com o Paquistão se deu por meio de organismos multilaterais. A política externa também voltou-se para os países centrais, além de EUA, foram estreitados os laços com Israel e França.

Nos anos 2000, a utilizava-se gradativamente do multilateralismo e voltou-se para o Sul, incorporando a África para suas parcerias. A partir de 2014, a política externa indiana busca relações pacíficas com no âmbito regional, em especial com China e Paquistão. Iniciou-se uma forte atuação regional com o aprofundamento do conceito de *Look East* para *Act East*. Uma das características da reforma da política externa indiana foi a atuação em foros de diálogo e organismos internacionais, alguns destes exemplos são a criação do Fórum de Diálogo IBAS e BRICS.

Mesmo com a aproximação político-diplomática os dados sobre os investimentos militares chineses e indianos não podem deixar de ser notados. Para ambos os países explorar o setor de segurança e defesa colaboram para a influência regional e status de potência. A fim de maior autonomia e inserção internacional, ambos os países passam por reformas nas forças armadas. A competição militar e por influência regional, sobressai a rivalidade econômica, além disso, ambos os países buscam pela presença no Oceano Índico pela sua importância estratégica para o comércio. Um dos efeitos da priorização da segurança da China foi a criação da OCX, que levou a grandes vitórias do ponto de vista de criação se um organismo internacional para segurança no Oriente. É preciso notar, que na Índia há a influência externa da militarização da China como incentivo aos investimentos em defesa e segurança, mas também a contenção de tensões internas.

No novo milênio as relações sino-indianas intensificaram-se, já nos primeiros anos diversos acordos foram firmados. Tratados cooperativos foram assinados com a intenção de desenvolvimento regional. Em 2005, a Índia foi aceita como membro observador da OCX, na mesma forma que a China alcançou posição semelhante da SAARC. Com a criação do grupo BRICS, os meios de diálogo entre China e Índia se intensificaram, aprofundando a cooperação entre os países.

Como visto, a Ásia afirma-se cada vez mais como principal pólo de poder mundial no pós - Guerra Fria. Entretanto, as tensões fronteiriças atuais e a carga histórica de conflitos tem levado a antagonismos em questão de relações bilaterais entre as principais potências asiáticas. No caso de fragilização das relações sino-indianas, o motor de desenvolvimento asiático seria afetado. Em compensação, as convergências de ambições globais, de crescimento e desenvolvimento econômico, assim como oposição política ao ocidente se demonstram mais relevantes que tensões bilaterais.

O acumulado histórico de divergências nas relações sino- indianas tendem a diluir-se na nova ordem mundial, na qual a Ásia mostra-se como foco econômico e, posteriormente, político do sistema internacional pós - Guerra Fria. A intensidade das trocas multilaterais entre China e Índia equilibram as tensões, por vezes, cirúrgicas de suas fronteiras. Politicamente, se tornou interessante a criação do fórum de diálogo, o qual veio a ser um instrumento de inserção internacional conjunta, o BRICS. O BRICS tem obtido maior relevância para a cooperação Sul- Sul e se mostra como uma alternativa efetiva para aproximação entre China e Índia.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização do Brics. In: **BRICS : Estudos e Documentos** / Renato Baumann ... [et al.]. Brasília: FUNAG, 2015, p. 79.
Disponível:<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjD6oGhx5LeAhVDDpAKHXdyAp8QFjAAegQIBxAC&url=http%3A%2F%2Ffunag.gov.br%2Ffloja%2Fdownload%2F1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf&usg=AOvVaw2feyXdetsfKF7AwqiMSCd>. Acesso em: 15 out 2018.

AMARAL, Gabriela. A “Ascensão Pacífica” na Evolução da Diplomacia Chinesa nas Últimas Décadas. Aurora, Marília, v.6, n.1, p. 71-94.2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2719>> Acesso em: 01 jul. 2018.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Contraponto. São Paulo, 1994, p. 393

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Acordo de Paris**. 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. 2018a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil no G20**. [2018?]b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio**. [2018?]c. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc>>. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL; SENADO FEDERAL. **Brasil é uma das quatro maiores democracias do mundo.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/09/26/brasil-e-uma-das-quatro-maiores-democracias-do-mundo>>. Acesso em: 14 nov. 2017

BRICS INFORMATION CENTRE. **Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders Yekaterinburg, Russia.** University of Toronto: 2009. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/090616-leaders.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRICS INFORMATION CENTRE. **2nd BRIC Summit of Heads of State and Government:** Joint Statement Brasília. University of Toronto: 2010. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRICS INFORMATION CENTRE. **Fourth BRICS Summit:** Delhi Declaration New Delhi. University of Toronto: 2012. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRICS INFORMATION CENTRE. **BRICS and Africa:** Partnership for Development, Integration and Industrialisation eThekweni Declaration Durban, South Africa. University of Toronto: 2013. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/130327-statement.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRICS INFORMATION CENTRE. **The 6th BRICS Summit:** Fortaleza Declaratio. Fortaleza, Brazil. University of Toronto: 2014. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-leaders.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRICS INFORMATION CENTRE. **VII BRICS Summit:** 2015 Ufa Declaration Ufa, Russia. University of Toronto: 2015. Disponível em:<http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-ufa-declaration_en.html>. Acesso e: 12 out. 2018.

BRICS INFORMATION CENTRE. **Ufa Action Plan Ufa, Russia**. University of Toronto: 2015. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-ufa-action-plan-en.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

CAIXETA, Marina. **Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional**: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15924>>. Acesso em: 20 set. 2018.

CAMPOS, André. **Entre a dança do elefante e a força do Dragão**: a instabilidade nas relações Índia e China. Brasília: 2016. Editora Mundorama. Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19033>>. Acesso em: 26 set. 2017

CARRIÈRES, Henri. **A Índia de Modi: de contrapeso a potência líder?**. **Cadernos de Política Exterior/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais**, Brasília, v. 3, n. 5, p.281-308, ago. 2017. Semestral. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=910>. Acesso em: 15 maio 2018.

COOPER, Andrew; FAROOQ, Asif. **The Role of China and India in the G20 and BRICS: Commonalities or Competitive Behaviour?**. *Journal Of Current Chinese Affairs*, Hamburgo, v. 45, n. 3, p.74-106, 2016. Disponível em: <<https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/view/997>>. Acesso em: 14 out. 2018.

DAMICO, Flávio. **Antecedentes**: Do acrônimo de Mercado à concertação Político-Diplomática. In: **BRICS: Estudos e Documentos / Renato Baumann...** [et al.]. Brasília: FUNAG, 2015, p. 55. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi9wfpWkbveAhXFg5AKHaVID8UQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Ffunag.gov.br%2Floja%2Fdownload%2F1126-BRICS->>

Estudos_e_Documentos.pdf&usg=AOvVaw2feyXdetfsfKF7AwqiMSCd>. Acesso em: 12 out 2017.

DEPEYROT, Georges. **The Shanghai Cooperation Organization: Na Historical Perspective.** E-International Relations, Set. 2015. Disponível em: <<http://www.eir.info/2015/09/17/the-shanghai-cooperation-organization-an-historical-perspective/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

DUARTE, Danilo. **Uma Breve História do Ópio e dos Opióides.** Revista Brasileira Anestesiol, Florianópolis, v. 55, n. 1, p.135-146, jan.-fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-70942005000100015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 set. 2018.

DUGGAN, N. **BRICS and the Evolution of a New Agenda Within Global Governance.** Department of Government. University College Cork. Ireland. 2015. Disponível em: <https://www.springer.com/cda/content/document/cda_downloaddocument/9783319190983-c1.pdf?SGWID=0-0-45-1511673-p177384805>. Acesso em : 07 out 2018

DUQING, Chen. **Política Exterior da China.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 1990. 13 p. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>>. Acesso em: 17 abr. 2018

ECONOMIC STRATEGY INSTITUTE (ESI). **The Evolving Role of China in International Institutions.** 2011. Disponível em: <<https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/TheEvolvingRoleofChinainInternationalInstitutions.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

GARVER, John W. **China's Decision for War with India in 1962.** Stanford University Press. Califórnia, 2006. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjRIIut98LeAhXEE5AKHZxKDvQQFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fwww.chinacenter.net%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F04%2Fchina-decision-for-war-with-india-1962.pdf&usg=AOvVaw2S7TNUvOrWEuucpzDAsE08>>. Acesso em: 19 mar. 2018

GAYN, _____. 1967, p. 247-252 apud KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 572.

GUIMARÃES, Lytton L; GANGULY, Sumit; OLIVEIRA, Amaury et al. **Implicações para o Fórum IBAS. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional “O Brasil no mundo que vem aí” - III CNPEPI**. Fundação Alexandre de Gusmão. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj7z6eO_LreAhXFgpAKHblkCMIQFjAAegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.dominiopublico.gov.br%2Fpesquisa%2FDetalheObraDownload.do%3Fselect_action%3D%26co_obra%3D168594%26co_midia%3D2&usg=AOvVaw29rEOvuS0LZfDCrZx09SGL>. Acesso em: 21 set. 2018

GUEDES, Ana. **Globalização e interdependência**: reconhecendo a importância das relações entre governos e empresas transnacionais. In: OLIVEIRA, O. M. de. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Unijuí, 2003.

GUIMARÃES, Lytton. **Política Externa e Segurança da Índia**: implicações para o Fórum IBAS. [2010?]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dri/cei/wp-content/uploads/2015/04/lytton_india_for_pol_sec_220608_31-1.doc>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 10 abr 2018.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. IMF Data Mapper 2018. **Real GDP Growth**. Disponível

em:<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/CHN/IND/BRA/RUS/ZAF>. Acesso em: 25 out. 2018.

JORNADA, Helena. **China e Índia no século XXI: Cooperação, competição e distribuição de poder no sistema internacional**. 2008. 106 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16010>>. Acesso em: 15 out. 2017.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

KEOHANE, Robert O. **Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics**. In: International Organization, vol. 23, nº. 2, primavera, 1969 in LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, n. 1, p.24-59, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/358/35848102/>>. Acesso em: 05 abr. 2018

KEOHANE, Robert O. **Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics**. In: International Organization, vol. 23, nº. 2, primavera, 1969 in RENNI, Yasmin. **De Multilateralismo Efetivo à "Multilateralismo Multilateral": a revisão das potências emergentes**. Oikos. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1. 2017. p 75-85. Disponível em:<www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/download/443/245>. Acesso em: 14 abr. 2018.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence revisited**. World Peace Foundation and the Massachusetts Institute of Technology. International Organization 41, 4, Autumn 1987. Disponível em:<http://www.ri.ie.ufrj.br/intranet/arquivos/power_and_interdependece.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 572.

KUMAR, Arvind. **Future of India-China relations: challenges and prospects**. Unisci Discussion Papers, Manipal, v. 1, n. 24, p.187-196, out. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/unis/article/download/unis1010330187a/26954>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

KUMAR, Manoj; CHAUDHARY, Manu. **India's Foreign Policy and BRICS**. 2017. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2908709>. Acesso em: 06 abr. 2018.

LIMA, Maria. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, n. 1, p.24-59, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/358/35848102/>>. Acesso em: 05 abr. 2018

MACEDO, Emiliano. **História da Índia: uma narrativa do Vale do Rio Indo a Chandrayaan**. Columbia, Carolina do Sul, EUA: Amazon Independent Publishing, 1977. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/56481881-Historia-da-india-uma-narrativa-do-vale-do-rio-indo-a-chandrayaan-1-emiliano-unzer-macedo.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MALONE, David. **Does the Elephant Dance? Contemporary Indian Foreign Policy**. Oxford University Press. New York. 2011. Disponível em: <<http://discuss.forumias.com/uploads/FileUpload/ee/c0e1d0bd235015d95cf03b5fcee9b.pdf>>. Acessado em: 30 maio 2018.

MENDES, Carmem. **A China e a cooperação Sul-Sul**. Relações Internacionais. Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais. Brasília: jun, 2010. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri26/n26a03.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018

MENDES, Carmen; FREIRE, Maria. A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-Russo na Ásia Central. **Geopolítica: Derivações semânticas da geopolítica**, Lisboa, n. 2, p.207-235, jun. 2008. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=14&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiWy43Y_MLeAhWEDpAKHebXCa0QFjANegQIAXAC&url=https%3A%2F%2Festudogeral.sib.uc.pt%2Fbitstream%2F10316%2F21190%2F1%2F2008_CAM_MRF_>

Org_Coop_Xangai_REVISTA_GEOPOLITICA_2.pdf&usg=AOvVaw3eKvRF64EGQL0E5LikaiID>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MONGIARDIM, Maria. **Índia: potência emergente**. Instituto D. João de Castro, 22 p. 2011. Disponível em:
<www.idjc.pt/14pdf/INDIA_POTENCIA_EMERGENTE_conferencia_IDJC.pdf>. Acessado em: 23 jun. 2018

MOTTET, Laetitia. **Cooperation and Competition Among the BRICS Countries And Other Emerging Powers**. French Centre for Research on Contemporary China. 2013. Disponível em
<<http://www.cefc.com.hk/uf/file/researchpapers/BRICS%20report/BRICS%20report.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2018.

NASCIMENTO, Renally Késsia Paiva. **O Jogo Chinês no Tabuleiro de Segurança da Ásia: A estratégia Smart Power da China no controle da agenda de segurança do Fórum Regional da Ásia (ARF) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e da Organização para Cooperação de Xangai (OCX)**. 2014. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em:
<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjG2p-mhMPeAhXJgJAKHb0fBG4QFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fdspace.bc.uepb.edu.br%2Fjspui%2Fbitstream%2F123456789%2F3678%2F1%2FPDF%2520-%2520Renally%2520K%25C3%25A9ssia%2520Paiva%2520Nascimento.pdf&usg=AOvVaw3yKWht91iHC5Neixrk3-0l>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOGUEIRA, Rodrigo. **China e Índia: expoentes asiáticos no BRICS, cooperação, competição e estreitamento diplomático. Um complemento a cooperação Sul-Sul**. 2017. 111 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2017.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente Editora, 2009.

NYE JR., Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História**. Lisboa: Gradiva, 2011.

OLIVEIRA, Amaury. **Índia**: Estratégia de Política Externa in Conferência Índia. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: FUNAG, 15p. 2008. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dri/cei/wp-content/uploads/2015/04/india_estrategia_e_politica_externa_amaury_banhos_porto_de_oliveira.doc>. Acesso em: 01 jul. 2018

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World population projected to reach 9.6 billion by 2050**. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=45165&Cr=population&Cr1=#.Wgt83nbJ3IX>>. Acesso em 15 nov. 2017

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **População mundial deve atingir 9,6 bilhões em 2050, diz novo relatório da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-atingir-96-bilhoes-em-2050-diz-novo-relatorio-da-onu/>>. Acesso em: 15 nov. 2017

PACHECO, Silvestre. **Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul**: o fórum de diálogo IBAS no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul. Pós- Graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 316 p. Belo Horizonte, 2010. Disponível em:<www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_PachecoSER_1.pdf>. Acesso em : 7 abr. 2018

PAUTASSO, Diego. **O Fortalecimento das Relações Sul-Sul**: estratégia e realidade para os países emergentes. *Conjuntura Austral*, v. 2, n. 8, out./nov. 2011. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/22452>>. Acesso em : 05 abr. 2018.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=429>. Acesso em: 05 abr. 2018.

RENNI, Yasmin. **De Multilateralismo Efetivo à "Multilateralismo Multilateral": a revisão das potências emergentes**. Oikos. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1. 2017. p 75-85. Disponível em: <www.revistaosikos.org/seer/index.php/oikos/article/download/443/245>. Acesso em: 14 abr. 2018.

REIS, Maria; et al. **Debatendo o BRICS**. (Org.) José Vicente de Sá Pimentel. FUNAG. Brasília, 2013.

RIBEIRO, Erik. **Expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): Uma Coalizão Anti-Hegemônica**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Expans%C3%A3o+da+Organiza%C3%A7%C3%A3o+para+a+Coopera%C3%A7%C3%A3o+de+Xangai+%28OCX%29%3A+Uma+Coaliz%C3%A3o+Anti-Hegem%C3%B4nica.+&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab#>>>. Acesso em: 18 out. 2018.

RODRIGUES, Eth. **Entre o multilateralismo efetivo e as parcerias estratégicas: a reação da União Europeia ao mundo dos BRICS**. In: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO) DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI): “OS BRICS E AS TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM GLOBAL”, 2., João Pessoa, 2014, p. 1 - 20. Disponível em: <H0G19pl8cS4J:www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1412981942_ARQUIVO_Entreomultilateralismoefetivoeasparceriasestrategicas-areacaodaUniaoEuropeiaaomundodosBRICS-EthLudmillaRodrigues.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>. Acesso em: 20 abr. 2018.

RODRIGUES, Noeli. **Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas Organizações Internacionais**. Conjuntura Global, v. 3, n; 2, abr./jun., 2014, p. 107-116. Disponível

em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CKlamJg2hr4J:www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2015/01/Teoria-da-Interdepend%25C3%25A7%25C3%25B5es-internacionais.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 2, n. 50, p.42-59, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292007000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SINGH, Kalpana. **Intra-Brics Trade Intensities: An Analytical Study**. Amity School of Economics, Amity University, Noida, UP, India. 2016. Disponível em <<http://iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.%2021%20Issue6/Version-8/N0210608103114.pdf>> Acesso em: 10 out. 2018

SOUZA, Fernanda; KUHLMANN, Paulo; FREITAS, Jeane. **A Política Externa Indiana: do desenvolvimentismo ao pragmatismo nas relações internacionais**. Política Hoje, Recife, v. 25, n. 2, p.213-234, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3861>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o Futuro da Ordem Global**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. SIPRI: **The state of major arms transfers in 8 grafics**. 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/blog/2017/state-major-arms-transfers-8-graphics>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. SIPRI: **Military Expenditure Database**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em 02 jul. 2018

ULLRICH, Danielle; CARRION, Rosinha. **Em Análise a Cooperação "Sul- Sul":** ruptura ideológica ou reprodução? 1º Seminário Nacional de Pós- Graduação em Relações Internacionais. Brasília: jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n25p65>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VISENTINI, Paulo; ADAM, Gabriel et al. **BRICS As Potencias Emergentes.** Ed. Vozes. Petrópolis. 2013.

VIZENTINI, Paulo. **As Relações Internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VISENTINI, Paulo. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. 167 p.

WALBERG, Eric. **Russia-India-China: The Bush Curse.** Global Research: 2018. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/russia-india-china-the-bush-curse/16033>>. Acesso em: 19 out. 2018.

WANG, Vincent. **"Chindia" or Rivalry?** Rising China, Rising India, and Contending Perspectives on India-China Relations. Richmond, Asian Perspective v.35, n. 3, p. 437-69, 2011. Disponível em:< https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gLlat5_4orUJ:https://peoplesbrics.files.wordpress.com/2016/12/chindia-or-rivalry.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>. Acesso em: 06 abr. 2018.

WEISSMANN, Mikael. **Chinese Foreign Policy in a Global Perspective: A Responsible Reformer "Striving For Achievement".** Jcir, Nova Yorque, v. 3, n. 1, p.151-166, 2015. Disponível em:< <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kY69lidHAoMJ:https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/download/1150/971/+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>>. Acesso em: 02 set. 2018.

ZHIMIN, Chen. **International Responsibility and China's Foreign Policy**. 2007.

Disponível em: <http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/joint_research/series3/pdf/3-1.pdf>. Acesso em 17 abr. 2018